



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



ALESSANDRA DE MORAES SILVA

**O Psicólogo Escolar na Assistência Estudantil:
um estudo de caso no CEFET – MG Unidade Araxá**

UBERLÂNDIA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- S586p
2018
- Silva, Alessandra de Moraes, 1972
O psicólogo escolar na assistência estudantil: um estudo de caso no
CEFET – MG unidade Araxá / Alessandra de Moraes Silva. - 2018.
174 f. : il.
- Orientadora: Silvia Maria Cintra da Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.774>
Inclui bibliografia.
1. Psicologia - Teses. 2. Psicologia escolar - Teses. 3. Ensino superior - Teses. 4. Estudantes - Psicologia - Teses. I. Silva, Silvia Maria Cintra da. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9

Angela Aparecida Vicentini Tzi Tziboy – CRB-6/947



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



ALESSANDRA DE MORAES SILVA

**O Psicólogo Escolar na Assistência Estudantil:
um estudo de caso no CEFET – MG Unidade Araxá**

Versão da Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia – Mestrado do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientadora: Prof.^a Dra. Silvia Maria Cintra da Silva

UBERLÂNDIA

2018



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



ALESSANDRA DE MORAES SILVA

O Psicólogo Escolar na Assistência Estudantil:
um estudo de caso no CEFET – MG Unidade Araxá

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Maria Cintra da Silva

Banca Examinadora

Profa. Dra. Silvia Maria Cintra da Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profa. Dra. Deborah Rosária Barbosa (Examinadora)
Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, MG

Prof. Dr. Leonardo Barbosa e Silva (Examinador)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profa. Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci (Examinador Suplente)
Universidade Estadual de Maringá – Maringá, PR

UBERLÂNDIA

2018

Agradecimentos

O que dizer sobre a gratidão de estar vivendo este momento... Muito tenho que declarar ou tudo tenho que agradecer! Minha eterna gratidão a todos e todas!

Inicio agradecendo a Deus pelo dom da vida e pelas bênçãos por ter tido a oportunidade de realizar um sonho;

Agradeço aos meus pais por serem tão especiais na minha vida e por terem me ensinado o valor dos estudos;

Agradeço ao meu esposo pela compreensão e apoio nos meus sonhos e lutas;

Agradeço ao meu filho por entender as minhas viagens e ausências e sempre me receber com um sorriso nos lábios e um abraço carinhoso;

Aos meus irmãos e cunhados, pela parceria e apoio na correria do dia-a-dia;

Aos familiares e amigos pelo amparo e aprovação pela ousadia de largar tudo para alcançar um objetivo;

Agradeço aos parceiros e parceiras do Cefet que de uma forma ou outra me capacitaram para falar deste tema tão caro para nós, educadores dessa instituição;

Faço mesuras a minha querida e ousa dizer amiga orientadora, Dra. Silvia, doce Silvia, maternal Silvia, humana Silvia! Sou grata a você hoje e sempre;

Rendo graças a minha especialíssima banca na pessoa dos admiráveis profissionais, Profa. Dra. Deborah Rosária Barbosa e Dr. Leonardo Barbosa e Silva, que tive a ousadia e o privilégio de conhecer e convidar para participarem desse momento da minha vida;

Agradeço a todos que participaram diretamente ou indiretamente da minha pesquisa, vocês deram valor a tudo o que foi estudado;

Agradeço a todos os estudantes que são a razão por eu amar tanto ser uma psicóloga educadora, abraço caloroso a todxs;

E por fim, agradeço a todxs que um dia chegaram perto de mim e me disseram que tinham o sonho de estudar, mas que nunca foi possível. Ouso dizer: Este trabalho é por todos nós que sonhamos e acreditamos em um mundo melhor! Beijos carinhosos!

“A nossa pálida razão esconde-nos o infinito.”

Jean Nicolas Arthur Rimbaud¹

¹Jean-Nicolas Arthur Rimbaud foi um poeta francês. Produziu suas obras mais famosas quando ainda era adolescente sendo descrito por Victor Hugo, à época, como um jovem Shakespeare. Recuperado de <https://pt.wikiquote.org/wiki/Rimbaud>

Resumo

A atuação do psicólogo no âmbito da Educação está presente nos diversos níveis do sistema de ensino no Brasil; entretanto, no Ensino Superior ainda está em processo de fortalecimento. Na última década, vemos um crescimento no número de relatos de práticas e de estudos relacionados à entrada e permanência do estudante nesse nível de ensino. O Centro Federal de Ensino Tecnológico de Minas Gerais (Cefet - MG) integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFET) que é composta por instituições historicamente reconhecidas no ensino médio brasileiro, hoje uma instituição centenária e reconhecida na formação de jovens e adultos. Agora, após 108 anos de existência e um histórico de grande expansão no estado de Minas Gerais, possui cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Graduação, Pós-Graduação *lato e stricto sensu* e conta com o serviço da Assistência Estudantil (AE). Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo geral conhecer e analisar a atuação do psicólogo escolar na Assistência Estudantil no Cefet – Araxá à luz da Psicologia Escolar Crítica. Os objetivos específicos são conhecer e formalizar a história da AE e descrever a trajetória percorrida pela Psicologia Escolar na escola. Buscamos, assim, construir um corpus documental a partir de registros nela existentes, que relatem a história da AE e do trabalho do Psicólogo Escolar. Para a construção do percurso metodológico, configurado como um estudo de caso foi realizado levantamento documental e entrevistas semiestruturadas com um Diretor, duas Assistentes Sociais, uma Pedagoga, cinco Professores que também exerceram o cargo de coordenadores, uma Psicóloga Escolar, uma mãe, três egressos e dois grupos de estudantes com seis em cada grupo, sendo um grupo da graduação e outro com estudantes do ensino técnico. Após a transcrição das entrevistas, foi efetuada uma leitura cuidadosa e realizada análise de conteúdo, sendo organizados três eixos temáticos, a saber: 1) A constituição da Assistência Estudantil no Cefet- MG Araxá; 2) A Assistência Estudantil segundo alguns atores da instituição e 3) Sobre a psicóloga escolar no Cefet – MG Araxá. A criação do Cefet em Araxá teve grande impacto na vida da cidade, e aos poucos foi sendo criada a Assistência Estudantil, com a colaboração dos diferentes atores componentes da instituição. O oferecimento dos mínimos sociais aos estudantes é fundamental para a permanência material dos estudantes; entretanto, não é suficiente, pois é preciso que a instituição cuide também da permanência simbólica, que diz respeito às possibilidades de o estudante sentir-se pertencente ao grupo e inserir-se no sistema de ensino. A Assistência Estudantil, segundo os entrevistados, está diretamente associada e submetida ao atendimento ao estudante e pouco se percebe, ainda, a possibilidade de uma atuação mais ampliada e estratégica da área, de modo a estender o trabalho aos docentes e técnicos. Sobre a atuação da psicóloga no Cefet Araxá, segundo os entrevistados, a profissional desenvolve as seguintes intervenções: preventivas, junto à equipe e institucionais, junto a famílias, professores e estudantes. Por fim, consideramos que o espaço de atuação da psicóloga está conquistado, mas o processo de conscientização acerca do seu real papel e possibilidades de atuação se impõe como grande desafio a ser almejado na rotina diária dos profissionais da AE. O papel do psicólogo escolar deve estar voltado para a conscientização dos sujeitos no processo educacional que seja emancipador. Oportunizando aos próprios atores educacionais a participação e a voz, bem como a reflexão e conscientização quanto as suas práticas e funções nesse processo que é eminentemente coletivo, uma realidade promissora poderá ser construída para a instituição, para a Assistência Estudantil e especialmente para a Psicologia Escolar.

Palavras-Chave: Psicologia Escolar; Assistência Estudantil; Ensino Superior.

Abstract

The professional performance of the psychologist in the field of Education can be seen in several educational stages of formal learning in Brazil; however, in Higher Education, it is still in the process of strengthening. Over the last decade, it has been seen a growth in the number of reports of practices and studies related to the entry and permanence of the student at this level of education. The Federal Center for Technological Education of Minas Gerais (Cefet - MG) is part of the Federal Network of Vocational, Scientific and Technological Education (FNVSTE), which is composed of institutions historically recognized in the Brazilian high school, nowadays a recognized and centenary institution in the formation of young people and adults. Now, after 108 years of existence and a history of great expansion in the state of Minas Gerais, it has secondary technical-professional courses, graduate, *latosensu* and *strictosensu* postgraduate courses and counts on the service of Student Assistance (SA). In this context, this research has as general objective to understand and analyze the performance of the school psychologist in the Student Assistance at Cefet – Araxá, in the light of Critical School Psychology. The specific objectives are to understand and formalize the history of the SA and to describe the development of School Psychology in this school. We, therefore, seek to construct a documentary corpus based on existing records that relate the history of SA and the work of the School Psychologist. The research methodology chosen for this case study includes data collection and semi-structured interviews were conducted with a Director, two Social Assistants, a Pedagogue, five Teachers who also held the position of coordinators, a School Psychologist, a mother, three *alumni* and two groups of students with six in each group, being a graduation group and another with technical education students. After transcribing the interviews, a careful reading and content analysis were performed, and three thematic axes were organized, namely: 1) The constitution of Student Assistance at Cefet-MG Araxá; 2) The Student Assistance according to some important members of the institution and 3) The school psychologist at Cefet - MG Araxá. The creation of Cefet in Araxá had a great impact on the life of the city, and gradually the Student Assistance was created, thanks to the contribution of the different members of the institution. The offering of social minimums to students is fundamental for the students' material permanence; however, it is not enough, because it is necessary that the institution also takes care of the symbolic permanence, which concerns the possibilities of the student to feel belonging to the group and to be inserted in the system of education. The Student Assistance, according to the interviewees, is directly associated and submitted to the care of the student and it is not yet possible to see a greater and more strategic role of the area in order to extend the work to the teachers and technicians. Regarding the psychologist's performance at Cefet Araxá, according to the interviewees, the professional develops the following interventions: preventive action in relation to the team and institutional in relation to families, teachers and students. Finally, we consider that the psychologist's area of performance in the school was conquered, but the process of raising awareness about the real role and possibilities of

action of this professional is a major challenge to be sought in the daily routine of the Student Assistance professionals. The role of the school psychologist should be directed towards the awareness of the subjects in the educational process that is emancipatory. Opportunities must be given to the educational members of the institution themselves to participate and voice, as well as to reflect and raise awareness of their practices and functions in this process that is eminently collective, in order to build a promising reality for the institution, for Student Assistance and especially for School Psychology.

Keywords: School Psychology; Student Assistance; Higher education

SUMÁRIO

Percursos da constituição da pesquisa: entrelaçando histórias, nascendo um sonho.....	12
1. Educação, CEFET e Assistência Estudantil: as histórias que nos constituem...	20
1.1 Educação Profissional no Brasil.....	20
1.2 Educação Superior no Brasil.....	23
1.3 Cefet-MG.....	26
1.4 Cefet-MG Campus Araxá.....	30
1.5 Assistência Estudantil: uma história de amor, suor e lágrimas.....	32
1.6A jornada do movimento estudantil no Brasil.....	47
1.7 Trajetória da Assistência Estudantil no Cefet-MG.....	56
1.8Assistência Estudantil no Cefet-MG Araxá.....	61
2. A Psicologia Escolar: a Psicologia a serviço da transformação social.....	64
2.1 A Psicologia Escolar Crítica.....	64
2.2 A Psicologia Escolar no Ensino Superior.....	72
2.3 A Psicologia Escolar no Cefet - MG.....	75
2.4 A Psicologia Escolar e sua história no Campus Araxá.....	78
3. Percurso metodológico.....	80
4. A constituição da Assistência Estudantil no Cefet - MG Araxá.....	88

5. A Assistência Estudantil segundo alguns atores da instituição.....	98
6. Sobre a psicóloga escolar no Cefet-MG Araxá.....	102
7. Considerações finais.....	120
8. Referências.....	126
9. Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	137
10. Apêndice B - Tabela dos entrevistados por cargo/função.....	138
11. Apêndice C - Transcrição das respostas à pergunta 1.....	139
12. Apêndice D - Transcrição das respostas à pergunta 2.....	149
13. Apêndice E - Transcrição das respostas à pergunta 3.....	153
14. Apêndice F - Transcrição das respostas à pergunta 4.....	158
15. Apêndice G - Transcrição das respostas à pergunta 5.....	164
16. Apêndice H - Transcrição das respostas dos estudantes.....	167

Lista de siglas

AE: Assistência Estudantil

Andifes: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CEFET-MG: Centro Federal de Educação Tecnológica

CEFET-MG Araxá: Centro Federal de Educação Tecnológica de Araxá

DCE: Diretório Acadêmico Estudantil

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Legislação e Documentos.

Fonaprace: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantil

IFES: Instituições Federais de Ensino

LDB: *Lei de Diretrizes e Bases* da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação e cultura

PNAES: Programa Nacional de Assistência Estudantil

ProUni: Programa Universidade para todos

REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Sesu: Secretaria de Ensino Superior

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UNE: União Nacional dos Estudantes

Percursos da constituição da pesquisa: entrelaçando histórias, nascendo um sonho

“Os cientistas dizem que somos feitos de átomos, mas um passarinho me contou que somos feitos de histórias.”

Eduardo Galeano (2012)

Para obtermos êxito ao narrar o percurso da constituição desta pesquisa precisaremos reconhecer e apresentar também a psicóloga, a mulher, a menina e a sonhadora que me constituem. Peço licença para compartilhar um pouco da minha trajetória pessoal e profissional na qual a Psicologia crítica e empatia com as pessoas constantemente estiveram presentes, apesar de nem sempre de forma consciente².

Falar de um percurso significa parar e olhar o caminho andado, tentar descrevê-lo e dar-lhe sempre uma nova interpretação. Assim, reconheço que se torna impossível encontrar o momento onde esta pesquisa brotou na minha vida. Arrisco citar alguns espaços de tempo importantes, mas adianto que a pesquisa transborda toda e qualquer tentativa de contê-la. Elegeria o meu primeiro encontro com a minha doce orientadora e o esperado/temido dia da defesa da dissertação como os principais marcos formais; porém, eles não contemplam toda a importância desta pesquisa para minha vida.

Lembro-me de ser uma criança míope que tudo tinha que ver de muito perto, percebendo detalhes. Destaco que para nós míopes a visão de perto é perfeita, portanto as minúcias se tornavam muito interessantes. Eu era uma menina que tinha uma irritante mania de perguntar o porquê de tudo, como muitas crianças! Ou a adolescente que resolveu buscar todas as respostas, não contempladas pelos adultos, no mundo dos livros. Mal sabia ela que já estava artesanalmente pesquisando e era incrível como

² Nesta apresentação e introdução, usarei a primeira pessoal do singular, pois embora eu seja constituída pelas tantas pessoas que conheci e fizeram parte de minha vida, entendo que caiba um posicionamento mais informal. A partir do primeiro capítulo, utilizarei a primeira pessoa do plural.

mergulhava e viajava nas histórias, sempre em busca de algo interessante. Embriões de uma pesquisadora amadora.

Nostálgico lembrar-se da minha primeira paixão: o livro. Desafiador nomear a minha segunda paixão: a Psicologia. A escolha pela profissão aconteceu de forma suave e natural, como uma fórmula matemática. Eu apenas somei livros, pessoas e mistérios. Assim a jovem adulta, com apenas 17 anos, adentrou na universidade em busca da profissão que escolhera. Acreditava que encontraria todas as respostas e mal sabia que vinte anos após entrar na universidade se descobriria cheia de perguntas e ainda sedenta por outras respostas. No entanto, uma pesquisadora é sempre uma pesquisadora e as perguntas são os ossos do ofício, como diz a expressão popular.

Pelo caminho estudantil e profissional, a meninice se perdeu, apesar de perceber resquícios da romântica sonhadora até hoje. Aconteceram encontros importantes, como o contato com o movimento estudantil, momentos que se revelaram formadores da cidadã indignada que me tornei hoje. Tive a oportunidade de fazer muitos estágios e a maioria deles foi na área da Psicologia Social. Eu me reconhecia no lugar da indignação e crítica à Psicologia que a universidade me apresentava. Considerava que a Psicologia Social poderia trazer esta ciência para perto de quem mais necessitava. Sempre me irritei com a Psicologia que, segundo criticava, padronizando verdades e principalmente não a reconhecia na prática dos meus estágios. Faço reverência aos diversos professores que tive a honra de conhecer, mas também peço desculpas a muitos outros, que reconheço que incomodei.

Ao revisitar a história da Psicologia Escolar durante o mestrado, fui assaltada por fortes emoções, representada por imagens que não sabia que estariam guardadas no meu repertório de memórias. As palavras não conseguiriam expressar a emoção quando encontrei nas páginas do livro “A produção do Fracasso Escolar”, de Maria Helena

Souza Patto (1996) uma grande resposta para uma pergunta que me incomodava há anos. Os teóricos da Psicologia Escolar Crítica nomeavam o que eu senti, sofri e me indignei durante os meus estágios de Psicologia Social na graduação.

Considero uma tarefa quase improvável eleger somente um trecho para ilustrar com a veracidade necessária o que chamei de “grande resposta”, porém julgo ser importante apontar os primórdios do meu encantamento.

Não perder de vista as pessoas pode significar, aparentemente, uma adesão ao psicologismo, isto é, a tendência a tomar a dimensão psíquica como algo que antecede o social e a ele se sobrepõe. Mas a intenção não foi esta. Ao contrário, o enquadramento teórico subjacente tem como pressuposto a determinação histórico-social da ação humana. Porém, fazer esta afirmação não significa nem reduzir as manifestações individuais à categoria de idiossincrasias, sem interesse científico, nem negar a existência da diferença e da heterogeneidade onde uma ciência aderida às aparências fala em absoluta homogeneidade. Somente quando temos a possibilidade de apresentar o heterogêneo, o plural onde se costuma falar no singular é que adquirimos condições de realizar a ascensão do abstrato ao concreto de que fala o materialismo dialético. (Patto, 1996, p.4).

Os encontros que tive com a Psicologia Escolar Crítica sem ainda reconhecê-la, ou melhor, nomeá-la, foram inúmeros. Quando me formei estava em plena fuga da Psicologia Clínica tradicional e acabei indo ao encontro da Psicologia Organizacional por uma questão de sobrevivência. Grata surpresa ao me realizar na área de treinamento e recolocação profissional. Tal prática exigia fortes embates com os líderes das empresas e grande proximidade com os seres humanos adoecidos pelo mundo do

trabalho. Novamente a Psicologia como objeto de transformação e crítica era a minha rotina. Importante salientar que durante esses anos em que trabalhei na área organizacional nunca parei de estudar “Psicologias”.

Na minha trajetória de formação profissional cursei diversas especializações e participei de processo seletivo do mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG– na área de Psicologia Social. No mesmo momento em que fiquei sabendo que havia sido selecionada, também fui informada pelo orientador da minha última Pós-graduação que haveria um concurso público para Psicóloga na minha cidade natal, Araxá, e na área na qual eu acabara de me especializar, a Psicologia da adolescência. Na época disse que era a decisão mais difícil da minha vida, realizaria o sonho de fazer mestrado ou voltaria para a minha cidade e enfrentaria um concurso para ser funcionária pública em uma instituição federal de ensino.

Em abril de 2008 iniciei a minha jornada no Centro Federal de Ensino Tecnológico de Minas Gerais – Cefet – MG – na Unidade de Araxá. Foram e ainda são momentos de muitas lutas, encontros, desencontros e especialmente muito crescimento profissional e pessoal. Quando falo de lutas me refiro ao meu antigo lugar das lutas sociais e respeito às diversidades. Considero que em uma instituição de ensino este é o papel do educador. Encontros e desencontros fazem parte da rotina do Psicólogo Escolar em construção. Mas faço mesura, no que se refere a encontros, ao fato de ter conhecido e ter sido acolhida no Centro Federal por duas mulheres especiais, Márcia Feres e Cláudia Lomnez, que são guerreiras e responsáveis diretas pelas conquistas da Assistência Estudantil (AE) na instituição. Encontrei na AE o meu lugar como profissional e novamente a inspiração para construção desta pesquisa.

Acredito que, em alinhamento com os pressupostos da perspectiva Histórico-cultural (Leontiev,1978), é preciso conhecer a nossa história, nos identificar, reconhecer

a nossa origem para nos habilitarmos à busca por mudanças. Esta ideia justifica uma necessidade de se escrever sobre uma prática, no meu caso, sobre a atuação de psicólogo escolar em uma instituição técnica de ensino. Agregar a minha motivação pelo ato de pesquisar à minha realidade profissional tornou-se um dos maiores prazeres e desafio que estou realizando. Concretizar esta pesquisa não significa somente uma realização pessoal, mas principalmente, se mostra um ato de empoderamento da Psicologia Escolar na instituição.

Destaco que na convergência desta trajetória pessoal foi se efetivando em mim um questionamento, o âmago desta pesquisa: Como o psicólogo escolar pode contribuir com a Assistência Estudantil? Qual é o seu papel? Qual é a sua importância? Ouso antecipar que não me deparei com respostas nem nos autores, nem nas dissertações ou teses averiguadas, mas sim processos dialéticos que me indicaram um caminho em construção. É um assunto muito específico e também complexo e, nesse sentido, especificamente a atuação da Psicologia no âmbito da educação superior em todo o Brasil encontra-se em processo de fortalecimento (Marinho-Araújo, 2016), com muitos trabalhos e estudos sendo produzidos, como veremos adiante. Acrescente-se a este tema a realidade da Assistência Estudantil, com o seu caráter sócio-político (Kowalski, 2012) e encontramos, portanto, frente a um desafiador trabalho a se construir. Torna-se, assim, inquestionável a importância de se estudar tal temática nos âmbitos acadêmico, científico e social.

Sob a perspectiva acima desenhada, o psicólogo escolar em busca de novas possibilidades de atuação no processo educacional pode encontrar na AE uma possibilidade de um casamento exitoso. Encontro em que a Psicologia Escolar entraria como mais um direito que faria parte da luta da AE, pois esta possui a imensa tarefa de

consolidação do direito universal à educação e o desenvolvimento de política educacional. História longa, a ser contada *a posteriori*.

Singulariza-se como grande objetivo desta pesquisa conhecer e analisar a atuação do psicólogo escolar na Assistência Estudantil no Cefet – Araxá³ à luz da Psicologia Escolar Crítica. Torna-se essencial, também, revelar os objetivos específicos almejados pela pesquisa, como conhecer e formalizar a história da AE e descrever a trajetória percorrida pela Psicologia Escolar na escola. Buscamos, assim, construir um *corpus* documental a partir de registros nela existentes, que relatem a história da AE e do trabalho do Psicólogo Escolar. Conjectura-se que, a partir desta pesquisa, tornar-se-á mais efetiva a implementação de uma atuação do psicólogo escolar à luz da Psicologia Escolar Crítica na Assistência Estudantil do Cefet-MG Araxá, bem como uma análise a respeito do papel da Psicologia Escolar como um todo, que poderá contar com um registro documental organizado com dados históricos da sua AE.

Como material empírico da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores do processo educacional da instituição, que rememoraram e historiaram a Assistência Estudantil. Também foi realizado um levantamento dos documentos existentes no Cefet-MG Araxá sobre a história da assistência ao estudante.

O primeiro capítulo desta dissertação trata-se de um breve passeio histórico na trajetória da Educação Profissional no Brasil determinando o momento político na conjuntura nacional em que o Cefet-MG foi criado, por meio de um relato sucinto sobre os caminhos que constituíram tanto o Cefet-MG matriz quanto o Cefet-MG Unidade de Araxá, sendo os subitens o percurso da AE na realidade das instituições de ensino federal, a história da AE no Cefet-MG e na unidade de Araxá.

³Ressalto que a instituição forneceu a devida autorização para a realização da pesquisa e para a menção ao seu nome real nesta dissertação.

O segundo capítulo busca discorrer a respeito da Psicologia Escolar, apresentando inicialmente uma noção geral e norteadora da Psicologia Escolar Crítica e segue a mesma lógica do anterior. Identifica inicialmente a relação da Psicologia Escolar e o Ensino Superior partindo então para a realidade daquela no Cefet-MG e na Unidade de Araxá.

O terceiro será dedicado ao percurso metodológico, que discorrerá a respeito do levantamento dos documentos históricos da Assistência Estudantil e também das entrevistas semiestruturadas realizadas com os atores educacionais da instituição. Já o quarto capítulo, que inaugura a organização das análises em eixos temáticos, aborda a constituição da AE, seguindo principalmente os caminhos narrados nas entrevistas que ofereceram uma riqueza de circunstâncias que constroem uma história de luta, superação e dedicação dos diversos atores educacionais da instituição em prol da composição da área que auxiliaria os estudantes.

O quinto capítulo contempla a visão dos educadores e estudantes a respeito da Assistência Estudantil, como a área é percebida e reconhecida dentro da instituição pelos profissionais que ali trabalham e pelos próprios estudantes. Discorrer sobre a psicóloga escolar no Cefet-MG é do que trata o sexto capítulo. Por fim, serão expostas as considerações finais a respeito da pesquisa.

O fortalecimento da concepção crítica da Psicologia, a divulgação e consolidação do papel da Assistência Estudantil na instituição e fora dela, incremento da atuação do Psicólogo Escolar são algumas das conjecturas que a visionária que habita em mim faz votos com esta pesquisa e ao longo dela.

A exposição da trajetória pessoal legitima o lugar da pesquisadora, sua constituição tecida a partir do encontro da psicóloga escolar com a Assistência Estudantil na pesquisa realizada no Cefet-MG Araxá. Percebo a ousadia e reconheço os

riscos de se falar de um lugar cognoscível, porém peço licença poética para dizer: “Ah, bruta flor do querer”. O querer era grande demais!

Ah! Bruta flor do querer
Ah! Bruta flor, bruta flor
Onde queres o ato, eu sou o espírito
E onde queres ternura, eu sou tesão
Onde queres o livre, decassílabo
E onde buscas o anjo, sou mulher
Onde queres prazer, sou o que dói
E onde queres tortura, mansidão
Onde queres um lar, revolução
E onde queres bandido, sou herói.
(Veloso, 1984)

1. Educação, Cefet-MG e Assistência Estudantil: as histórias que nos constituem

Buscando alcançar os objetivos desta pesquisa, consideramos oportuno situar historicamente a educação profissional no Brasil e identificar, nesta vasta história, onde se encontram os primórdios da instituição de ensino Cefet-MG. Torna-se interessante descrever o pitoresco detalhe em que o Cefet-MG, hoje uma instituição centenária e reconhecida na formação de jovens e adultos, iniciou os seus trabalhos no dia 8 de setembro de 1910, com o ensino primário profissionalizante formando crianças pobres para o mercado de trabalho na novíssima e promissora capital Belo Horizonte (Fonseca, 1962). Detalhe que nos remete também ao caráter assistencial da época e com o decorrer dos fatos e anos como se constituiu e ainda se estrutura a realidade da Assistência Estudantil hoje.

Deste modo, neste capítulo abordaremos brevemente os principais registros históricos da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e situaremos o momento da criação do Cefet-MG para, em seguida, descrevê-lo e caracterizá-lo. Descreveremos a interessante saga do nascimento do ensino superior em solo brasileiro que trouxe consigo os primórdios da Assistência Estudantil. Também vamos traçar o percurso da peculiar trajetória do Cefet-MG Campus Araxá, objeto desta pesquisa e, por fim, identificar a realidade da Assistência Estudantil no contexto Cefet-MG e Cefet-MG Unidade Araxá.

1.1 Educação Profissional no Brasil – Breve Histórico

Torna-se importante ressaltar inicialmente que a história da educação profissional no Brasil é extensa e fortemente marcada pelos momentos políticos do nosso país, o que não se coaduna com o objetivo desta pesquisa, porém se revela

extremamente necessário à leitura da conjuntura onde nasceu à instituição Cefet-MG⁴. A instituição de ensino Cefet-MG foi reconhecida inicialmente, dentre as diversas instituições brasileiras de ensino, pelos serviços prestados no ensino médio-técnicos desde 1910. Agora, após 108 anos de existência e um histórico de grande expansão no estado de Minas Gerais, possui cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Graduação, Pós-Graduação *lato e stricto sensu*.

O Centro Federal, chamado Cefet-MG, integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFET) que é composta por instituições historicamente reconhecidas no ensino médio brasileiro. A educação profissional brasileira traz na sua história basicamente a dualidade entre o ensino profissionalizante, direcionado à formação de mão de obra da classe trabalhadora e o ensino propedêutico, que seria basicamente a preparação geral e básica para o ingresso no ensino superior.

Segundo os primeiros registros da Educação no Brasil, com a vinda da Família Real (fugida de Portugal) ao Rio de Janeiro, em 1808 foram criadas as primeiras instituições de Ensino Superior, como a Academia Real da Marinha (Kowalski, 2012). E em 1809 o Príncipe Regente, futuro Dom João VI, criou através de um decreto o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro colégio de educação profissional brasileiro, o que aconteceu logo após a suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras no Brasil. No decorrer do século XIX, foram registradas diversas ações do Brasil Império direcionadas à profissionalização de menores abandonados. A partir da década de 1840 foram criadas nas capitais de províncias as *Casas de Educandos e Artífices* que objetivava “a diminuição da criminalidade e da vagabundagem” (Brasil, 1999, p. 22). Em 1854, foram criados também os *Asilos de Infância dos Meninos Desvalidos*, local onde as crianças eram alfabetizadas e

⁴ Os registros históricos e seus respectivos marcos legais, específicos do Cefet-MG, encontram-se no anexo A.

“encaminhadas às oficinas públicas e particulares, por meio de contratos fiscalizados pelo Juizado de Órfãos” (p.22). Posteriormente, na segunda metade do século foram fundados os *Liceus de Artes e Ofícios*, sociedades civis destinadas a amparar crianças órfãs e abandonadas (Brasil, 1999).

Nos primeiros anos do século XX foi consolidada uma política de desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola no Brasil. Logo em 1909, o então presidente Nilo Peçanha, por decreto, instalou 19 *Escolas de Aprendizizes Artífices*, que sofreram fortes influências dos antigos Liceus de Artes e Ofícios principalmente no seu aspecto assistencialista. Consideramos, em tais instituições, uma concepção de trabalho como elemento reformador dos menores / estudantes: “As Escolas de Aprendizizes Artífices foram contemporâneas das Escolas Normais e dos Grupos Escolares, e se diferenciaram quando investiram numa formação socioeducativa de assistência ao menor “desvalido” ou “transviado”, pela aprendizagem de um ofício e preparação para o trabalho.” (Medeiros Neta, Nascimento, & Rodrigues, 2012, p. 97).

Nesse contexto, o Cefet-MG foi fundado em 08/09/1910 em Belo Horizonte. A instituição oferecia, nesse momento, ensino primário profissionalizante para crianças pobres de 12 a 16 anos nas áreas de carpintaria, ferraria, marcenaria, ourivesaria e sapataria (Fonseca, 1962). Como a fundação da escola coincidia com os primeiros anos da planejada cidade de Belo Horizonte, esses cursos tinham aspecto artesanal e buscavam contribuir com a nova cidade.

Os anos se passaram e o Cefet – MG se tornou uma instituição federal de Ensino Superior (IFES), caracterizada como instituição *multicampi* e com atuação em todo o Estado de Minas Gerais. Essa trajetória será contemplada nos próximos capítulos, quando o enredo do Cefet – MG será relatado.

1.2 Educação Superior no Brasil

As políticas da educação superior⁵ no Brasil sempre trouxeram marcas que decorrem de cada momento histórico vivido pelo país. Resultantes de transformações políticas/sociais e ou reformas, as universidades vêm passando ao longo dos anos por diversas alterações conjunturais, o que lhes exige uma capacidade de se reconfigurar e se atualizar “a fim de resistir às inovações e as mudanças que possam afetar seus valores e seu modo de agir” (Kowalski, 2012, p.83).

Para narrar o desenvolvimento do sistema da educação superior brasileiro, iniciamos destacando o conjunto de acontecimentos que marcaram a constituição do nosso país e apontando as peculiaridades de um país recém-descoberto. Dentro do contexto latino-americano, o fato de o Brasil ser colônia de Portugal, trouxe uma diferenciada política de colonização, principalmente no que se refere às questões educacionais. Desde o século XVI, os espanhóis fundaram centros universitários em suas possessões na América, entretanto o Brasil, Colônia de Portugal, não possuiu instituições de ensino superiores no seu território até início do século XIX. Não se via justificativa para a criação de uma instituição de ensino superior na colônia, considerando-se mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores. No período colonial e monárquico, todos os esforços para a criação de universidades no país foram malogrados, o que denota uma forte política de controle por parte da metrópole (Fávero, 1980). Na Colônia, o ensino formal esteve a cargo dos jesuítas da Companhia de Jesus, que se dedicavam à cristianização dos indígenas, à formação do clero e à educação dos filhos da classe dominante. Esses últimos, eram considerados portugueses nascidos no Brasil, eram preparados a fim de se

⁵ O termo empregado, educação superior, se refere a uma visão mais ampla do processo de ensino aprendizado, contemplando as áreas de ensino, pesquisa, extensão e outras formas de atuação como educador em uma escola, como por exemplo, além do corpo docente, as áreas de apoio existentes nas instituições como: Pedagogia, Psicologia Escolar, Assistência Estudantil (INEP, 2017).

deslocarem, no momento oportuno, até a metrópole para poderem frequentar a Universidade de Coimbra, em Portugal. A sociedade da época se caracterizava por ser latifundiária, escravocrata e aristocrática, subsidiada por uma economia agrícola e rudimentar, ou seja, não havia a necessidade direta por uma população letrada (Cunha, 2007). Resumindo, a educação jesuítica era uma força mantenedora da ordem social vigente, catequizando a todos e reforçando a superioridade da metrópole em relação à Colônia, dissimulando toda e qualquer iniciativa que vislumbasse alguma independência cultural ou política de Portugal.

Por consequência, o surgimento das instituições de ensino superior (IES) no Brasil foi tardio, quando comparado ao surgimento da primeira universidade nas demais colônias latino-americanas ou equiparado ao mundo. O surgimento da primeira universidade no mundo foi no fim do século XI localizada na Itália, durante o período da Idade Média, Universidade de Bologna. Passaram-se cerca de 720 anos para a criação da primeira universidade no Brasil. Inicialmente o Ensino Superior Brasileiro (ESB) trazia uma característica peculiar, pois se tratavam de faculdades, ou melhor, de escolas destinadas a formar profissionais, como médicos, advogados e engenheiros e não o que poderíamos chamar de universidade (Kowalski, 2012).

A primeira instituição de Ensino Superior no Brasil foi fundada em 1808, em um pitoresco episódio em que a Família Real Portuguesa fugiu de Lisboa para o Brasil para escapar das tropas de Napoleão que haviam invadido Portugal (Soares, 2002). Desde então, Salvador passou a sediar o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia e quando houve a transferência da Corte Real para esta cidade no Rio de Janeiro, foi criada na cidade a escola de Cirurgia, além de Academias Militares e a Escola de Belas Artes. A estratégia do Reinado de Dom João VI era manter em Portugal (Coimbra) a verdadeira academia, lugar aonde a elite brasileira do século XIX encaminhava seus filhos para

estudar. A formação superior era um privilégio da elite e não do povo. (História Viva, 2009). Precisamos destacar que no Brasil, “a implantação dos grandes centros universitários, multidisciplinares de ensino e pesquisa pura, aconteceram somente durante o século XX” (Kowalski, 2012, p. 38).

No momento em que o Brasil tornou-se independente de Portugal, em 1822 e iniciou-se o período da Monarquia, primeiro com Dom Pedro I e mais tarde Dom Pedro II, quando foram criados dois cursos de Direito, em Olinda e em São Paulo, em 1827, além da Escola de Minas, em Ouro Preto em 1832. As primeiras faculdades brasileiras de Medicina, Direito e Politécnica estavam localizadas em cidades importantes e possuíam uma orientação profissional bastante elitista. Logo, no período imperial, apesar de algumas faculdades terem sido criadas, nenhuma universidade foi fundada e o alto conceito da Universidade de Coimbra persistia, afastando qualquer expectativa de construção de uma instituição deste porte no jovem país.

Na verdade, a primeira instituição de ensino superior brasileira denominada universidade surgiu apenas no século XX. Em 1920, por meio do Decreto nº 14.343, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, quando o governo reuniu administrativamente as escolas politécnicas, faculdade de direito e de medicina pré-existentes na então capital brasileira. Ela, entretanto, conservava características que pouco divergia do vigente até então, era voltada ao ensino e não à pesquisa, conservava a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia dos seus cursos, basicamente elitista (Soares, 2002).

Em 1931, durante o governo de Getúlio Vargas, criou-se o Ministério de Educação e Saúde; com Francisco Campos, o seu primeiro titular, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras que vigorou até 1961: a universidade poderia ser oficial (federal, estadual ou municipal) ou livre (privada), deveria incluir três dos

seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências, Filosofia e letras. Essas faculdades seriam ligadas administrativamente a uma reitoria, mas teriam autonomia jurídica. Para muitos críticos da época, a política priorizava o ensino médio do que os anseios dos educadores que vislumbravam uma universidade voltada às atividades de pesquisa (Fávero, 2006).

Os anos se passaram, mas a história do Ensino Superior no Brasil ainda guarda resquícios de um passado de desigualdades. O acesso ainda não é universalizado, uma vez que nem todos aqueles que gostariam de nele ingressar obtêm esse direito. A conjuntura nacional aponta que o número de estudantes matriculados em curso superior hoje é o contingente de 8.052.254, ou seja, representa apenas 30% da população com idade entre 18 e 24 anos (INEP, 2017). Para adensar esta lamentável realidade, segundo dados estatísticos, 27% da população brasileira está na categoria de analfabetos funcionais, sendo que os proficientes, ou seja, capazes de compreender e elaborar textos de diferentes tipos, como mensagem (um e-mail), descrição (como um verbete da *Wikipédia*) ou argumentação (como os editoriais de jornal ou artigos de opinião), além de conseguir opinar sobre o posicionamento ou o estilo do autor do texto. (INEP, 2017).

Portanto, torna-se de extrema importância ser discutida e assegurada a Assistência Estudantil no intuito, mesmo que ainda longe da realidade que almejamos, de se propor uma alteração nesse contexto.

1.3 CEFET-MG

O Cefet-MG é uma instituição secular, historicamente reconhecida no conjunto de escolas do ensino médio brasileiro e que integra a Rede Federal de Educação Tecnológica Profissional, Científica e Tecnológica (RFET). Trata-se de uma instituição pública de ensino vinculada ao Ministério da Educação (Decreto nº7566, 1909).

Juridicamente é uma autarquia do Poder Executivo, de regime especial, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar. Possui um percurso de 108 anos na área da educação profissional tecnológica no Estado de Minas Gerais e atua na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Graduação, Pós-Graduação *lato e stricto sensu*.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2012a) o Cefet - MG tem por finalidade:

Formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada. (p. 61).

A trajetória histórica do Cefet-MG se assemelha à história da educação profissional no Brasil, sendo uma instituição inicialmente criada como uma Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais no governo do então presidente Nilo Peçanha, pelo Decreto nº 7566/1909 de 23 de Setembro (Decreto nº 7.566/1909). Esses modelos de escolas ofereciam cursos industriais e eram custeadas com recursos do Estado. Segundo o Decreto que criou as Escolas de Aprendizes Artífices, era necessário “não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime”. (Decreto nº 7.566/1909). Tal destaque nos revela que, nos primórdios da história da educação profissional, existia um forte caráter

assistencialista e moralista que cumpria o ideário de uma escola voltada para o trabalho, com o propósito de eliminar a criminalidade e formar o caráter. Segundo Oliveira (2013), a então Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais oferecia cursos de caráter artesanal com estes propósitos.

Essa realidade se modificou durante o governo de Getúlio Vargas na década de 1930, quando nos primeiros anos de governo foi implantada a primeira reforma educacional no Brasil chamada Reforma Francisco Campos. Esta reforma trazia a articulação dos ideais desse governo e dentre outras medidas destacam-se os dois decretos que organizam o ensino secundário e regulamentam o ensino comercial sucessivamente: Decreto Nº 19.890, de 1931 e Decreto Nº 20.158, também de 1931. Nessa mesma época, as Escolas de Aprendizes Artífices de Minas Gerais foram transformadas em Liceus Industriais. Com o processo de industrialização da época, a educação profissional foi profundamente modificada para atender às novas demandas das classes dirigentes. Novos decretos, datados de 1942, denominados Leis Orgânicas da Educação Nacional (Reforma Capanema), buscavam regulamentar cada tipo de ensino: Formação básica: primário e secundário (subdividido em ginásial e colegial) e Formação Superior (Decreto nº4244, 1942).

Em 1942, o Decreto nº 4127 transforma o Liceu Industrial de Minas Gerais em Escola Técnica de Belo Horizonte. A formação profissionalizante (industrial, comercial e agrícola) oferecida por estas escolas era equivalente ao ensino médio atual, mas não habilitava os estudantes para o ingresso no ensino superior. Somente em 1961 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é que se consolidou a total equivalência entre o ensino profissional e o ensino secundário. E durante o ano de 1959, como fruto das transformações que ocorreram no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, as escolas técnicas são qualificadas como escolas federais.

Ainda nos anos 1950, a Escola Técnica de Belo Horizonte passa a se denominar Escola Técnica Federal de Minas Gerais. E, em 1978, as Escolas Técnicas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná foram transformados em Cefets. A partir de então as unidades do CEFET – MG passaram a oferecer, além do denominado 2º grau técnico, cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Assim sendo, a Escola Técnica Federal de Minas Gerais se transformou em Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais em 1978 (Oliveira, 2013, p.18).

Durante a sua trajetória, o Centro Federal recebeu as seguintes nomenclaturas:

1909 – Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais

1941 – Liceu Industrial de Minas Gerais

1942 – Escola Técnica de Belo Horizonte

1969 – Escola Técnica Federal de Minas Gerais

1978 – Centro Federal de Educação Tecnológico de Minas Gerais

A história se seguiu e o Cefet - MG se tornou uma instituição federal de Ensino Superior (IFES), caracterizada como instituição *multicampi* e com atuação em todo o Estado de Minas Gerais. Trata-se da maior instituição de ensino tecnológico do Estado de Minas Gerais. A sua sede encontra-se em Belo Horizonte e possui dez *campi*, sendo dois em Belo Horizonte, um em Contagem e sete distribuídos nas regiões da Zona da Mata (Leopoldina), do Alto Paranaíba (Araxá), do Centro-oeste de Minas (Divinópolis), do Sul de Minas (Varginha e Nepomuceno), do Rio Doce (Timóteo) e da Região Central do Estado (Curvelo). Todas as suas unidades estão em áreas com intenso desenvolvimento industrial e seguem as seguintes datas de inauguração (Cefet, 2014):

1909 – Belo Horizonte

1987 – Leopoldina

1992 – Araxá

1994 – Divinópolis

2006 – Timóteo

2006 – Varginha

2007 – Nepomuceno

2010 – Curvelo

2012 – Contagem

Torna-se necessário destacar que em 2008, foi instituída, a partir da lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11.892/2008), a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Nesse momento, a maior parte dos Cefets que existiam no país, como o caso do Cefet-AM, Cefet - RS e o Cefet-SP, foi convertida em Institutos Federais (IFETs). A realidade do Cefet-PR, Cefet-RJ e Cefet-MG, por uma questão estratégico-política, foi diferente. Apesar de também fazerem parte da nova Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, optaram por não fazerem a conversão em IFETs, pois havia o intuito de tornarem-se Universidades Tecnológicas Federais. Entretanto, exclusivamente o Cefet-PR conseguiu se tornar Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Assim, atualmente existem apenas Cefets no Rio de Janeiro e em Minas Gerais e intenção de se tornarem universidade ainda está presente nos seus planos estratégicos.

1.4 Cefet-MG Unidade Araxá

A cidade de Araxá está localizada na região do alto Paranaíba, em Minas Gerais e sua população é de cerca de 108 mil habitantes. Em decorrência de sua formação geológica, as terras araxaenses abrigam águas sulfóreas e radioativas e alguns minerais, como o nióbio, fosfato e terras raras⁶.

⁶ Terras raras: Substâncias químicas usadas na indústria, um grupo de 17 elementos químicos.

Dentre as atividades econômicas estão a agricultura e a pecuária que ocupam uma posição de destaque na economia do município possuindo, dentre outras características, uma bacia leiteira de destaque no estado. A atividade turística também está presente na cidade, pois se encontram em Araxá diversas ruínas e construções da época do Brasil Colônia, com forte apelo histórico (Lima, 2013). Porém, é o segmento da exploração mineradora e metalúrgica que representa a principal fonte geradora de renda e emprego para a cidade. Tal fato tornou imprescindível para o desenvolvimento do município, ao longo da historiografia de Araxá, a existência de escolas que oferecem formação técnica para seus habitantes.

Segundo dados da Secretaria Municipal da Educação, hoje a realidade educacional da cidade comporta 45 escolas municipais, 15 estaduais, 31 privadas e uma federal (Prefeitura de Araxá, 2017). Dentre as instituições particulares estão três escolas do Ensino Médio, o Centro Universitário de Araxá – UNIARAXA que se trata de uma faculdade presencial e diversos polos avançados de EAD, além de muitas escolas de Ensino Infantil. O Cefet-MG é a única instituição federal na cidade a oferecer cursos de graduação e cursos técnicos (IBGE, 2015).

A unidade do Cefet – MG Araxá foi inaugurada em 1992 para atender a esta demanda de mão de obra qualificada da cidade. Nessa ocasião, o Centro Federal sediado em Belo Horizonte encampou a antiga escola técnica da cidade – Escola de Minas (EMINAS) e a transformou em uma instituição de ensino superior que oferece ao estudante a oportunidade de se desenvolver em todos os níveis de ensino em uma única escola. Atualmente oferece os Cursos Técnicos em Edificações, Eletrônica, Mecânica e Mineração na modalidade integrada (diurno) e os Cursos Técnicos em Edificações, Eletrônica, Mecânica e Mineração nas modalidades Subsequentes e Concomitância Externa (noturno) e Cursos Superiores de Engenharia de Controle e Automação

Industrial e Engenharia de Minas. O histórico dos cursos na unidade decorreu da seguinte forma:

1992 - Cursos Técnicos em Eletrônica, Mecânica e Mineração.

2001 - Curso Técnico em Edificações.

2006 - Engenharia de Controle e Automação Industrial.

2010 - Engenharia de Minas.

Em consonância com todas as unidades do Cefet-MG, a unidade percebe a pesquisa e a extensão como um importante impulso na formação dos seus estudantes e, neste sentido, realiza eventos para divulgação dos trabalhos e pesquisas da formação técnica ou superior e, ainda, possui um núcleo de robótica que ocupa posição de destaque no cenário nacional e internacional (Cefet,2014⁷).

1.5 A Assistência Estudantil: uma história de amor, suor e lágrimas!

Para falarmos da Assistência Estudantil⁸ (AE) precisamos enfatizar o quanto a Educação no Brasil é marcada por desafios e proposições resultantes dos processos de mudanças vividos pela sociedade contemporânea. Portanto, a AE vive desde o seu nascimento, no âmbito da Política de Educação Brasileira, condicionantes que impedem a efetivação da garantia de direito ao acesso e à permanência dos estudantes no ensino público de qualidade. Tais condicionantes ou vulnerabilidades sociais decorrem da decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências,

⁷<http://www.araxa.cefetmg.br/site/sobre/historico.html>

⁸A Assistência Estudantil, segundo a Revista 25 anos do Fonaprace, é “um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (FONAPRACE/ANDIFES; PROEX/UFU, 2012, p. 63).

dentre outras) (Freitas, 2012). Realidade que justifica o subtítulo: Assistência Estudantil: uma história de amor, suor e lágrimas!

Segundo Kowalski (2012), para compreendermos a AE devemos perceber as fases distintas da sua trajetória, separadas em decorrência de situações políticas, sociais e econômicas do Brasil. A autora destaca que a primeira fase estaria compreendida desde a construção da “Casa do Estudante Brasileiro” que ficava em Paris até o período de democratização política com a criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) (1928 a 1970). Uma segunda fase seria o momento de uma nova configuração da política da assistência estudantil nas universidades com a formação do Fonaprace até o estabelecimento do ProUni (1987 à 2004) e uma terceira fase que abrangeria a expansão e reestruturação das IFES quando passou a existir o REUNI com o até os dias atuais. Esse enredo será detalhado mais à frente.

Etimologicamente a palavra universidade vem do latim *Universitas*, que significa: "Universalidade, o todo, e ainda o Universo, o conjunto das coisas" (Houaiss, 2009, p.1908). Como marca de nascença, a AE traz o seu começo intrinsecamente atrelado ao surgimento da universidade que, segundo Kowalski (2012), “se originou como um grande legado da Idade Média e muito representa o modo de vida medieval, principalmente por se tratar de uma organização do tipo corporativo, também chamada de *universitas*.”(p. 83).

Quando destacamos o modo de viver nos feudos da Idade Média, utilizamos esta referência para citar as corporações constituídas pelos estudantes e professores que tinham como objetivo a proteção dos membros em dificuldades e anteparo a todos os fatores externos que poderiam comprometer seu funcionamento. Como uma destas corporações, a universidade, inicialmente, voltava-se para a proteção dos seus membros, mestres e estudantes, assegurando-lhes auxílio mútuo e fraterno.

Pontua-se que a primeira fase da Política de Assistência Estudantil (PAE) no Brasil conjuga-se em um período em que o acesso à educação superior era um privilégio para poucos. Somente as pessoas com boas condições financeiras conseguiam manter seus filhos no ensino superior, ou seja, a educação se concentrava nas mãos da elite, que encaminhava seus filhos para as instituições consolidadas no exterior, especialmente Portugal. Essas instituições de ensino superior (IFES) mantinham um padrão de ensino-aprendizagem de qualidade e também dispunham uma infraestrutura no atendimento ao estudante no aspecto de Assistência Estudantil. Merece destaque o fato de que bem antes disto já estava instalada nessa sociedade uma herança de aspectos sociais, econômicos e culturais de uma “colonização portuguesa, da sociedade senhorial e escravista e da oligarquia da República, níveis ínfimos de aspiração educacional, a democracia do ensino e as concepção de que o ensino superior constitui um privilégio das elites das classes possuidoras” (Fernandes, 1979, p.72).

Portanto, contextualizando a dinâmica sócio-política do Brasil da época, revela-se que a primeira prática de auxílio ao estudante ocorreu durante o governo de Washington Luís em 1928, que incentivou a construção da Casa do Estudante em Paris⁹, sendo o governo responsável por repassar as verbas necessárias tanto para a edificação das estruturas como para a manutenção da casa e dos estudantes. Era uma Política de Assistência Estudantil voltada para o atendimento das necessidades dos filhos da elite brasileira, tendo em vista que somente este público tinha acesso ao ensino superior.

Nos anos de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência, houve um incremento nas questões relacionadas à educação, pois se acreditava que a reforma da educação e do ensino era umas das medidas emergenciais a serem tomadas. Houve na época um processo de industrialização e urbanização das cidades que influenciou

⁹A Casa do Estudante em Paris é considerada a primeira prática de atendimento ao estudante onde o governo subsidiava a manutenção da casa e dos estudantes, filhos da elite brasileira.

diretamente no aumento da demanda por educação. Cabe destacar que, nessa época, ocorreu a primeira regulamentação do ensino superior e a consequente reformulação da assistência para os estudantes neste grau de ensino. Destacam-se dois importantes decretos promulgados no Brasil: Decreto nº 19.850 de 1931, referia-se à criação do Conselho Nacional de Educação que privilegiava o sistema universitário em detrimento das escolas superiores isoladas, as antigas faculdades e o Decreto nº 19851 de 11 de abril de 1931, também chamado de Reforma Francisco Campos que versava sobre o Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras, estabelecendo que o modelo universitário fosse preferencial para organização neste nível de ensino (Kowalski, 2012). Contudo, essas mudanças de quadro não significaram que houvesse uma democratização no ensino superior; o acesso à educação superior permaneceu um privilégio de uma elite. Os estudantes deveriam fazer parte do poder decisório da instituição através dos seus representantes legais pelo Diretório Central dos Estudantes¹⁰ (DCE).

Por meio destes decretos começou-se a vislumbrar a regulamentação da Assistência Estudantil, pois dentre alguns benefícios que se previa havia a concessão de bolsas para determinados estudantes após aprovação dos conselhos universitários (entendimento entre professores e estudantes) de que estes atendiam aos requisitos, como por exemplo, no caso de necessidade financeira através da “declaração de pobreza” bem como era observado se o comportamento do sujeito condizia com a realidade declarada (Fávero, 1980).

Em 1930 houve a abertura da Casa do Estudante no Rio de Janeiro, um casarão que era frequentado por estudantes “carentes”¹¹ em que o então Presidente Getúlio

¹⁰O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é uma entidade estudantil que representa todos os estudantes (corpo discente) de uma instituição de ensino superior (UNE, 2017).

¹¹O termo “carente” é utilizado até hoje por algumas IFES para caracterizar os estudantes que utilizam o programa de Assistência Estudantil para sanar as suas necessidades socioeconômicas. Porém, a AE

Vargas fazia grandes doações para a manutenção da casa e dos estudantes. Nesse momento a Assistência Estudantil passou a integrar a Constituição Federal de 1934 no artigo 157, prevendo a doação de fundos aos estudantes necessitados por meio do fornecimento de material escolar, bolsas de estudo, alimentação e assistência médica e odontológica (Kowalski, 2012).

No período em que Gustavo Capanema ocupava o Ministério de Educação e da Saúde, em 1934, iniciaram-se os primeiros passos em direção à criação da primeira Cidade Universitária no Brasil, um espaço próprio para abrigar os diferentes prédios da Universidade do Rio de Janeiro (Campos, 1940). Logo em 1937 houve a criação da União Nacional dos Estudantes, a UNE, uma entidade nacional que segundo pretensões do governo seria uma instituição despolitizada¹² de representação estudantil. Inicialmente ficava ligada à Casa do Estudante do Brasil que seria a sua sede administrativa e responsável em promover a assistência jurídica, bolsas, empregos, biblioteca, saúde e residência dos estudantes. Em 1938, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, a ligação da UNE com a Casa dos Estudantes do Brasil foi rompida e o Teatro do Estudante do Brasil foi criado com inspiração em teatros universitários europeus, o que permitiu a participação de muitos estudantes na vida cultural acadêmica. Nesse momento histórico houve a criação das instituições de ensino com *status* de universidade nos estados de São Paulo (Universidade de São Paulo), Rio de Janeiro (Universidade do Brasil transformada na atual UFRJ) e Rio Grande do Sul (Universidade de Porto Alegre atual UFRGS). Essa tendência perdurou pela década de 1940 com a criação, no período, de diversas outras universidades, como a fundação de Universidades Católicas (PUCs), entre outras (Kowalski, 2012).

também problematiza o uso dos termos carente, auxílio, ajuda etc., pois eles remeteriam a uma realidade de ajuda e de apoio e não de direitos (Sposati, 2012).

¹² O Ministério da Educação planejava a criação de uma entidade nacional de representação estudantil; porém, completamente despolitizada (Kowalski, 2012).

Foi na década de 1940 que a AE passou a se consolidar na legislação com um caráter de obrigatoriedade para todos os níveis de ensino. A Constituição Federal de 1946, no Capítulo II artigo 172, regula a AE ao afirmar que “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de Assistência Educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (Kowalski, 2012, p.88).

Durante o período correspondente à Ditadura Militar o movimento estudantil promoveu diversas reuniões com o objetivo de se discutir a reforma universitária e os direitos dos estudantes, mas como se tratou de um período de repressão social e política os estudantes receberam pouca atenção e completa sabotagem dos seus direitos. O governo militar reconhecia a alta rentabilidade econômica que o ensino superior traria em longo prazo para o país e usou o incentivo à criação de universidades como forma de simular um incremento na educação. Portanto, foi o período em que se criaram universidades federais em todo o país, ao menos uma em cada estado. Em 1964 foi estudada a possibilidade de se implantar o “modelo napoleônico” de instituição superior que se caracterizaria por uma total rigidez e interferência direta dos governos e a universidade com a função exclusiva de formação profissional destinada ao trabalho para o Estado (Cunha, 1989).

Nesse período também houve, em 1968, a Reforma Universitária que visou fundamentalmente à modernização e expansão das instituições públicas. Uma vez que aconteceram algumas modificações nas universidades federais como a possibilidade de uma maior articulação entre as atividades de ensino e pesquisa.

No ensino superior privado aconteceu um grande crescimento; o número de matrículas subiu de 300.000 (1970) para um milhão e meio (1980), o que se revelou mais uma estratégia do governo em “inundar a universidade simulando democratizar as oportunidades educacionais no nível do ensino de terceiro grau, ela ampliou as vagas

para sufocar a rebeldia dos jovens e expandir a rede do ensino particular” (Fernandes, 1989, p.106). Com a expansão universitária, as instituições de ensino superior privado se tornaram meras transmissoras de conhecimento de cunho marcadamente profissionalizante distanciado da atividade de pesquisa, retorno ao antigo padrão (Martins, 2009).

Nos anos 1980, momento em que no Brasil houve a transição da ditadura para a democracia e o país passou por uma forte crise econômica, a educação também entrou em outra fase histórica. Nesta conjuntura, uma série de debates e projetos de leis se consolidou e resultou em uma nova configuração da Política de Assistência Estudantil nas universidades brasileiras; uma fase mais madura em relação aos direitos dos estudantes, posicionamentos em prol de reformulações e lutas por direitos que sempre tiveram como mola propulsora os movimentos estudantis. Vale destacar que o país passava por sérios problemas sociais como desemprego, serviços de saúde precários, desigualdade na educação e outros frutos dos longos e nebulosos anos da ditadura (Kowalski, 2012).

A desigualdade na educação era retratada nos problemas decorrentes do acesso e permanência que na época pós-ditadura, ganharam espaço para serem discutidos nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitário-Estudantis e nas reuniões organizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Esses espaços de discussões criaram condições para ser instituído em 1987 o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantil, o Fonaprace.

Quando pesquisamos a história da Assistência Estudantil (AE) no Brasil nos deparamos sempre com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantil, o Fonaprace (Fonaprace,1993), pois a narração de suas

trajetórias, AE e Fonaprace, se confundem e se complementam. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis é um coletivo de representantes de Instituições Federais de Ensino (IFES) com participação nas cinco regionais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul contemplando todo o território nacional. Completou 30 anos de existência em 2017 e traz por excelência a marca da luta pela Assistência Estudantil como direito nas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil. Portanto, não poderíamos continuar a discorrer sobre a trajetória da Assistência Estudantil sem antes destacarmos e nos delongarmos a respeito do Fórum, considerado, junto com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), os espaços por excelência de discussão das Políticas Educacionais e dos direitos estudantis em nosso país.

Ao resgatarmos a história do Fonaprace, relembremos que ela se inicia na década de 1980, no momento em que o Brasil vivia um processo de redemocratização e abertura política pós-ditadura civil militar, ocasião marcada fortemente pelo movimento das Diretas Já e pela nova Constituição de 1988. Segundo consta no livro *Dez Encontros* (1993), publicado pelo Fórum, em meados 1984 os Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) já se reuniam para discutir a respeito das políticas de promoção e apoio aos estudantes. O I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária ocorreu na cidade de Florianópolis – SC em novembro de 1985 (Fonaprace, 1993), em que estavam representadas 27 universidades brasileiras e cujo tema central foi a análise da política de assistência e apoio ao estudante e ao servidor. A partir do encontro concluiu-se que a necessidade de se criar um programa com dotação orçamentária para atender a assistência ao estudante junto à Secretaria de Ensino Superior (Sesu/MEC) era premente.

Após este encontro nacional, vários outros encontros regionais ocorreram e diversos documentos foram produzidos, caracterizando a grande relevância do tema para aquele momento. Tamanha era a movimentação nacional e regional, que aconteceu em agosto de 1987, em Belo Horizonte, o II Encontro Nacional, momento em que se criou o Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace, 1993). Este Fórum era composto inicialmente por um representante de cada região geográfica do país, em número de cinco e ficou encarregado de discutir, elaborar e propor para o MEC a política de promoção e apoio ao estudante. Nesse mesmo ano, o Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantil passou a ser denominado Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantil (Fonaprace) com sua sede em Manaus.

No final da década de 1980 também foi criada a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, no dia 23 de maio de 1989, sendo a entidade a representante oficial das IFES na interlocução com o governo federal (Fonaprace, 2012).

O que se presenciava nas instituições de ensino superior no que diz respeito à Assistência Estudantil até aquele momento eram os programas de bolsas ineficientes, a existência de alguns restaurantes e residências estudantis. A maioria das IFES não possuía nenhuma política ou programa de Assistência Estudantil. Naquela época, no Brasil, vivia-se um momento de fortalecimento do processo de globalização da economia movido pelo projeto neoliberal que contemplava entre outras coisas, fortes ideias de privatização das instituições públicas de ensino (Fonaprace, 2012). Na contrapartida, o FONAPRACE definiu como meta prioritária trabalhar na sistematização de uma proposta de “política de Assistência ao Estudante que garantisse o seu acesso e permanência, assegurando-lhe os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico” (Fonaprace, 2012, p.55), pois se percebia naquele momento

que, apesar de uma situação política adversa, iniciava-se um canal de interlocução com o MEC.

No período de 1993 a 1996 o Fórum realizou levantamentos e pesquisas para se determinar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES. Este trabalho sistemático nas IFES se mostrou indispensável no momento de formulação e de debates sobre os parâmetros para se construir uma proposta de política de Assistência ao Estudante. Pretendia-se dimensionar a assistência até então praticada e prospectar a demanda potencial. Ao apresentar o relatório desta primeira pesquisa em 1997, mereceu destaque inicialmente, o fato de que todo o financiamento desta foi assegurado pelas próprias IFES e na fase final os aportes de recursos do MEC/Sesu e da Andifes viabilizaram a conclusão e elaboração do relatório da pesquisa. O que se constatou foi que todo o apoio aos estudantes até então praticados pelas IFES era fruto de uma atitude isolada de cada instituição, dependendo muitas vezes da sensibilidade dos gestores ou até mesmo da capacidade argumentativa dos setores de AE junto à comunidade educacional. Sempre pautado na convicção de Assistência Estudantil (AE) como estratégia de redução de desigualdades sociais, ou seja, “não gasto e sim investimento” o FONAPRACE continuou na luta para dar visibilidade para a AE (Fonaprace, 2012, p. 21).

Desde o final de 1999, o Fórum entendeu estrategicamente que as suas reuniões deveriam acontecer em Brasília, inclusive aproximando-se da Andifes e principalmente por estar perto do centro das decisões políticas do país. E assim foi decidido, a partir de então as reuniões nacionais do Fonaprace aconteceriam em Brasília e cada vez mais o Fórum conquistava o seu espaço e o fortalecimento da Assistência Estudantil como uma importante ferramenta no processo de ensino e aprendizagem no Ensino Superior.

Outro passo importante do Fonaprace aconteceu em 2000, quando o governo federal preparava o Plano Nacional de Educação e através de grandes negociações, conseguiu-se a inclusão da Assistência Estudantil no PNE/2001, fato que resultou na elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil, onde se estabeleceram as diretrizes básicas para todas as ações relativas ao tema e sua versão final foi encaminhada à Andifes em abril de 2001. O referido documento tinha como objetivo, dentre outros, incluir verbas destinadas especificamente à Assistência Estudantil na matriz orçamentária do MEC para cada IFES. Apesar de relevantes atuações políticas do Fonaprace junto ao Sesu/MEC, nessa época ainda não se conseguiu junto ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso uma liberação de verbas para atender às demandas da Assistência Estudantil (Fonaprace, 2012).

Nesse contexto o Fonaprace percebeu a necessidade de se atualizar os dados sobre o perfil dos estudantes e então foi realizada a II Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, realizada no período de novembro de 2003 a março de 2004. A segunda pesquisa obteve a participação de 47 IFES, cerca de 89% do total de instituições federais do país e houve uma confirmação dos dados da primeira pesquisa. Foi reafirmada a importância do financiamento para a AE nas IFES e apresentou-se uma perspectiva de novos desafios frente à realidade que se formava. Decorrente do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Decreto n. 6096, 2007), implementado pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no período de 2003 a 2010, houve uma reestruturação e expansão das universidades, intensificando e muito a importância da AE no contexto das universidades federais brasileiras (Fonaprace, 2012).

Em 2007 o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi atualizado e também foi aprovado pela Andifes, o que deu início ao processo de discussão junto ao MEC no sentido da implantação do programa. Por meio da Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007, o MEC instituiu o PNAES, que se revelou um grande marco de conquista na história do Fonaprace (Fonaprace, 2007).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES) e tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, além de agir, preventivamente, para minimizar situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Os critérios de seleção dos estudantes atendidos pelo programa consideram o seu perfil socioeconômico, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição, como podemos ler no Art. 2º:

São objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (Decreto nº 7234, 2010).

Na 43ª Reunião Nacional realizada em 2008 na cidade de Ouro Preto (MG), comemoraram-se 20 anos de existência do Fórum com o lançamento de um selo e uma revista, em um clima de alegria em função da grande conquista a instituição do PNAES. Um importante destaque foi a participação efetiva do Cefet- MG na comissão

organizadora da revista dos 20 anos do Fonaprace, como também em vários outros momentos a serem ressaltados. A presença do Cefet-MG no Fonaprace se consolida não somente pela presença da Secretária da Política Estudantil da instituição, Márcia Feres, sempre ocupando cargos na gestão do Fórum, mas também na participação da equipe da Assistência Estudantil do Cefet-MG nas reuniões e grupos de trabalhos promovidos pelo Fórum e na participação do Cefet-MG em todas as edições das pesquisas dos estudantes promovidas pelo Fórum.

Nas reuniões posteriores do Fonaprace, a grande discussão girava em torno da importante e urgente consolidação do PNAES por meio da sua transformação em lei federal. Percebia-se, com grande apreensão, que as AEs estavam com uma crescente demanda de recursos devido ao novo sistema de ingresso das IFES, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)¹³, o que provocava uma mudança significativa no perfil socioeconômico dos estudantes das instituições públicas. A transformação social e econômica promovida pelos programas de ações afirmativas e a interiorização das universidades demandava uma urgente redefinição dos investimentos da AE, ou seja, alterações na matriz orçamentária de distribuição dos recursos do PNAES. A partir de então, viveu-se um forte período de efervescentes negociações e encaminhamentos que resultou no momento histórico de 19 de julho de 2010, com a assinatura pelo então presidente Lula, do Decreto nº 7234 (Fonaprace, 2012), dado historicamente importante e que para o Fórum se revelou reestruturador: conseguir junto ao Governo Federal a publicação do decreto que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). No seu artigo 1º o decreto já deixa clara sua intenção: “O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação,

¹³“O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) avalia o desempenho do estudante e ajuda em: Acesso à Educação Superior – Sisu / Prouni / Pronatec / Instituições Portuguesas, Financiamento Estudantil – Fies, Desenvolvimento Pessoal - Auto avaliação / Inserção no Mercado/ Melhorias na Educação - Estudos e Indicadores / Aperfeiçoamento do Ensino”. Recuperado de <http://enem.inep.gov.br/>

tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.” (Decreto nº 7234/10, 2010, p.1). Este decreto deu força de lei à Assistência Estudantil.

A III Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES foi realizada ainda em 2010 com a participação de 56 IFES. O estudo constatou que quase metade dos estudantes das universidades federais pertencia às classes populares: 43% pertenciam às classes C, D e E, informação que mais uma vez reforça o grande e nobre objetivo de todas as lutas do Fonaprace: a defesa da Assistência Estudantil como direito, como política pública garantida por meio de Lei Federal. A Andifes promoveu em agosto de 2011 o seminário “Assistência Estudantil e Política de Expansão”. No evento foi apresentado o relatório da terceira pesquisa e o grande objetivo desse seminário foi sistematizar uma proposta de diretrizes de uma política de Estado para a expansão das universidades federais que consideraria diversos fatores, dentre eles a Assistência Estudantil.

Um destaque em 2012 no Fonaprace foi à organização do I Seminário Nacional de Atenção à Saúde do Estudante realizado nos dias 1 e 2/03/2012 na UNIFESP que contou com a presença de 33 IFES. Esse seminário teve como meta trabalhar os pontos fundamentais em política de atenção à saúde como: a importância das políticas de prevenção ao abuso de álcool e outras drogas no meio universitário, o SUS e a atenção à saúde do estudante, relatos de programas e políticas de atenção à saúde desenvolvida nas IFES.

Também em 2012 ocorreu a 51ª reunião do Fonaprace que versou a respeito da criação de um observatório nacional para avaliação e monitoramento das ações de permanência nas IFES e sobre uma síntese documental do Fórum em seus 25 anos de

existência, que resultaria na revista comemorativa dos 25 anos do Fonaprace. (Fonaprace, 2012).

Assistiu-se a partir de então, nos inúmeros movimentos e articulações, a busca por um único objetivo: o PNAES se transformar em lei federal. Deixamos claro, porém, que o processo de consolidação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em Lei Federal ainda representa um grande caminho a ser percorrido, pois se trata de um processo contínuo de vontades políticas a serem convencidas e conquistadas por todas as instituições federais de ensino.

Outro importante destaque nessa trajetória do Fórum foi a IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileira, que foi realizada em 2014 e contou com a participação de 62 instituições, 59 universidades, uma faculdade e dois Centros Federais de Ensino Tecnológico, sendo o Cefet-MG um deles. Trouxe dentre os seus diversos índices, indicadores comprobatórios de que o ensino superior federal se tornou mais acessível, popular e inclusivo, como podemos ler no seguinte trecho:

A IV Pesquisa Nacional de Perfil dos Discentes das Instituições Federais de Ensino Superior revela que a universidade caminha na direção de espelhar a composição social do país. A universidade é feminina e cada vez mais popular e negra. Sabemos que o diagnóstico extraído resulta de um processo de democratização do acesso, com programas, tais como o Enem/Sisu e a Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas) que permitiram mais mobilidade territorial e justiça social e étnico-racial. (Fonaprace, 2016, p.17).

Destacamos que a pesquisa traz consigo uma grande responsabilidade dos gestores públicos no sentido de no mínimo manter esta realidade, oferecendo condições

para que o público discente em situação de “vulnerabilidade social e econômica possa gozar das mesmas oportunidades educacionais... garantindo que a Lei Federal 12.850/2013 (Estatuto da Juventude) seja direito de todos.” (Fonaprace, 2016, p.16), o que torna imprescindível a transformação do Decreto 7.234/2010 (PNAES) em política de Estado, isto é em lei federal.

1.6 A jornada do movimento estudantil no Brasil

Eu acredito é na rapaziada
 Que segue em frente e segura o rojão
 Eu ponho fé é na fé da moçada
 Que não foge da fera e enfrenta o leão
 Eu vou à luta com essa juventude
 Que não corre da raia a troco de nada
 Eu vou no bloco dessa mocidade
 Que não tá na saudade e constrói
 A manhã desejada
 (Gonzaga Jr, 1980)|

Para melhor descrever a trajetória da Assistência Estudantil é necessário também reconhecer que a sua luta nasce e se fortalece no movimento estudantil. Torna-se, portanto, imprescindível resgatarmos brevemente a história do movimento estudantil no Brasil procurando destacar seus momentos de protagonismo histórico. Assim teremos

uma noção maior acerca deste sujeito de que tanto se fala quando nos referimos à AE: o estudante.

Oficialmente, o movimento estudantil tem seus primórdios em 1901, quando foi criada a Federação dos Estudantes Brasileiros, entidade pioneira que teve pouco tempo de atuação e numa época em que o país ainda não tinha universidades. Contudo, foi nos anos de 1930, a partir dos decretos promulgados no governo de Getúlio Vargas, que implementaram a reforma da educação e do ensino no país, que identificamos os primórdios de uma organização estudantil. No Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras constava que o estudante deveria fazer parte do poder decisório da instituição de ensino por meio do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Também em 1930 aconteceu a abertura da Casa dos Estudantes no Rio de Janeiro. Tratava-se de um casarão de três andares, comum restaurante popular e que era frequentado por estudantes com dificuldades socioeconômicas. Neste momento, “crescia entre os estudantes o desejo em formar uma entidade nacional de representação estudantil para promover a defesa da qualidade de ensino, do patrimônio nacional e da justiça social.” (União Nacional dos Estudantes, 2017).

No dia 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, o então Conselho Nacional de Estudantes conseguiu consolidar o almejado projeto de criar sua entidade máxima, batizada de União Nacional dos Estudantes (UNE) e que naquele momento foi apoiada pelo Ministério da Educação. A UNE então passou a organizar congressos anuais e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade. Durante o II Congresso Nacional dos Estudantes a ligação entre a Casa do Estudante do Brasil e a UNE foi rompida. O primeiro presidente oficial da entidade foi o gaúcho Valdir Borges, eleito em 1939.

Organizados, os estudantes constituíram um importante movimento estudantil e as primeiras lutas políticas da UNE ilustram o seu importantíssimo papel que influenciou o cenário político nacional. Assim é narrado pela própria UNE esse primeiro momento:

Os primeiros anos da UNE acompanharam a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os estudantes brasileiros opuseram-se desde início ao nazi-fascismo de Adolf Hitler, pressionando o governo do presidente Getúlio Vargas, e chegaram a entrar em confronto direto com os apoiadores do fascismo, os integralistas, que buscavam maior espaço para a ideologia no país. No calor do conflito, em 1942, os jovens ocupam a sede do Clube Germânia, na Praia do Flamengo, 132, Rio de Janeiro, tradicional reduto de militantes nazifascistas. No mesmo período, o Brasil entrava oficialmente na guerra contra o Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão. Naquele mesmo ano, o presidente Vargas concedeu o prédio ocupado do Clube Germânia para ser sede da União Nacional dos Estudantes. Além disso, pelo decreto-lei n. 4080, o presidente oficializou a UNE como entidade representativa de todos os universitários brasileiros. Após a guerra, a UNE consolidou sua participação e posicionamento frente aos principais assuntos nacionais, fortalecendo o movimento social brasileiro em ações como a defesa do petróleo, que começava a ser mais explorado no país. A UNE foi protagonista nesse momento com a campanha “O Petróleo é Nosso”. A luta prosseguiu até 1953, quando se deu a criação da Petrobras. Durante os anos 50, houve muita disputa por poder na entidade, um embate diretamente ligado aos principais episódios políticos do país, como a crise política do governo Vargas, que viria a se suicidar em 1954, e a eleição de Juscelino Kubitschek, em 1956. A

renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a turbulência acerca da posse do vice João Goulart fizeram a UNE transferir momentaneamente sua sede, em 1961, para Porto Alegre. Quando conseguiu chegar ao poder, o presidente Jango foi o primeiro da história a visitar a sede da UNE, no Rio de Janeiro. Desde aquele período, crescia a tensão entre os movimentos sociais e os grupos conservadores da sociedade, entre eles os militares, que tentavam intimidar e coibir as ações da UNE. (UNE, 2017).

Entre os anos de 1964 a 1985, período da Ditadura Civil-Militar brasileira, a entidade ocupou papel crucial na resistência ao regime; para muitos autores esse período foi considerado como o auge do movimento estudantil brasileiro (Freire, 2008). A primeira ação do novo governo ao tomar o poder em 1964, segundo os dados históricos do site da UNE, após depor o presidente João Goulart, foi de:

metralhar e incendiar a sede da UNE, na Praia do Flamengo, 132, na fatídica noite de 31 de março para 1º de abril. Ficava clara a dimensão do incômodo que os militares e conservadores sentiam em relação à entidade. A ditadura perseguiu, prendeu, torturou e executou centenas de brasileiros e muitos deles estudantes. (Freire, 2008, p.136).

Com a ditadura, a entidade dos estudantes perdeu a sua legalidade e os estudantes foram vigiados e reprimidos brutalmente. Entretanto, a UNE continuou existindo na clandestinidade e representou uma firme oposição ao regime militar. O movimento estudantil protagonizou grandes mobilizações contra o governo, esta organização era impulsionada pela resistência às demissões arbitrárias de professores,

aos limites impostos a autonomia universitária e principalmente à extinção da UNE. Os militares, em diversos e sangrentos episódios, endureceram a repressão aos estudantes, que se materializaram em vergonhosos momentos da história da ditadura civil-militar brasileira, como: o Massacre da Praia Vermelha, o assassinato do estudante secundarista Edson Luís Santos e a invasão do Congresso da UNE em Ibiúna (SP), com a prisão de cerca de mil estudantes, e a Passeata dos Cem Mil. Este último evento ocorreu em 1968, ano marcado por revoluções culturais e sociais em todo o mundo; estudantes e artistas engrossaram a Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, pedindo democracia, liberdade e justiça (Freire, 2008). No fim do mesmo ano, a proclamação do Ato Institucional número 5 (AI-5) anunciava uma escalada da violência ainda maior. Diversos nomes de estudantes que foram torturados, perseguidos e até executados neste período poderiam ser citados, como a militante Helenira Rezende e o presidente da UNE Honestino Guimarães ou o estudante da USP Alexandre Vannucchi Leme e muitos outros que desapareceram nesse trágico período(UNE, 2017).Torna-se legítimo mencionar reiteradamente o quanto o movimento estudantil no Brasil ocupou um papel de destaque nas lutas pela democracia, formando uma resistência ao regime, expressando-se por meio de jornais clandestinos, músicas e manifestações apesar da citada e sangrenta repressão.

A partir do decreto do Ato Institucional número 5 (AI-5) em dezembro de 1968, ato que cassou a liberdade individual e acabou com a garantia de *Habeas Corpus* da população, o movimento estudantil foi forçado à paralisia. Porém, no transcurso dos anos de 1970, já com os primeiros sinais de crise da ditadura civil-militar, a UNE começou a se reestruturar. Passado esse período de privação de mobilidade, o movimento estudantil renasceu em 1979, mais precisamente nos dias 29 e 30 de maio deste em Salvador, no 31º Congresso da União Nacional dos Estudantes, o chamado

Congresso da Reconstrução, um evento histórico que marcava o fim de 13 anos de ilegalidade da UNE. O Congresso ganhou o nome de Honestino Guimarães, último presidente da UNE, eleito em 1970, quando a entidade atuava precariamente na clandestinidade. Honestino, estudante da Universidade de Brasília, foi preso pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar) (desaparecido em 10 de outubro de 1973). Foram dois dias de debates e a primeira decisão tomada foi por uma eleição com voto direto para a presidência da entidade que acabou ocorrendo por todo o País em 3 e 4 de outubro. O baiano, Ruy Cezar Costa Silva, estudante de comunicações na Universidade Federal da Bahia, foi eleito presidente (Marcondes, 2009).

A UNE renascia e naquele momento o movimento estudantil saudava a entrada na cena política do país o movimento operário. Depois das greves metalúrgicas do ABC em 1978 e 79, lideradas por certo Lula da Silva, os militares e seus apoiadores viam crescer uma oposição que logo se tornaria insustentável. Thais resume o significado de tudo: “Naquele momento, a UNE era o maior símbolo de organização perseguida pela ditadura. Os sindicatos estavam sob intervenção, não havia uma organização geral de trabalhadores. A UNE era a única entidade nacional, afora a ABI, afora a OAB, que tinha uma base social significativa, era a única organização de caráter nacional que representava um corpo social expressivo e significativo em nossa sociedade. A reconstrução da UNE foi o símbolo das conquistas democráticas pelas quais o Brasil tanto precisava passar, foi uma contribuição fundamental e decisiva ao processo de democratização do País”. Thais Sauaya¹⁴- militância estudantil nos anos 70 (Marcondes, 2009).

¹⁴Militante estudantil atuante e importante para a história do movimento estudantil e que possui toda a sua obra publicada no *site* da Fundação Cásper Líbero.

Com o enfraquecimento e sinais de morte da ditadura civil-militar, o movimento estudantil emerge nos anos 1980 para defender suas bandeiras históricas e a consolidação da democracia no país. Em 1984, a UNE participou ativamente da campanha das “Diretas Já”, movimento da população e dos políticos progressistas para a volta das eleições diretas para presidente no Brasil. O Congresso Nacional votou pela eleição indireta e Tancredo Neves foi nomeado Presidente da República; a UNE apoiou esta candidatura (Freire, 2009). Em 1985, foi aprovado pelo Congresso Nacional o projeto, de autoria do deputado e ex-presidente da UNE Aldo Arantes, que trazia a entidade de volta para a legalidade (UNE, 2017). Ficou decidido também que as próximas eleições presidenciais seriam eleições diretas. Durante as eleições de 1989, a UNE se posicionou contra a candidatura de Fernando Collor de Melo, criticando seu aspecto neoliberal e distante das reformas históricas defendidas pelos movimentos sociais nacionais. Em 1992, mais uma vez articulados às grandes lutas nacionais, os estudantes voltam às ruas ocupando papel predominante na mobilização dos brasileiros com o movimento dos jovens de caras pintadas na campanha “Fora Collor”. Interessante salientar que esse movimento trouxe uma peculiaridade que foi a junção dos estudantes universitários com os estudantes secundaristas; pulverizados em várias cidades brasileiras diversos colégios tiveram suas manifestações. No mesmo ano, após enormes manifestações estudantis e populares em todo o país, o presidente renunciou ao cargo para não sofrer processo de *impeachment* pelo Congresso Nacional (Freire, 2009).

A sociedade brasileira, após os cara-pintadas, não mais assistiu a manifestações políticas por parte dos estudantes que envolvessem todo o país e que estivessem articuladas a grandes lutas nacionais. Freire atribui tal realidade a duas questões prioritárias, o fato de os estudantes terem priorizado as reivindicações políticas nacionais em detrimento das demandas educacionais e ao avanço do neoliberalismo,

patrocinado e endossado pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (Freire, 2008). Vale ressaltar que, comparando que em 1968 o Brasil tinha cerca de 300 mil estudantes no ensino superior e o movimento estudantil promoveu manifestações do porte da passeata dos Cem mil no Rio de Janeiro e hoje com cerca de 8 milhões de estudantes universitários (INEP, 2017), os protestos de ordem global praticamente desapareceram... Quanto à avalanche neoliberal que o Brasil sofreu inicialmente no século XX, podemos destacar que a mentalidade privatizante chegou à educação. A manutenção da educação superior passou a ser assumida pela iniciativa privada, pois se revelou um mercado promissor para os interesses empresariais; a educação passou a ser gerida pelas relações de mercado (Freire, 2008). Refletimos que este assunto está longe de ser esgotado, razões e interpretações que justificam o *status quo* do movimento estudantil merecem uma análise mais profunda e rica, o que não se configura objeto deste trabalho.

Retomando a trajetória histórica da UNE, vale ressaltar que esta se posicionou firmemente contra a mercantilização da educação promovida pela gestão FHC. E em 2002, unindo-se a forças populares e democráticas do Brasil, conduziu o metalúrgico e sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência do país. Os estudantes também apoiaram a candidatura de Lula no segundo turno, após um plebiscito nas universidades. Durante a gestão do novo presidente, que também seria reeleito, os estudantes reabriram o canal histórico de interlocução com o governo federal. A UNE avançou em suas reivindicações, defendendo a reforma universitária, com aumento do acesso e permanência dos jovens brasileiros no ensino superior. O movimento estudantil reconhece que a atuação da entidade e do debate sobre a reforma conquistou junto ao governo federal programas como o ProUni, que garante bolsas em universidades

particulares para estudantes de baixa renda, e o Reuni, programa de expansão das vagas em universidades públicas (UNE, 2017).

Como efeito de uma grande manifestação no Rio de Janeiro, em 2007 os estudantes retomaram o terreno de sua antiga sede, na Praia do Flamengo, que tragicamente havia sido demolida pela ditadura militar. Após uma ocupação que se prolongou por meses, a UNE ganhou na Justiça a posse do local e, alguns anos depois, “o reconhecimento unânime do Congresso Nacional de que o Estado brasileiro tinha uma dívida com os estudantes pela invasão, incêndio e demolição da sua sede” (UNE, 2017). Um dos últimos atos do então presidente Lula em 2010 foi instalar a pedra fundamental para as obras de reconstrução do prédio da UNE.

Ressaltamos que a UNE diversificou as suas frentes de atuação no século 21, a entidade hoje valoriza áreas como a cultura¹⁵, ciência e tecnologia e esporte, além disso, se organiza em movimentos de estudantes negros, mulheres, gays, lésbicas, entre outros grupos.

Em 2010, a UNE apoiou a candidatura de Dilma Rousseff, ex-militante estudantil que se tornou a primeira mulher presidente do Brasil e que seria reeleita em 2014 também com o apoio dos estudantes. Neste ínterim, a UNE ampliou as suas tradicionais jornadas de lutas, com a integração aos diversos grupos de juventude dos movimentos sociais brasileiros, aumentando seu volume nas ruas por bandeiras como o passe livre nos transportes, a democratização dos meios de comunicação e o fim do extermínio da população jovem negra nas periferias. Percebemos como as bandeiras de

¹⁵ Já na década de 1960 a UNE subsidiava e apoiava ações culturais, como o Centro Popular de Cultura (CPC), “O eixo do projeto do CPC se define pela tentativa de construção de uma “cultura nacional, popular e democrática”, por meio da conscientização das classes populares. A ideia norteadora do projeto diz respeito à noção de “arte popular revolucionária”, concebida como instrumento privilegiado da revolução social. A defesa do caráter coletivo e didático da obra de arte, e do papel engajado e militante do artista, impulsiona uma série de iniciativas: a encenação de peças de teatro em portas de fábricas, favelas e sindicatos; a publicação de cadernos de poesia vendidos a preços populares; a realização pioneira de filmes autofinanciados.” segundo a Enciclopédia Itaú Cultural. (<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo399389/centro-popular-de-cultura-da-une>)

luta da UNE ainda não guardavam relação direta com a Assistência Estudantil, o que ocorreu apenas recentemente quando tal tema passou a participar da sua pauta de campanhas (UNE, 2017).

O ProUni, o Fies e a Lei de Cotas foram a porta de entrada, em faculdades privadas e federais, de milhões de estudantes oriundos da escola pública, em sua maioria negros, pardos e indígenas, historicamente excluídos do ambiente acadêmico. Neste início de século 21, a principal luta da UNE e do movimento estudantil tornou-se a melhoria da educação pública de qualidade no país.

As novas frentes de trabalho da Une estão assim descritas na sua página da *internet*:

a UNE se mobiliza pela criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação do Ensino Superior (Insaes), para que o Estado brasileiro possa fiscalizar as instituições de ensino com mais rigor e eficiência. Outras importantes campanhas são “Quem Entrou Quer Ficar”, que defende a expansão da assistência estudantil; e a “Educação Não é Mercadoria“, que pede a redução do reajuste da mensalidade das universidades particulares para o índice da inflação e o combate à desnacionalização do ensino superior. (UNE,2017).

Assim, a Assistência Estudantil e a União Nacional dos Estudantes estão unidas por uma causa comum, que é a garantia de uma educação pública e de qualidade para todos.

1.6 Trajetória da Assistência Estudantil no Cefet - MG

A história da Assistência Estudantil no Cefet-MG, em consonância com a história da instituição, foi marcada por diversos momentos, lutas e conquistas que merecem ser resgatadas e transcritas. Todavia, constatamos que existem poucos documentos ou até registros formais a este respeito, tornando-se, portanto, indispensável recorrer também à história oral contada pelos poucos profissionais que presenciaram os fatos para complementar este enredo.

A trajetória da assistência ao estudante no Centro Federal, mesmo sob o prisma assistencialista¹⁶, teve o seu princípio na própria história da instituição. A instituição foi criada como Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais e tinha como objetivo acolher os “pobres e desvalidos da sorte” e dar a eles uma formação. Grande parte da história inicial do Centro Federal descreve ações de assistência às necessidades básicas dos estudantes, como contam os registros a respeito do sistema de internato ou a alimentação gratuita que eram os principais programas assistenciais presentes nas décadas de 1940, 1950 e 1960 (Oliveira, 2013).

De acordo com os documentos¹⁷, em 1966 foi instituído o Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE), que era gerido mediante o convênio entre o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Trabalho e Previdência e os sindicatos de trabalhadores. O programa tinha como objetivo oferecer apoio financeiro aos trabalhadores sindicalizados e seus dependentes para cobrir, dentre outras despesas, os gastos essenciais com a educação de nível médio (secundário, industrial, comercial, agrícola e normal) (Brasil, 1966, Art. 3º).

E ainda na década de 1960 destaca-se a existência da Caixa Escolar que oferecia a Bolsa de Trabalho aos estudantes com necessidades socioeconômicas que trabalhavam

¹⁶Assistencialismo visto como um conjunto de ações que tem o objetivo de auxiliar alguém como manifestação de bondade pessoal do doador e não de direito do receptor. (Castro, 2012)

¹⁷ As informações acerca do histórico da assistência estudantil no Cefet – MG foi retirada dos arquivos físicos e eletrônicos da Coordenação de Política Estudantil – *campus*1.

na Escola sem vínculo empregatício. A Caixa Escolar era mantida por “doação de funcionários da Escola, de empresas (Krome S.A., Escola de Engenharia Kenedy) da cantina da Escola, da cobrança de taxa para o “Exame de Suficiência”, [...] da cessão do espaço físico das oficinas para a FIAT S.A., da liberação das dependências da Escola para realização do vestibular da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), hoje PUC Minas”. (Alves, 2005, pp. 92-93).

A regulamentação da Caixa Escolar no Cefet-MG só ocorreu em 1983 e seu mais notável objetivo era arrecadar recursos dos estudantes por meio das contribuições vinculadas às matrículas anuais, para o financiamento da maior parte dos programas de assistência estudantil da instituição. Importante destacar que em 2006, segundo consta nos arquivos físicos da Coordenação da Política Estudantil, a Direção Geral do Cefet-MG suspendeu essa arrecadação atendendo aos anseios históricos dos profissionais da Assistência Estudantil sempre em defesa do ensino público de qualidade e gratuito. Os programas por meio dos repasses do MEC.

Havia na estrutura organizacional do Centro Federal nas décadas de 1960 e 1970, a Coordenadoria da Orientação Educacional (COE), cuja equipe era composta principalmente por professores contratados com formação em Pedagogia, Serviço Social ou em Psicologia. Neste setor “concentravam todas as informações, atividades e serviços dirigidos ao corpo discente” (Oliveira, 2013, p. 28). Em 1973 a COE geria, através de uma Assistente Social, a primeira profissional nesta função na escola, o Programa Bolsa Trabalho.

O Regimento Geral do Cefet-MG que foi aprovado em 1984 (Brasil, 1984) e trouxe importantes modificações na estrutura organizacional. O COE é desmembrado em Seção de Orientação Educacional e Seção de Assistência ao Estudante (SAE) e é importante reconhecer que os profissionais do COE foram os pioneiros no trabalho de

atenção aos estudantes no Centro Federal e, provavelmente, com o crescimento da escola se fez necessária uma estruturação do trabalho reconhecendo as especificidades de cada área de atuação. A Seção de Orientação Educacional, de uma forma concisa, ficou ligada às questões ligadas às atividades pedagógicas e à Seção de Assistência ao Estudante relacionada à assistência estudantil.

O Cefet-MG, na busca pelos direitos do estudante à permanência na Escola e à formação integral, destaca-se no conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Desde a década de 1990, a Assistência Estudantil do Cefet-MG tem participado dos encontros do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) das IFES. Este Fórum, como já destacado nesta pesquisa, se reúne para deliberar a respeito de assuntos relacionados à assistência estudantil. Este agrupamento de instituições federais de ensino (IFES) possui uma história de luta em prol da Assistência Estudantil pela garantia ao acesso, à permanência do estudante na escola e sua formação integral com vistas à conclusão do curso. Apesar de cada instituição federal de ensino ter autonomia para criar e gerenciar sua própria política de assistência ao estudante, como força de um grupo, o Fórum emplacou diversas conquistas nas instituições e o Cefet-MG não se ausentou delas.

Em 2004, por meio de uma resolução do Conselho Diretor do Cefet - MG foi aprovado o Regulamento da Política de Assuntos Estudantis que definiu os princípios norteadores da área:

Art. 2º - A Política de Assuntos Estudantis do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais obedecerá aos princípios de:

I. Gratuidade do ensino;

II. Igualdade de condições para acesso e permanência no Cefet-MG;

- III. Formação ampla direcionada ao desenvolvimento integral dos estudantes;
 - IV. Garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
 - V. Orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania;
 - VI. Defesa da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos;
 - VII. Pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central;
 - VIII. Integração com as atividades fins da Instituição: ensino, pesquisa e extensão.
- (Resolução CD 083, 2004, p.1).

Essa política trouxe reconhecimento ao trabalho já desenvolvido há anos nas assistências estudantis dos diversos *campi* do Cefet-MG; através dela a instituição assume o financiamento dos programas de assistência, por meio de recursos em seu orçamento destinados a esse fim. Cada *campus* do Cefet-MG, a partir desta política, deveria compor uma Coordenação de Política Estudantil com atribuições executoras e propositoras da assistência estudantil local. Desse modo, cada coordenação desenvolve suas atividades referenciadas pelos direitos de igualdade de acesso à escola, à permanência e à formação integral, conforme descrito nos princípios da Política de Assuntos Estudantis (Oliveira, 2013).

Em relação à organização das atividades, a Política de Assuntos Estudantis desenvolve seus programas, projetos e ações em torno de dois eixos principais: o da permanência do estudante na escola – na oferta de bolsas de apoio financeiro, alimentação subsidiada e acompanhamento psicossocial e o da formação integral – por meio de atividades socioeducativas que visam à melhoria da qualidade do ensino. Torna-se importante destacar que todos os programas e atividades da assistência estudantil são dirigidos a todos os estudantes do Cefet-MG sendo, porém, o seu público

prioritário dos programas de bolsas os estudantes que, comprovadamente, apresentam baixa condição socioeconômica.

Em 2012, houve uma mudança na estrutura organizacional da Instituição (Resolução CD 049, de 03/09/2012), na qual a Coordenação Geral de Desenvolvimento Estudantil passou a denominar-se Secretaria de Política Estudantil (SPE), vinculando-se diretamente à Diretoria Geral. Para acompanhar todas as assistências estudantis dos diversos *campi* seriam criadas três coordenadorias, como: Coordenadoria do Programa de Alimentação Estudantil, Coordenadoria dos Programas de Bolsas e de Acompanhamento Psicossocial e Coordenadoria dos Programas de Acesso e Temáticas das Juventudes. Essa nova estrutura organizacional busca a melhoria da qualificação dos programas historicamente consolidados pela Assistência Estudantil, em consonância com os princípios e objetivos da Política de Assuntos Estudantis.

Apoiadas no avanço das políticas nacional, em especial o PNAES e os avanços políticos locais da assistência ao estudante no Cefet-MG, as equipes interdisciplinares das assistências estudantis dos diversos *campi* do Cefet-MG foram constituídas. E inclusive, segundo o capítulo IV do Regulamento da Política de Assuntos Estudantis do Cefet-MG, as equipes das assistências estudantis contariam preferencialmente com profissionais dos cargos de Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo e Assistente de Administração (Cefet-MG, 2004).

Para inserção nessa equipe, inicialmente, os profissionais passam por uma preparação teórica e prática acerca do trabalho do Psicólogo Escolar, da Assistente Social e do Nutricionista da assistência estudantil. Esse treinamento é realizado na unidade sede do Cefet-MG a fim de se resgatar o histórico da seção e é ministrado por uma equipe interdisciplinar composta por Psicólogo e Assistente Social.

1.7A assistência estudantil no Cefet-MG Araxá

Realinhando uma das expectativas desta pesquisa de se delinear a história da Assistência Estudantil no Campus Araxá por meio de seus documentos, as informações que serão posteriormente citadas e trabalhadas no decorrer da dissertação encontram-se respaldadas principalmente nos registros de história oral (Evangelista, 2010) alcançados por meio das entrevistas com os profissionais que presenciaram a criação da AE.

De acordo com os entrevistados, inicialmente o apoio prestado aos estudantes no Campus Araxá se definia em ações ligadas ao processo de avaliação socioeconômica e atendimentos às demandas do corpo discente, atividades estas que ainda não tinham um direcionamento institucional, ou seja, cada *campus* individualmente desenvolvia a sua área, o que se caracterizava como um embrião do que hoje identificamos como Assistência Estudantil. Em meados de 1994 houve o primeiro concurso público para o Cefet-MG Campus Araxá (Cefet, 2014), em que estava sendo oficialmente formada a equipe de técnicos administrativos que atuariam na recém inaugurada escola. Compondo o grupo de cargos do concurso encontrava-se o cargo de assistente social que a princípio trabalharia no atendimento aos estudantes formando uma equipe com a também concursada pedagoga.

Segundo depoimento da própria Assistente Social que participou desses primórdios, as atividades de atendimento ao estudante que se encontrava em estado de vulnerabilidade econômica e social se resumiam em um trabalho de seleção socioeconômica e atendimentos individuais de acordo com as necessidades dos estudantes. A depoente trouxe como exemplo o atendimento e posterior acompanhamento aos estudantes que vinham de outras cidades para estudar em Araxá.

Outro fato importante da história dos primeiros anos da Assistência Estudantil no *campus* se refere à criação da Associação de Pais e Amigos dos Alunos do Cefet-MG

Araxá – APA – em julho de 1998, fruto das reuniões promovidas pela primeira Assistente Social da instituição, Neide Fonseca Teixeira¹⁸. Este grupo de pais e assistente social participou ativamente da inauguração do Restaurante Estudantil do *campus* e de tantas outras conquistas dos estudantes da época, como a participação no conselho de classe.

A Seção de Assistência ao Estudante – SAE foi criada no Cefet – MG na matriz em Belo Horizonte em 1984 e desde a sua institucionalização manteve um papel de orientação e suporte a respeito das ações socioeducativas e sua consequente implantação que o futuro da instituição vislumbrava para todas as unidades do Centro Federal. Durante o seu depoimento, a assistente social Neide¹⁹, hoje aposentada, declarou que em muitos momentos as visitas técnicas à SAE no Cefet-MG em Belo Horizonte impulsionaram diversas ações da assistência aos estudantes no *campus* Araxá, destacando como ponto forte a inauguração do restaurante estudantil e os desdobramentos desta conquista.

Contam os registros das atas das reuniões da Associação de Pais e Amigos dos Alunos do Cefet – MG Araxá (APA) que o funcionamento do Restaurante Estudantil de Araxá aconteceu em 2000. Com o atendimento universalizado e financiado com os recursos da Caixa Escolar possuía um prédio recém-construído e com as doações de todos os utensílios pela APA o restaurante começou a funcionar em outubro de 2000. No momento da extinção do Caixa Escolar (Alves, 2005) em 2003 o restaurante em Araxá foi obrigado a fechar as portas e só reabri-las em 2006 com financiamento integral pelo Cefet-MG através do convênio com a Fundação Cefetminas (Cefet, 2014).

¹⁸ Todas as informações aqui apresentadas sobre a história da Assistência Estudantil no Cefet – MG – Araxá estão registradas em um Livro de Ata das reuniões realizadas desde 16/07/1998.

¹⁹ A entrevistada deu sua autorização para a citação de seu nome real, algo fundamental em uma pesquisa que recupera a história da instituição.

O restaurante estudantil de Araxá passou a fornecer também jantar em 2008, fato que se revelou uma grande conquista para a Assistência Estudantil do *campus*, pois estaria a partir de então oferecendo aos estudantes do período noturno as mesmas condições que os demais que frequentavam os outros turnos.

Em 2008 aconteceu a composição das equipes das Assistências Estudantis nas unidades do interior através de concurso público para diversos cargos. Fato que formaliza a implantação gradativa nas unidades do Cefet-MG da Política de Assuntos Estudantis da instituição. A equipe da SAE/Araxá passou a ser composta, então, por uma Assistente Social e uma Psicóloga (Cefet, 2012). Desde 2015 a Coordenação de Assistência ao Estudante, nova nomenclatura para SAE, conta também com o trabalho de uma Nutricionista.

2. A Psicologia Escolar: a Psicologia a serviço da transformação social

Neste capítulo será abordada, de modo breve, a história da Psicologia Escolar, considerando-se especialmente a sua vertente crítica, a Psicologia Escolar no Ensino Superior, a Psicologia Escolar no Cefet-MG e a Psicologia Escolar e sua história no Campus Araxá.

2.1 A Psicologia Escolar Crítica

Psicologia Educacional, Psicologia na Educação, Psicologia da Educação, Psicologia da Escola... são inúmeras as expressões utilizadas para se descrever a área do conhecimento que se ocupa das relações entre a Psicologia e a Educação, como escrevem Patto (1987), Meira (2007), Antunes (2011) e Barbosa (2011). Mesmo que utilizadas indiscriminadamente no discurso comum, podemos afirmar que, no campo da Educação, considerando-se o rico processo histórico que urdiu tais expressões, podemos eleger duas denominações como as mais coerentes: a Psicologia Educacional e a Psicologia Escolar e Educacional. Segundo as autoras supracitadas, a Psicologia Educacional refere-se a teorias, pesquisas e estudos no campo educativo e Psicologia Escolar à prática ou atuação do psicólogo no âmbito escolar (Barbosa, 2011²⁰). A Psicologia Escolar e Educacional, então, é um campo da Psicologia configurado tanto pela dimensão teórica como pela prática, salvaguardadas as diferentes vertentes teóricas que subsidiam tais práticas.

²⁰Em sua Tese de Doutorado, *Estudos para uma história da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil*, Barbosa(2011) defende a nomenclatura Psicologia Educacional e Escolar em contraponto à Psicologia Escolar e Educacional reconhecida pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE, pois para ela a Psicologia Educacional, no Brasil, antecede a Psicologia Escolar. Neste trabalho optamos por utilizar a clássica expressão Psicologia Escolar e Educacional, embora concordemos com os argumentos da autora.

O encontro da Psicologia e da Educação no Brasil possui uma rica história de avanços, acomodações e até retrocessos que merece, mesmo que em linhas gerais, ser destacada neste trabalho para que possamos compreender como foi se constituindo e se materializando institucionalmente como Psicologia Escolar e Educacional.

Segundo Barbosa (2011), a história da Psicologia no Brasil difere da historiografia da Psicologia no mundo, que de modo geral se organizou a partir dos grandes movimentos teóricos em torno das escolas de pensamento. Grande parte dos textos sobre a história abrangente da Psicologia no mundo, tarefa considerada impossível por muitos autores, aponta para uma Psicologia com um longo passado.

Quando nos referimos ao amanhecer dos conhecimentos psicológicos podemos abarcar desde as diversas escolas filosóficas, destacando a Filosofia Grega como uma rica fonte de estudo até os primórdios da Psicologia como ciência autônoma com inúmeras vertentes. Ilustrado perfeitamente pela clássica frase de Hermann Ebbinghaus: “A Psicologia tem um longo passado, mas uma curta História” (Vilela, 2007, p. 13).

De modo geral podemos dizer que a relação entre a Psicologia e a Educação faz parte da própria história do pensamento humano principalmente nas suas mediações com as teorias de conhecimento. De acordo com Antunes (2011), mesmo na Filosofia Grega as proposições educacionais para a juventude estavam presentes ou no pensamento medieval a íntima relação entre a Teologia, Educação e Pedagogia ou ainda na Idade Moderna na “efervescência de ideias... aumentou significativamente o espectro de análise das relações entre teoria do conhecimento, fenômeno psicológico e educação.” (p. 9). Embora essas informações tenham sido citadas por reconhecimento e reverência à importância histórica destes estudos, vamos tratar especificamente nesta dissertação das relações entre a Psicologia e Educação no Brasil, ainda que brevemente.

Reconhecendo as limitações e ainda o objetivo deste texto de se propor realizar uma breve sucinta análise histórica da junção da Psicologia e a Educação arrisca-se a destacar que, em terras tupiniquins, a Educação contribuiu muito com o nascimento da Psicologia como ciência e profissão no Brasil e que especificamente a Psicologia Escolar e Educacional surgiu no interior das Escolas Normais (Antunes, 2011).

Nos cursos de formação de professores surgiu a necessidade de se saber mais sobre os problemas de aprendizagem das crianças advindas das camadas populares e que encontravam uma escola norteada por um ideal de aluno incompatível com a criança real (Patto, 1987). Com o fracasso escolar como realidade presente nas escolas, tornou-se premente a necessidade de compreensão acerca de tal fenômeno. Para atender a essa demanda, pode-se dizer que a Psicologia iniciou a manufatura de uma possível explicação para tal situação.

Patto (1996) escreveu a respeito dos primórdios da Psicologia Escolar. Segundo a autora, a Psicologia cumpria na sua gênese um papel de aliar à Psiquiatria e à Educação com vistas a contribuir com o movimento higienista presente naquele momento histórico no país. As instituições de ensino, no século XIX, ocupavam uma importante função nesse projeto, tinham como foco a “formação moral visando à normalização do comportamento dos alunos, pela ação repressiva às condutas como perniciosas” (Antunes, 2011, p. 16). O Brasil, nas primeiras décadas do século XX, passava por um movimento de modernização e condizente com o momento político da época, o papel da Psicologia Escolar como disciplinadora e sanitarista se enquadrou inteiramente. A Educação, mesmo seletiva e excludente, com a parceria da Psicologia cumpria o seu papel higienista e também político, pois a sociedade da época carecia de mais pessoas alfabetizadas. Por meio de uma prática preconceituosa e rotuladora, as práticas psicológicas principalmente como o uso de testes, buscavam identificar nos

indivíduos particularidades que justificassem os fracassos na aprendizagem ou na vida em geral dos próprios sujeitos.

Com fortes críticas políticas e sociais, Patto (1996) aponta que a introdução desta prática nas escolas brasileiras esteve alinhada a uma visão preconceituosa para com os pobres e as minorias. A Psicologia Escolar serviu então a uma função ideológica, pois tinha um propósito de justificar as diferenças no aprendizado a partir de características pessoais, desconsiderando as condições sócio-políticas e culturais de cada indivíduo.

Na virada do século XIX para o século XX, o desenvolvimento da Psicologia no Brasil ainda era aliado à outra área do conhecimento, a Educação. Todavia, percebia-se gradativamente o início de uma Psicologia autônoma oriunda de um desejo de modernização do país. Pode-se considerar uma chegada tardia da Psicologia no Brasil em relação a outros países europeus ou os Estados Unidos onde já era uma ciência autônoma e com grande arcabouço de conhecimento científico. Essa introdução da Psicologia foi descrita como antropofágica, segundo palavras de Oswald de Andrade, pois conviveria o desejo de se tornar moderno com “formas pré-modernas e hierárquicas ainda presentes...” (Vilela, 2007, p.42). Ou seja, se reconheciam, no país do início do século XX, formas de um regime arcaico, não igualitário e a Psicologia brasileira se caracterizando como um centro consumidor e não um centro criador das próprias formas de psicologia (Vilela, 2007).

Na década de 1920 surgiu a pedagogia escolanovista, reforma de ensino fundamentada nos princípios da Escola Nova que via a Psicologia como forte aliada, pois o principal fundamento científico da Educação era a Psicologia, onde se estudava acerca do desenvolvimento da criança, do processo de aprendizagem, da relação professor-aluno e também sobre testes psicológicos e pedagógicos. E a partir de então as

Escolas Normais tornaram-se “campo por excelência para o ensino de Psicologia” (Antunes, 2011, p.19).

O desenvolvimento da Psicologia foi fundamentado nas Escolas Normais e especificamente o crescimento da Psicologia Educacional se deve a esta relação:

Muitos dos pioneiros da Psicologia no Brasil foram ligados à educação e outros campos de atuação psicológica tiveram sua origem em preocupações educacionais. A atualização teórica, incorporando o que estava sendo produzido na Europa e nos Estados Unidos, o ensino, a produção de obras, a presença de psicólogos estrangeiros, a produção de pesquisas e a formação de profissionais que viriam a fazer parte do primeiro grupo de profissionais que exerceriam atividades propriamente da área de Psicologia podem ser creditadas em grande parte ao desenvolvimento da Psicologia no campo da Educação (Antunes, 2011, p.23).

Embora a Psicologia atendesse às demandas da conjuntura política da época, também existiam propostas, segundo Antunes (2011), que não se alinhavam com o projeto liberal do governo. Nesse contexto, podemos destacar trabalhos de Ulysses Pernambucano como um dos protagonistas de movimentos diferenciados e comprometidos com propostas de uma educação mais igualitária e democrática. Esse visível psicologismo acarretou dentre outras situações a leitura distorcida e míope do processo educacional onde consequentemente se atribuía aos estudantes toda a responsabilidade pelos fracassos ou problemas, deixando-se de perceber a conjuntura do processo educacional, questão que será contemplada posteriormente neste texto.

Exclusivamente para concluirmos o breve histórico acerca da Psicologia Escolar e Educacional, devemos referenciar que no dia 27 de agosto 1962 a profissão de psicólogo foi reconhecida pela Lei 4119. Um fato pitoresco que ocorreu também nesta data foi a formação de uma comissão para conceber o registro de psicólogos àqueles que provassem atuação na área em vista que os primeiros psicólogos registrados eram formados em outros cursos como a Pedagogia estava dentre eles prioritariamente. Outro fato a se destacar na época, este não interessante, mas preocupante e repetido nos dias atuais, foi a retirada da disciplina de Psicologia do currículo da educação básica dos 1º e 2º graus em 1964 após o golpe civil militar (Antunes, 2011).

Naquele momento a atuação do psicólogo no Brasil se desenvolvia nas áreas de educação, trabalho e clínica sendo que a modalidade preferida pelos jovens psicólogos era a clínica, ultrapassando a área da educação que era até aquele momento a modalidade com mais profissionais atuando (Antunes, 2011). Tal fato se atribui às críticas que a área de atuação na educação já recebia em meados dos anos 1970. A atuação da Psicologia Escolar baseada no modelo médico de interpretação, nomeado como psicologismo na educação, era fortemente criticada. A análise crítica realizada nesse momento apontava uma atuação da Psicologia Escolar com pouca profundidade teórica, o que resultava em interpretações que apenas contribuíam para a manutenção de uma realidade educacional excludente atribuindo aos estudantes a total responsabilidade pelo seu processo de aprendizagem, como escreve Antunes (2011, p.26): “Os problemas escolares (institucionais) eram tidos como problemas de aprendizagem (individuais), encobrindo os fatores intraescolares que os determinavam”.

As obras de Maria Helena Souza Patto (1987, 1996) trouxeram para a realidade da Psicologia Escolar uma profunda análise crítica a respeito da sua gênese e até mesmo sobre os bastidores da realidade da Psicologia Escolar naquela época. No livro

Psicologia e Ideologia, Patto (1996) fala de uma Psicologia que estaria a serviço de uma realidade capitalista, corroborando e até justificando a manutenção de uma realidade injusta e desigual.

Na obra "A produção do fracasso escolar" (1996), Patto revela um sistema educacional constituído por práticas discriminatórias e excludentes. A escola acaba desempenhando um papel de reproduzir o sistema capitalista, cumprindo funções que adaptam e disciplinam o estudante a uma sociedade desigual e revelando assim uma manufatura eficaz de fracassos escolares. À Psicologia coube o triste papel de justificar o porquê do insucesso na aprendizagem. Por meio de práticas classificatórias a Psicologia confirmava que características pessoais poderiam legitimar o fracasso escolar. Seria na prática a constatação de uma lógica "comum" que sempre pregou e infelizmente ainda se comunga entre os atores da escola, de que o responsável pelo fracasso escolar é o próprio fracassado.

Muitos posicionamentos críticos em meados da década de 1970 se referiam à Psicologia no geral, à Psicologia Clínica basicamente por uma atuação “desprovida de profundidade teórica ou baseada num modelo naturalista de cunho médico” (Antunes, 2011, p.26) e à Psicologia Escolar igualmente atuando sobre os fenômenos educacionais numa perspectiva médico-clínica. Estas críticas foram se consolidando em novas concepções teóricas e buscas pelo desenvolvimento de “bases teóricas sólidas em Psicologia, coerentes com concepções de homem e sociedade que se comprometem com a transformação social na educação da satisfação das necessidades e interesses das maiorias...” (Antunes, 2011, p. 28).

No campo da Educação podemos destacar o surgimento da proposta de uma Psicologia Escolar Crítica. Em contraposição a um pensamento tradicional

individualizante delineia-se um olhar historicamente e socialmente situado. Segundo Souza (2014)

Tais discussões geram no campo acadêmico um movimento de crítica cuja reflexão centra-se na insuficiência das práticas desenvolvidas em Psicologia Escolar e Educacional e dos quadros conceituais sobre os quais elas vêm se sustentando historicamente. Além disso, oferecem importantes subsídios, tanto no sentido de desvelar os determinantes sociais e históricos que conformam o (des)encontro entre a Psicologia e a Educação quanto no sentido de reafirmar a possibilidade da construção de perspectivas mais adequadas no campo da pesquisa e da atuação profissional. (p. 16).

Quando analisamos o movimento de crítica em relação à Psicologia Escolar que claramente se intensificou a partir da década de 1980, percebemos que devido à complexidade e capacidade transformadora do assunto, para se efetivar a atuação do Psicólogo Escolar torna-se imprescindível se “alcançar uma consistência teórica e filosófica” (Meira, 2003, p.15). Segundo a autora, para um pensamento que se pretende crítico ele deve contemplar alguns elementos como a percepção da dialética dos fenômenos como fatos sociais que possuem realidades históricas e, portanto se constituem em objeto da ação humana, crítica ao caráter ideológico da ciência, denunciar a alienação, degradação e heteronomia humana frutos da realidade capitalista contemporânea e principalmente ter consciência do seu papel de ser instrumento no processo de transformação social. Com base nos pressupostos teórico-filosóficos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Sócio histórica propõe que:

[...] a apreensão da educação como instrumento mediatizado de transformação social e do homem como sujeito histórico que se insere dialeticamente na complexa trama social pode orientar o psicólogo escolar tanto na definição das áreas mais importantes que exigem sua intervenção, quanto na escolha das alternativas teóricas e metodológicas que possam concretizar suas finalidades profissionais. (Meira, 2003, p.20).

2.2 A Psicologia Escolar no Ensino Superior

O ensino superior revela-se como um fecundo campo de pesquisa e produção de conhecimento para o Psicólogo Escolar, porém algumas pesquisas na literatura nacional e internacional demonstram que a educação superior é um contexto mais procurado para coleta de dados, entrevistas ou para pesquisas no geral; entretanto, quando nos referimos ao campo de atuação do Psicólogo Escolar esta realidade que há pouco tempo se revelava de forma incipiente (Bariani, Buin, Barros, & Escher, 2004; Marinho-Araújo, 2016), tem avançado de modo promissor²¹.

Seguindo os passos da Psicologia Escolar no Brasil percebemos que já há algum tempo uma nova forma de atuação deste profissional se impôs. Com base fundamentalmente na Psicologia Escolar Crítica e nos aportes epistemológicos e teóricos da Psicologia Histórico-cultural, sugerem-se à prática deste profissional “atividades que enfatizam o coletivo institucional, buscando engajamento crítico e político dos sujeitos nas transformações subjetivas e socioculturais” (Marinho-Araújo, 2016). Segundo Bisinoto e Marinho-Araújo (2014), Marinho-Araújo (2009, 2010, 2014a, 2014b) e Marinho-Araújo e Almeida, (2005), a Psicologia na última década vem

²¹No XIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (CONPE), realizado em setembro de 2017 em Salvador (BA), foram apresentados, entre Minicursos, Comunicações Científicas, Partilhando Experiências, Mesas redondas e Simpósios, 81 trabalhos cujo tema era o Ensino Superior. Esse número, embora mereça maior aprofundamento, revela uma realidade em que há mais práticas e pesquisas sendo realizadas nesse nível de ensino, diferentemente de CONPEs anteriores.

comparecendo com mais expressividade em novos espaços como creches, cursos de línguas, associações socioculturais, serviços públicos de educação e saúde, assessorias e muitos outros, o que pressupõe posturas mais técnicas e conscientes do importante e motivador papel desse profissional. A nova realidade que se descortina impulsiona os profissionais da área escolar a buscarem estes novos campos de atuação e inovadoras atividades, o que evidencia a atuação no Ensino Superior como terreno profícuo.

Marinho-Araújo apresenta no seu artigo Inovações em Psicologia Escolar: o contexto de Educação Superior (2016), uma proposta de atuação para a Psicologia Escolar na educação superior que dentre outros detalhes destaca que as ações coletivas a serem desenvolvidas pelo psicólogo devem ser inicialmente articuladas à realidade e dialeticamente ressignificadas considerando o contexto, os sujeitos, os gestores as parcerias, as histórias e as características pessoais e profissionais do psicólogo em questão. Alguns eixos da atuação no Ensino Superior são apontados, como o mapeamento institucional, a escuta psicológica e a gestão de políticas, programas e o processos educacionais nas Instituições de Ensino Superior –IES.

O mapeamento institucional não se caracteriza apenas por uma análise ou observação em busca de uma compreensão da realidade ou até um levantamento de necessidades. Os registros formais, relatórios, são efetivos, porém não se pode deixar de destacar o caráter dinâmico deste cenário. Percebemos por mapeamento institucional uma ação histórica que deve acompanhar toda a vitalidade da realidade encontrada, suas constantes inovações, possíveis rupturas, avanços, contradições, conflitos, retrocessos em suma toda dinâmica de ser vivo. O mapeamento precisa constituir-se como um suporte à prática do psicólogo simplesmente pelo caráter permanente e renovado de reflexão institucional.

O psicólogo deverá desenvolver estratégias de escuta das “vozes institucionais” (Marinho-Araújo, 2016) buscando ouvir “o sujeito, o grupo e a instituição na interdependência expressa em suas ações, histórias, significados e afetos.” (p.206) e fugir do estereótipo da escuta clínica psicológica tão criticada na literatura sobre a Psicologia Escolar. A escuta psicológica pode tornar-se uma ferramenta que auxilia uma intervenção consciente e respaldada desde que esteja balizada pela leitura do contexto histórico, social e políticos dos sujeitos.

Gestão de Políticas, programas e processos educacionais nas IES apontam para o papel estratégico junto à máquina institucional que poderia ser ocupado pelo Psicólogo Escolar assessorando a gestão institucional, participando de comissões avaliativas, projetos de desenvolvimento da IES, elaborando participando de planejamentos diversos, execuções e todo um arcabouço de possibilidades com que o profissional possa contribuir na estrutura da instituição.

Em resumo: “Defende-se que a atuação da Psicologia deva ter na educação superior. A função de orientar e alavancar formas coletivas igualmente comprometidas com a qualidade dessa formação, visando o desenvolvimento da cidadania com responsabilidade, competência e consciência.” (Marinho-Araújo, 2016, p. 209).

E a Psicologia Escolar precisará acompanhar esta evolução implementando a busca e exploração por outros espaços institucionais e parcerias nos contextos educacionais de atuação e uma ação que vise, entre outros objetivos, a transformação social.

2.3 A Psicologia Escolar no Cefet-MG

O psicólogo escolar, em busca de novas possibilidades de atuação no processo educacional, encontrou na Assistência Estudantil possibilidades reais de um casamento

exitoso. Nesse contexto, deparamo-nos com uma realidade inovadora e ancorada em uma concepção política e filosófica emancipatória e de direitos, que comungava com o que se poderia esperar de uma atuação crítica do psicólogo. Alicerçada neste cenário, a Assistência Estudantil ou simplesmente AE, iniciou a construção da história da Psicologia Escolar na instituição. No Cefet-MG, a Assistência Estudantil trata-se de uma área organizacional denominada Coordenação de Política Estudantil e como uma área dinâmica encontra-se permanentemente em estado de se reinventar em busca de constante evolução e adaptação às necessidades da realidade do estudante.

A Psicologia Escolar está presente nos diversos níveis do sistema de ensino no Brasil e, no Ensino Superior, tal presença ainda é recente, mas tem se expandido, de acordo com alguns estudos como os realizados por Bisinoto e Marinho-Araújo (2010), Bisinoto, Marinho-Araújo e Almeida (2010), Cunha e Carrilho (2005), Cury (2012), Marinho-Araújo (2009), Moura e Facci (2013), Moura (2015), Oliveira (2015), Sampaio (2010), Santana e cols. (2014), Silva e cols. (2013) e Zavadski e Facci (2012), dentre outros. Além disso, também apontamos acima o expressivo comparecimento de trabalhos oriundos desta seara no XIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional em setembro de 2017, que é o principal evento nacional na área.

Considerando os estudos realizados por autoras como Patto (1996), Antunes (2003) e Barbosa (2011) acerca da gênese da Psicologia Escolar no Brasil, a realidade encontrada pelo psicólogo escolar no Cefet-MG não foi diferente da que frequentemente acontece no contexto educacional. A equipe da instituição, composta por docentes, pedagogos, coordenadores e outros esperavam que o profissional "psicólogo escolar" fosse compreender o fenômeno educacional e principalmente apresentar a solução para todos os seus problemas, tais como evasão escolar, reprovações, problemas de comportamentos, indisciplina e outros que angustiam a realidade daqueles

educadores, focalizando prioritariamente o estudante. Atuar como psicólogo escolar, mas não responder aos anseios dos atores da instituição ou ao jogo do atendimento ao estudante-problema ou até mais, não melhorar o rendimento escolar dos atendidos, supostamente seria não cumprir o papel do psicólogo escolar, segundo algumas expectativas da instituição. Na perspectiva do atendimento clínico terapêutico, formato majoritariamente conhecido pela população, o psicólogo precisaria compactuar com a máxima que identifica o estudante como o único ou principal responsável pelo seu resultado e/ou fracasso no processo de ensino e aprendizado.

O papel do psicólogo na interface com a educação com vistas à assistência ao estudante tem como objetivo geral contribuir para que a escola cumpra com o seu papel de favorecer os processos de humanização e de desenvolvimento do pensamento crítico. Na prática da Assistência Estudantil, igualmente, a premissa é a garantia do direito à educação de qualidade a todos com vistas a uma formação crítica emancipatória. De acordo com Meira (2007),

A educação deve desempenhar um papel central na transformação do homem. Nesta estrada de formação social consciente de gerações novas, a educação deve ser a base para alteração do tipo humano histórico. As novas gerações e suas novas formas de educação representam a rota principal que a história seguirá para criar o novo tipo de homem. (p.55).

Percebendo como gênese teórica a concepção do importante papel da educação na transformação do homem, são inúmeras as possibilidades de atuação do Psicólogo Escolar tendo em vista que estamos nos referindo à atuação no complexo contexto educativo. E ainda, com a crescente e infinita demanda de melhoria da qualidade da

educação do país, consideraremos neste trabalho apenas uma frente possível e urgente de atuação do psicólogo dentro da instituição escolar.

A participação do psicólogo na equipe interdisciplinar pode enriquecer sobremaneira a realidade da Assistência Estudantil, pois oferece a diversidade de olhares e posicionamentos técnicos e teóricos a respeito de uma realidade apresentada; além disto, reitera ainda a ideia da interdisciplinaridade como uma prática que estabelece relações entre diversos ramos de conhecimento. Pontuamos que a própria essência do trabalho da Assistência Estudantil é a construção de um grupo (equipe interdisciplinar) em prol de outro grupo (estudantes).

A política de assistência estudantil das IFES é orientada pelo PNAES e seu objetivo geral é “garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (ANDIFES, 2007, p.14)²². Neste sentido, a Psicologia Escolar tem muito a contribuir com a permanência do estudante no Ensino Superior, considerando todos os atores envolvidos no processo educativo: docentes, diretores e técnicos administrativos, como é o caso do Cefet. É imprescindível que o estudante possa realizar seus estudos de modo a apropriar-se criticamente de conteúdos científicos e culturais, tendo oportunidades de convivência com pares, docentes e demais profissionais no sentido de uma educação voltada à formação do cidadão e não somente do técnico.

2.4 A Psicologia Escolar e sua história no Campus Araxá

A realidade da Psicologia Escolar no campus Araxá se harmoniza com os demais profissionais da área em atuação nos diversos *campi* do Cefet – MG e

²²http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf

principalmente com os psicólogos da matriz do centro federal em Belo Horizonte, onde o primeiro desafio que se apresenta seria a conquista do reconhecimento do papel do psicólogo escolar e não o atendimento das expectativas de todos os atores da instituição pelo atendimento clínico deste profissional.

O campus Araxá possui o psicólogo no seu quadro funcional desde 2008 (Cefet, 2012), fazendo parte da equipe multiprofissional da Assistência Estudantil, seção conhecida como Coordenação de Política Estudantil – CPE. A equipe é composta por uma assistente social, uma nutricionista e uma psicóloga, que sou eu, a presente pesquisadora. Este formato seria a equipe mínima preconizada pelos parâmetros da Assistência Estudantil da Instituição e que está presente basicamente em todos os Cefet – MG²³.

Torna-se imprescindível salientar neste momento que a função da Psicologia Escolar na equipe de Assistência Estudantil está sendo aprimorada e incrementada na medida em que as atividades da seção vão sendo planejadas e também quando se percebe a demanda da instituição.

As atividades desenvolvidas pela CPE são ações voltadas para a permanência do estudante na instituição e foram previstas na Política de Assistência Estudantil da instituição (Resolução CD-083/04). Os projetos são divididos em dois eixos principais: Programas Sociais – que são as Bolsas de apoio financeiro, às quais o estudante se inscreve e concorre a uma vaga e Programas Universais – Restaurante Estudantil, Atendimento Psicossocial e ações socioeducativas, de prevenção e pesquisa.

Apresentados os pressupostos teórico-metodológicos que configuram este trabalho, a seguir apresentamos o percurso metodológico. As ações e seus pormenores serão detalhados posteriormente.

²³www.cefetmg.br

3. Percurso Metodológico

Torna-se inerente, mesmo tendo sido exposto anteriormente, ressaltar que o objetivo desta pesquisa foi conhecer e analisar a atuação do Psicólogo Escolar na Assistência Estudantil no Cefet – Araxá à luz da Psicologia Escolar Crítica. Com este intuito, neste capítulo apresentaremos o percurso metodológico do trabalho, bem como os procedimentos utilizados. Reconhecemos que a descrição do caminho percorrido torna-se essencial para se compreender o conteúdo resultante do processo de investigação.

Destacando *a priori* o grande desafio da pesquisa na área das ciências humanas e a especificidade da proposta de investigar o lugar em que a pesquisadora trabalha, concluímos que seria viável um estudo que se cumprisse por meio dos seguintes procedimentos: 1) levantamento acerca da Assistência Estudantil na instituição realizada por meio de documentos e registros existentes; 2) entrevistas semiestruturadas com diretores, professores, técnicos administrativos do Cefet - MG Araxá, pais e estudantes.

Segundo Minayo (2009), é de fundamental importância proceder à etapa inicial de exploração de campo em qualquer projeto de pesquisa. Esta etapa contemplaria as seguintes atividades: escolha do espaço de investigação, escolha do grupo a ser pesquisado, estabelecimento dos critérios e métodos a serem utilizados e a entrada em campo. Tais atividades servirão como orientação para a organização da estratégia metodológica para se atingir o objetivo do estudo.

Escolhemos trabalhar com o estudo de caso, que de acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 89), “consiste na observação detalhada de um contexto, um indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico.” No que se

refere ao estudo de caso voltado a uma instituição, segundo os autores, a pesquisa será fundamentada em pessoas relacionadas à instituição, nos registros institucionais e na observação. Considerando-se que a pesquisadora trabalha no Cefet-MG, a observação tem sido realizada, formal e informalmente desde seu ingresso como psicóloga. Assim, tais informações serão utilizadas como apoio à análise.

Destacamos que este estudo possui como referencial metodológico a pesquisa qualitativa. Embora haja questões específicas a serem investigadas, não são estabelecidas mediante a operacionalização de variáveis e não há o intuito de se responder a questões prévias ou de se testar hipóteses (Bogdan & Biklen, 1994). A pesquisa qualitativa é um processo de permanente produção de conhecimento, em que o problema a ser investigado apenas representa um primeiro momento diante do que se propõe a pesquisar (González-Rey, 2002).

Avaliamos que a pesquisa qualitativa revelou-se alternativa pertinente para o desenvolvimento do estudo possibilitando que se fizesse uma análise aprofundada do fenômeno, considerando aspectos relacionais, subjetivos e sociais. Segundo Romagnoli (2009), a pesquisa qualitativa estuda o mundo social por meio da interpretação dos fenômenos, buscando as vivências, as experiências e a cotidianidade.

No decorrer da pesquisa, a análise documental mostrou-se uma fonte valiosa de descoberta de aspectos novos e complementares, principalmente quando nos referimos aos documentos institucionais como arquivos escolares (Lüdke & André, 1986), ou seja, aos relatórios/atas das reuniões da primeira Assistência Estudantil do Cefet-MG unidade de Araxá. Segundo Lüdke e André (1986), a primeira decisão do pesquisador na análise documental seria a definição do tipo de documento utilizado, como o tipo oficial (pareceres, decretos), técnico (planejamento, relatório) ou pessoal (um diário, cartas). No presente estudo, poucos foram os documentos encontrados, porém valiosos e

produtivos para a pesquisa. Cito como exemplo o depoimento da primeira assistente social registrado no livro/ata das reuniões que relata a luta e desprendimento desta e de um grupo de pais para criarem o primeiro restaurante estudantil do Cefet-MG unidade de Araxá.

A seguir apresentamos mais detalhadamente os procedimentos utilizados nesta pesquisa, supracitados: levantamentos dos documentos históricos da Assistência Estudantil no Cefet-MG Unidade Araxá e realização de entrevistas.

Levantamentos dos documentos históricos da Assistência Estudantil

Elegemos a Assistência Estudantil do Cefet-MG Unidade Araxá como o espaço da pesquisa. Assim, realizamos no primeiro momento um levantamento de todos os registros oficiais da história da assistência estudantil do Cefet-MG Campus Araxá, destacando que os objetivos específicos desta pesquisa seriam conhecer a história da Assistência Estudantil na instituição por meio de seus documentos e ainda descrever os caminhos percorridos pela Psicologia Escolar nesta instituição e construir um apanhado histórico do trabalho na instituição. Infelizmente podemos considerar que esta etapa da pesquisa não alcançou o êxito que se esperava. Buscamos, assim, construir um *corpus* documental a partir de registros existentes na instituição que relatem a história da Assistência Estudantil e do trabalho do Psicólogo Escolar.

A realidade encontrada na instituição, no que diz respeito a documentos e registros, foi de pouquíssimos materiais específicos da área de Assistência Estudantil. A princípio encontramos na seção de Coordenação de Política Estudantil, nomenclatura da atual AE, um livro de registros das atividades desenvolvidas na área no período de dezembro de 1994 a dezembro de 2006 e o livro ata da Associação dos Pais (APA –

Cefet-MG Uned²⁴ Araxá) que data no período de julho de 1998 a agosto de 2001, sem contar o arquivo físico das entrevistas socioeconômicas dos estudantes dos últimos cinco anos e os arquivos eletrônicos dos diversos programas desenvolvidos entre os anos de 2009 até os dias atuais. Conseguimos identificar também, junto aos setores responsáveis da instituição, os concursos públicos e as respectivas nomeações publicadas no Diário Oficial da União. Constatação que potencializa a importância desta pesquisa, apontado para o início de um registro formal da Assistência Estudantil do Cefet-MG Campus Araxá.

Entrevistas semiestruturadas

Com o intuito de responder ao objetivo da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais que participaram ou participam da história da assistência estudantil do CEFET – MG Campus Araxá, como diretores, professores/coordenadores de área, técnicos administrativos, pais e estudantes. Inicialmente destaca-se o grupo de estudantes como os protagonistas da Assistência Estudantil e a imprescindível escuta e legitimação do usuário/beneficiário desta política. Os diretores, como gestores da instituição, foram convidados com o intuito de buscarmos configurar uma visão mais ampla e institucionalmente contextualizada acerca da área em análise, a Psicologia Escolar, os coordenadores pelos papéis de parceiros e também de usuário dos serviços da Psicóloga Escolar, os técnicos administrativos e pais, igualmente no papel de parceiros no processo educacional e, por fim, estudantes e ex-estudantes, que participaram e participam da história do Cefet-MG.

Foram entrevistados: um Diretor, duas Assistentes Sociais, uma Pedagoga, cinco Professores que também exerceram o cargo de coordenadores, uma Psicóloga Escolar,

²⁴ Era a nomenclatura à época.

uma mãe, três egressos e dois grupos de estudantes com seis em cada grupo, sendo um grupo da graduação e outro com estudantes do ensino técnico. Consideramos tal número de entrevistados o suficiente devido à proporcionalidade de estudantes atendidos e ao tamanho da instituição; além disso, na pesquisa qualitativa não existe uma preocupação com a quantidade de participantes, mas com a qualidade das informações construídas com estes considerando-se o objetivo do estudo (Bogdan & Biklen, 1994). Delimitando o público entrevistado, indicamos que todos os profissionais que trabalham ou trabalharam na Assistência Estudantil na Unidade de Araxá foram entrevistados e também todos os gestores que direta ou indiretamente foram ou ainda são chefias da área, como podemos ver na Tabela 1²⁵.

Tabela 1 - Entrevistados

CARGO/FUNÇÃO	NÚMERO DE ENTREVISTADOS
Assistente Social	02
Pedagoga	01
Diretor	01
Professor/Coordenador de Área	05
Psicólogo Escolar	01
Mãe	01
Egressos	03
Estudantes	Grupo do Técnico/ Grupo da Graduação 06 / 06
TOTAL	26

As entrevistas semiestruturadas foram gravadas em áudio e seguiram um roteiro guiado pela finalidade da entrevista e objetivo da pesquisa. Apresentamos abaixo o roteiro:

²⁵No Apêndice B pode-se ver a Tabela dos entrevistados por cargo/função.

1 – O que você sabe a respeito da Assistência Estudantil no Cefet – MG Campus Araxá? Você participou da construção desta Assistência Estudantil de alguma forma? Como?

2– Fale sobre a atuação da psicóloga na equipe interdisciplinar que compõe a Assistência Estudantil no Cefet – MG Campus Araxá.

3– Na sua opinião, quais seriam as necessidades do Cefet – MG Campus Araxá que poderiam ser atendidas pela Psicóloga Escolar?

4 – Como você diferencia a atuação do Psicólogo Escolar do Psicólogo Clínico, levando em consideração que a maioria das pessoas ainda não reconhece as diversas atuações deste profissional?

5 – Gostaria de acrescentar algo?

As entrevistas com os diretores, professores, técnicos administrativos, mãe, ex-estudantes e estudantes foram transcritas com a finalidade de se organizar as informações para a análise e posteriormente arquivadas. Torna-se importante destacar que foram incluídos nesta pesquisa diretores, professores, técnicos administrativos e estudantes do Cefet-MG Araxá que quiseram participar após terem sido esclarecidos sobre os objetivos do estudo. A participação foi respaldada via assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por todos os participantes acima citados.

A dinâmica das entrevistas com os estudantes ocorreu de forma diferenciada por se entender que o público em questão se mostraria mais à vontade se percebendo entre pares; apenas houve o cuidado de se separar um grupo dos estudantes do ensino técnico e um grupo da graduação. As perguntas foram feitas de uma forma não direcionada almejando posicionamentos espontâneos. Contrariando a probabilidade de um

admissível constrangimento pela condução da entrevista ser da própria profissional que trabalha na instituição, os estudantes se portaram de forma verdadeira e arrojada. Suas colocações foram abertas e desnudas de qualquer cuidado ao criticar ou apontar o que consideravam inadequado ou passível de uma opinião desfavorável em relação à instituição. Expuseram suas impressões acerca dos temas levantados na entrevista com liberdade, relataram tanto elogios como descontentamentos com a mesma tranquilidade.

Em qualquer pesquisa que envolva seres humanos existe o risco de identificação dos participantes, mas no presente caso houve um cuidado da pesquisadora em buscar minimizar os riscos de identificação destes. Na transcrição das entrevistas os estudantes estão identificados de modo genérico, sendo diferenciados apenas os egressos; no caso dos educadores, técnicos administrativos e mãe, estão mencionados como educadores, para que mantivéssemos a confidencialidade e anonimato de todos os participantes.

Análises de dados

Para realizarmos uma análise integral dos dados trazidos pela transcrição²⁶ das entrevistas consideramos necessário fazer alguns destaques iniciais. As entrevistas foram realizadas na própria instituição e com os atores, no caso da maioria dos entrevistados, que refletiam acerca de uma realidade estando inseridos nela. Ou seja, em diversos momentos das entrevistas pudemos perceber o quanto as narrativas estavam vivas na memória dos entrevistados ou de alguma forma dinamizadas na realidade da escola que aconteciam simultaneamente à entrevista. É relevante lembrar também que a profissional que realizou as entrevistas é a própria Psicóloga Escolar da instituição.

Para a compreensão das entrevistas utilizamos a análise de conteúdo, tal como é definida por Bardin (2000, p.42): “Um conjunto de técnicas de análise das

²⁶ A transcrição das entrevistas, organizadas pelas perguntas do Roteiro, estão nos Apêndices C, D, E, F e G.

comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Após leitura e releituras cuidadosas das transcrições, identificamos conteúdos recorrentes nas respostas que nos permitiram a organização da análise segundo alguns temas principais, que mais se destacaram. Elencamos, portanto, alguns eixos de análise que irão balizar os próximos capítulos, a saber:

- 1) A constituição da Assistência Estudantil no Cefet-MG Araxá;
- 2) A Assistência Estudantil segundo alguns atores da instituição e
- 3) Sobre a psicóloga escolar no Cefet-MG Araxá.

4. A constituição da Assistência Estudantil no Cefet - MG Araxá

Um dos propósitos alcançados por este trabalho se trata da possibilidade de revisitarmos os caminhos percorridos pela seção de assistência ao estudante nesta instituição, desde seus primórdios com a participação efetiva dos pais dos estudantes até a realidade de hoje, onde identificamos uma equipe multiprofissional com um espaço reconhecido na conjuntura da escola.

Neste tema em especial: a constituição da AE, vale destacar que os depoimentos agregaram um valor inestimável, publicizando, visibilizando e documentando a rica trajetória de lutas, conflitos, participação de pais, disputas, dedicação, choros e tudo o mais que possa ilustrar a dimensão combativa que é marca da AE por excelência. Vamos por partes.

A criação da unidade do Cefet-MG na cidade de Araxá ocorreu em 1992 e aconteceu a partir de um anseio da comunidade local por um ensino técnico gratuito e de qualidade aliado à formação integral dos estudantes (Cefet-MG, 2014). Até este momento, a cidade não possuía uma escola federal, seja ela técnica ou de nível superior, fato também relatado nas entrevistas. A presença da instituição significou um grande salto de qualidade no ensino da cidade e foi muito bem recebida pela população, fato assim descrito nas entrevistas:

“Naquela época a cidade precisava de uma escola boa, o que acontecia... tanto com as particulares quanto as públicas com relação ao estudo que o Cefet oferecia e oferece eram muito aquém.” (Educador)

“[...] o Cefet é muito apertado. O lema era ou você estuda ou você estuda, então a gente fazia uns grupinhos para nos ajudar e dar apoio um ao outro, não tinha este acompanhamento, tínhamos que nos virar.” (Estudante)

Percebemos também, nesses depoimentos, que um conjunto de crenças foi criado junto à população no que diz respeito ao significado e às consequências da existência de uma escola em nível federal. Uma instituição de ensino federal passou a ser sinônimo, para as pessoas que se relacionavam direta ou indiretamente com a instituição, de um lugar onde o nível de exigência e a dificuldade de se obter o aprendizado eram altos. Tratava-se de uma escola “onde apenas os bons passavam”, mensagem que ressoava e ainda é facilmente reconhecida nos discursos dos estudantes e ex-estudantes (Apêndices C e H).

Segundo os dados históricos como os registros de contratação de pessoal, inicialmente a instituição contava, para o seu funcionamento, somente com a equipe de professores e uma equipe de apoio formada pela pedagoga, assistente social e setores administrativos incluindo o registro escolar e a biblioteca. O fato que merece destaque se refere à existência da Assistente Social desde a inauguração da instituição. Referimo-nos aos primórdios de uma AE no Cefet-MG Araxá. Tal realidade foi descrita da seguinte forma:

“Desde que eu entrei no Cefet no final da década de 1990 é que existia uma Assistente Social, que atuava nesse campus e ela fazia todo o trabalho, inscrição e seleção para o programa de bolsas né, mas basicamente esta é a lembrança que eu tenho”. (Educador)

“[...] mas ou menos em 1994, formamos esta equipe educacional: supervisor educacional, orientadora educacional e eu, como assistente social” (Educador).

O Cefet-MG Araxá está localizado em uma área afastada do centro da cidade, o que em primeira instância trazia alguns problemas para os estudantes. Os cursos funcionam em período integral, o que tornava premente a existência de um restaurante estudantil. Podemos citar também a falta de uma lanchonete, livraria, entre outras carências que se destacaram naquele momento. E todas essas circunstâncias ainda aliadas à realidade socioeconômica de alguns estudantes, que segundo relatos e dados, muitas vezes não tinham condição de se manter na escola em termos de alimentação, livros, uniformes e outras necessidades materiais. Tais fatos, agregados, reforçaram a ideia da relação direta que se faz e fazia entre a Assistência Estudantil e o Serviço Social (profissão). A ausência do restaurante estudantil, o fato de a escola estar localizada nas fronteiras da cidade, a realidade socioeconômica de alguns estudantes intensificava a necessidade por um atendimento aos mínimos sociais, como podemos ler nos excertos abaixo:

“No início das atividades em Araxá, a Assistente Social também fazia visitas aos alunos, para acompanhamento das reais necessidades dos alunos carentes.”
(Educador).

Nos primeiros anos de existência a unidade de Araxá do Cefet-MG contava com o programa de Caixa Escolar para realizar a gestão financeira da escola, tanto dos recursos oriundos da União, no caso por se tratar de uma escola federal quanto dos recursos arrecadados pela própria instituição, através de, por exemplo, taxas de

matrículas ou outros serviços. Os recursos recolhidos eram destinados à aquisição de bens e serviços para a melhoria do funcionamento da escola. A estrutura da caixa escolar geralmente era presidida pelo diretor da instituição e juntamente com o colegiado escolar aprovavam as suas ações como também as prestações de conta (Menezes & Santos, 2001).

No Cefet-MG, o Caixa Escolar foi regulamentado em 1983 e tinha como objetivo principal arrecadar recursos dos estudantes para financiamento dos programas de assistência como as bolsas de apoio financeiro e alimentação. Na unidade de Araxá, desde a sua inauguração, a maior parte dos programas da Assistência Estudantil era financiada pela Caixa Escolar (Oliveira, 2013), como podemos ler nos depoimentos:

“[...] mas na minha época não era bem este nome, tínhamos a Assistente Social que dava um auxílio. Porque naquela época tudo era paga, a matrícula era paga, declaração, qualquer documento e se o aluno não tivesse condições de pagar, por exemplo, a matrícula, ele fazia entrevista com ela e ela disponibilizava os estes valores aqui do Cefet, então era este tipo de auxílio que existia. Não tinha restaurante também, eu estava na época que o restaurante foi construído, acho que em 2000 ou 2001, mas não funcionava, não tinha alimentação, só tinha o prédio...” (Estudante)

“[...] fui chamada para começar esse programa, para ingressar e facilitar o ingresso dos alunos necessitados nos programas de benefícios da Caixa Escolar. Sempre fui rígida nesta questão, de isentar ou não os alunos, mas quem mantinha a Caixa Escolar eram os outros alunos que pagavam”. (Educador)

“Desde a implantação do Campus Araxá nós tivemos fases diferenciadas da Assistência Estudantil, inicialmente ela era um apoio à Caixa Escolar onde não havia de fato uma política do Cefet, acredito eu, em termos de Assistência Estudantil, uma Caixa Escolar que arrumava material, algum amparo físico, financeiro para determinados alunos que eram detectados através de sondagens estas necessidades Com a extinção da Caixa Escolar, até por que as contas não eram muito transparentes não quer dizer que sejam erradas, mas não eram transparentes, os critérios e as normas não eram estabelecidas. Com o fechamento da Caixa Escolar o Cefet teve um ganho nesse sentido, ou seja, a partir daí se teve sim uma Assistência ao Estudante de acordo com o questionário ou critério sócio econômico daquele aluno.” (Educador)

“[...] nós começamos a trabalhar com seleção socioeconômica para que os alunos ficassem isentos da taxa de matrícula. Então a Caixa Escolar tinha os alunos que eram agregados e ficavam recebendo gratuitamente o que necessitavam. Isenção desde a taxa matrícula e depois eram encaminhados para os programas do tipo Banco do Livro, café da manhã e refeição.” (Educador)

Conforme os depoimentos supracitados, a construção do restaurante escolar ocupa um capítulo à parte na trajetória da AE na unidade de Araxá. Como já exposto anteriormente, a instituição estava localizada nas fronteiras da cidade, especialmente na época da sua inauguração (destacando que hoje a cidade cresceu), o que tornava difícil para os estudantes o acesso a restaurantes, lanchonetes ou até o retorno aos próprios lares, lembrando que o ensino técnico no Cefet-MG Araxá é ofertado em período integral, em uma de suas modalidades. Após negociações e junções de esforços, o

prédio do restaurante foi construído em Araxá e somente após o apoio da Associação de Pais ele foi finalmente inaugurado e passou a funcionar, mesmo que precariamente. Percebemos os depoimentos emocionados dos atores que vivenciaram esse processo na época:

“[...] junto à Engenheira do Cefet e bolamos a construção do restaurante. Foi escolhido o local e elaboramos o projeto e foi feito o restaurante Inicialmente ficou aquele elefante branco e o pessoal cobrando, agora construiu e como vamos colocar para funcionar. Eu tive a ideia de fazer um trabalho de associação de pais e eles tiveram ideias de fazer uns jantares, almoços para arrecadar fundos para botar para funcionar. Móveis já tinham, pensamos em terceirizar... ou outra ideia, mas não deu certo, queríamos contratar as funcionárias. Não tinha apenas os utensílios e foi quando os pais quiseram entrar nesta causa para fazer funcionar. O que está registrado neste caderno, atas das reuniões, fotos e registros... eu resolvi fazer estes registros. Foi assim que eles abraçaram a causa e fizeram algumas atividades e conseguiram comprar todos os utensílios. E agora era o papel da escola contratar e já tinham algumas pessoas do Cefet que tinham habilidade e foram encaminhados para trabalhar no restaurante e outros contratados. Assim foi até funcionar o restaurante” (Educador).

“[...] não existia restaurante, mas inicialmente quando comecei a receber mais alunos de outras cidades eu que normalmente encaminhava e ajudava a constituir uma república, encaminhava para pensionato, ia atrás das pessoas da comunidade e fazia encontros com estes alunos, estes pais quando chegava e fomos criando um vínculo com os alunos e os pais.” (Educador)

Outro fato a se destacar foi a constituição da equipe da Assistência Estudantil na Unidade de Araxá, porque segundo dados construídos nesta pesquisa, durante muitos anos, aproximadamente 16 anos, a AE se resumia à atuação de uma Assistente Social. A equipe mínima foi constituída em 2008 através do concurso para o psicólogo da AE. Segundo relatos esta mudança foi assim vivenciada pela escola:

“Assim que você entrou... em seguida a gente recebeu uma nova Assistente Social que foi a fulana. Melhor quando você entrou a Assistente Social aposentou e então entrou a Fulana e aí vocês formaram uma dupla por um tempo. E, mais recentemente, entrou na equipe uma pessoa também da nutrição. É uma equipe mínima, composta de uma assistente social, psicóloga e nutricionista. Mas uma equipe multiprofissional com o intuito de trabalhar os programas da Assistência Estudantil do ponto de vista da permanência material, simbólica e na formação integral dos estudantes.” (Educador)

“Em 2007, se não me engano, foi a entrada da psicóloga e aí eu fui, como sou psicóloga... eu fui designada para passar, né, as diretrizes do trabalho da psicologia na Assistência Estudantil e no caso você foi a primeira psicóloga do Campus Araxá na Assistência Estudantil.” (Educador)

Vemos, então, que a criação do Cefet em Araxá teve grande impacto na vida da cidade, e aos poucos foi sendo criada a Assistência Estudantil, com a colaboração dos diferentes atores componentes da instituição. Em seus 26 anos de existência, a equipe da AE está presente há apenas 10, ou seja, é bastante recente. Assim, diante da conjuntura que se apresenta, de uma equipe mínima da Assistência Estudantil já constituída, o

restaurante estudantil em pleno funcionamento, bolsas de auxílio financeiro sendo distribuídas aos estudantes, mesmo que em número reduzido, mas um processo socioeconômico estabelecido e sendo executado a cada ano, o que podemos afirmar? Estes dados apontam para uma AE atuante? A garantia dos mínimos sociais sustentaria uma AE efetiva? A instituição e seus atores reconhecem o aspecto dinâmico da AE? Estas são indagações importantes e que de alguma forma surgiram também nas entrevistas; vejamos a seguir em alguns excertos das transcrições:

*“A política está em constante construção, não estando nunca terminada. Sendo assim, cada profissional envolvido na política de assistência estudantil, bem como cada **estudante atendido**²⁷ por ela ou não, sua família e toda a comunidade escolar participa de sua construção ou reconstrução a partir de sua atuação, suas demandas, críticas, movimentos sociais, avaliações etc.” (Educador)*

As respostas aos questionamentos anteriores são negativas, nem a constituição de uma equipe mínima para AE e muito menos a garantia do oferecimento dos mínimos sociais aos estudantes asseguraria uma realidade promissora da assistência às necessidades do estudante na instituição. Ao contrário, tais constatações, podem produzir uma falsa e perigosa sensação de dever cumprido. Reforçamos aqui o caráter vivo do público alvo das AEs, onde as necessidades se modificam e se multiplicam a cada perfil identificado, a cada estudante que traz a sua realidade de necessidades ao setor. Além disso, a garantia da permanência material não é suficiente; é preciso que a instituição cuide também da permanência simbólica, que diz respeito às possibilidades de o estudante sentir-se pertencente ao grupo; são “as condições de inserção ou de

²⁷Destaque nosso.

sobrevivência no sistema de ensino” (Santos, 2009, p. 79). E não podemos nos esquecer de que a AE é inerentemente dinâmica.

A política de Assistência Estudantil “é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida”, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras. A Assistente Social Maria de Fátima Oliveira (UFU) reforça que “a Assistência Estudantil nas IFES Brasileiras deve ser entendida como uma política essencial no contexto da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Isto porque a perspectiva de inclusão social possibilita aos estudantes de baixa condição socioeconômica a participação nas atividades acadêmicas em condições de igualdade aos demais estudantes, na medida em que o atendimento das necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte são oferecidos enquanto assistência básica na dimensão dos direitos sociais”. Diante da complexidade das necessidades do ser humano, a Política de Assistência Estudantil no contexto do ensino superior não pode atender apenas às necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte. Por isso, a perspectiva de formação ampliada de acessibilidade, Inclusão Digital, Ensino de Línguas Estrangeiras e Apoio Pedagógico visando a redução das reprovações e evasão escolar. Todas essas ações devem fazer parte da Assistência Estudantil no contexto universitário, a fim de colaborar com a

formação ampliada dos estudantes, no despertar da consciência crítica e cidadã, para além da sua formação técnica e profissional (Fonaprace, 2012, p. 65).

É importante ressaltar ainda que cabe às IFES e consequentemente às suas equipes de AE assumirem a luta pela Política de Assistência Estudantil em prol de uma garantia de direitos e espaço onde se exerça a cidadania e resgate a dignidade humana. Destacamos ainda que, para se efetivarem as AEs necessitam estar em sintonia com os estudantes, o que nos remete à importância da pesquisa realizada pelas IFES - Pesquisa Nacional de Perfil dos Discentes das Instituições Federais de Ensino Superior – (Fonaprace, 2016) com o objetivo direto de identificação do perfil dos estudantes. Este tipo de pesquisa é fundamental para que possam acolher as demandas do seu público com políticas de Assistência Estudantil que promovam cada vez mais a equidade, criando políticas afirmativas a fim de se produzir uma existência mais democrática e com efeito educativo e, portanto, multiplicador.

5. A Assistência Estudantil segundo alguns atores da instituição

A Assistência Estudantil, segundo os entrevistados, está diretamente associada e submetida ao atendimento ao estudante. Pouco se percebe, nas falas, a possibilidade de uma atuação mais ampliada e estratégica da área, de modo a estender o trabalho aos docentes e técnicos. Podemos destacar que as ações aqui relacionadas aos estudantes também se resumem ao atendimento das necessidades materiais dos sujeitos que acessam o serviço. Na fala dos educadores notamos que a garantia dos direitos mínimos dos estudantes como alimentação, apoio financeiro através de bolsas, que seriam as ações teoricamente nomeadas de mínimos sociais (moradia, transporte e alimentação), são referenciadas como a finalidade do setor.

Em praticamente todas as respostas à pergunta 01: “O que você sabe a respeito da Assistência Estudantil no CEFET – MG Campus Araxá?” confirmamos a distribuição das bolsas de apoio financeiro para os estudantes em situação de risco socioeconômico como atividade fim da Assistência Estudantil, segundo a compreensão dos entrevistados. As demais áreas, como o atendimento psicossocial, alimentação estudantil, programas das temáticas da juventude e outros seriam conquistas adicionais.

Na realidade do Cefet-MG Araxá, os entrevistados legitimam também o atendimento psicossocial como um elogiável programa da AE que, segundo as falas, juntamente com a garantia dos mínimos sociais através da distribuição de bolsas e do restaurante estudantil, comporiam a área. Vejamos os excertos a seguir:

*“A Assistência Estudantil seleciona os alunos que receberão os diversos tipos de auxílio que o Cefet-MG oferece aos alunos de baixa renda, como **bolsas**²⁸ de*

²⁸Destaques nossos.

*permanência, auxílio emergencial, bolsas de complementação educacional. Também faz o **encaminhamento psicossocial dos alunos**, caso necessário.”(Educador)*

*“O que sei é que a Assistência Estudantil no Cefet é um órgão composto por um conjunto de profissionais, psicóloga e assistente social, o qual procura dentro de suas atribuições atender às **demandas dos alunos** que no Cefet ingressam, com extensão também à **família do próprio aluno** quando isso se faz necessário. Sei e já tive a oportunidade de presenciar trabalhos de acompanhamentos.”(Educador)*

*“Assistência Estudantil no Cefet-MG campus Araxá é uma política que visa prestar serviços socioassistenciais de ampla abrangência, tais como **apoio material, psicossocial, pedagógico, orientações e encaminhamentos** que possam subsidiar o bom aproveitamento e a conclusão do curso pelo estudante.”*
(Educador)

“É sei que a parte da alimentação é cuidada aqui e eu sei que os meninos têm assistência com relação a isto, porque todo menino que procura ajuda tem recebido ajuda e não temos recebidos queixas em relação aos tipos de atendimentos que são feitos.” (Educador)

O atendimento psicossocial foi muitas vezes descrito como um atendimento clínico psicoterápico, o que demonstra desconhecimento acerca do papel do psicólogo escolar e suas possibilidades de atuação na instituição. Esse desconhecimento já foi relatado na literatura da área. Como escreve Martínez (2010, p. 40)

Sua atuação se associa frequentemente ao diagnóstico e ao atendimento de crianças com dificuldades emocionais ou de comportamento, bem como à orientação aos pais e aos professores sobre como trabalhar com alunos com esse tipo de problema. Essa situação é resultado do impacto do modelo clínico terapêutico de formação e atuação dos psicólogos no Brasil na representação social dominante sobre a atividade desse profissional.

Assim, ainda existem dúvidas em relação às atividades que o psicólogo escolar pode realizar na instituição educacional, considerando-se que muitas vezes o próprio profissional, devido a sua formação inicial, pode igualmente desconhecer os avanços no campo da Psicologia Escolar e Educacional e atuar em uma perspectiva de cunho clínico e individualizante (Facci & Silva, 2014). Além disso, é necessário destacar que

a prática profissional se desenvolve e se aperfeiçoa no âmbito das condições de trabalho oferecidas, bem como no esforço diário de articulação e de busca de respostas desse profissional ao conjunto de demandas advindas da realidade social, tomando por base sua dimensão formativa, suas concepções e experiências. (Souza & cols., 2014, p. 257).

Partindo do histórico desta AE que hoje reconhecemos no Cefet-MG Araxá, valorizando cada luta, conquista e retrocesso, compreendemos como e porque a área é assim descrita pelos atores educacionais. As reivindicações iniciais, destacadas no capítulo anterior, guiavam-se pelos itens mínimos para a existência de uma AE, mesmo que precária. Baseada nesta luta inicial, a maioria dos entrevistados percebe a atual realidade como a conquista do “éden”. As reivindicações iniciais davam-se por uma

realidade que hoje é legitimada. O que ontem representava uma falta, como o exemplo do restaurante estudantil, hoje se tornou realidade.

De acordo com a análise acima descrita, as conquistas da AE no Cefet-MG Araxá retratam um cenário vitorioso se o percebermos pela sua história, mas também revela um risco de estagnação de possibilidades para a área por se considerar que todas as reivindicações foram conquistadas. Um horizonte de trabalho para os profissionais da AE se descortina por uma luta por uma maior conscientização acerca do potencial de trabalho da área, para além dos mínimos sociais e além do atendimento psicossocial ao estudante.

Notamos que um trabalho de conscientização do que venha a ser a Assistência Estudantil se revela imprescindível, ainda mais considerando quais são as suas potencialidades conjunturais e estratégicas envolvidas. E ainda, arriscamos afirmar que esta pesquisa poderá colaborar com a disseminação do trabalho e importância do psicólogo escolar e consequentemente da Assistência Estudantil, cumprindo um papel pioneiro e abrindo caminhos para outras pesquisas. Reconhecemos que o tema ainda carece de publicações e de maior visibilidade para os profissionais que atuam na área.

E, embora a nomenclatura Estudantil de algum modo circunscreva o público atendido, entendemos que toda e qualquer ação da Psicologia Escolar no Ensino Superior só pode atingir seus propósitos relacionados aos processos de ensino e aprendizagem e à emancipação se convidar docentes, técnicos e famílias para uma parceria efetiva.

6. Sobre a psicóloga escolar no Cefet – MG Araxá

Mais uma vez recorreremos à trajetória da constituição do papel desta profissional na instituição e examinamos os primórdios do trabalho da psicóloga no Cefet-MG, ou seja, o concurso público que oficialmente descreveria qual o perfil do profissional que a instituição busca no mercado de trabalho. Para tal, recorreremos ao edital do concurso utilizado pela instituição para a seleção da psicóloga em 2010. Identificamos uma imprecisão na definição do perfil do psicólogo escolar pretendido, pois traz um caráter genérico e pouco específico na sua definição, embora com uma inclinação à área clínica. O cargo da carreira de técnico administrativo nível superior solicitado se denomina psicólogo-área e delibera que se trata de um profissional para a área específica, no caso a Assistência Estudantil.

O programa para as provas tinha uma parte comum para todos os cargos superiores que incluiu provas de português, legislação e informática básica. E o conteúdo programático para o psicólogo foi muito genérico, em que podemos reconhecer diversas áreas da Psicologia como a Psicologia Geral, Psicologia do Trabalho, Psicoterapia, Psicologia Escolar/Educacional, ou seja, abarcou inúmeros campos e tornou muito inespecífico o papel esperado ou desejado do psicólogo escolar, principalmente no que diz respeito à AE, como podemos ler abaixo.

CARGO DE PSICÓLOGO

Psicologia geral: ciência, senso comum, áreas do conhecimento, história, principais teorias comportamentais. 2. Psicologia como profissão. Psicologia institucional. Processos grupais e dinâmicas de grupo. 3. Saúde Ocupacional: Principais teorias e correntes. Distúrbios no trabalho e suas causas principais. 4.

Modelos de psicoterapia e suas respectivas abordagens. 5. Psicologia Escolar/Educacional. Teorias e metodologias de ensino e aprendizagem. Prática do Psicólogo Escolar. 6. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Postura profissional. Sigilo profissional. Responsabilidade social e ambiental. 7. Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. (Cefet, 2010).

Em relação a essa questão da genericidade dos editais, Silva e cols. (2014, p. 118) ressaltam que “concursos públicos com editais especificamente voltados para a área de Psicologia Escolar podem, de antemão, auxiliar na preparação dos candidatos não apenas para o processo seletivo, mas também para a sua futura atuação no cargo.” Concordamos com as autoras, mas infelizmente esse não tem sido o caso de muitos editais e inclusive do edital acima citado.

Percebemos, a partir das entrevistas, que a realidade do psicólogo escolar na Assistência Estudantil no campus Araxá repete o clássico problema deste profissional, relacionado ao restrito entendimento sobre o amplo papel do psicólogo e incipiente reconhecimento da necessidade estratégica deste para a instituição. Em diversas falas constatamos o desconhecimento acerca das inúmeras funções e programas da área, mesmo que já estejam implementados e em execução, restringindo a atuação do psicólogo escolar na maioria das vezes, ao atendimento clínico.

A forma como é vista a atuação do psicólogo escolar na instituição se assemelha com o distanciamento e até desconhecimento em que se percebe também a Assistência Estudantil. O profissional, em muitas falas, é identificado como um prestador de serviços que atende os estudantes nas suas queixas psicológicas, psicoterápicas e que está alocado na AE, mas poderia estar em outra seção institucional, tranquilamente. No entanto, torna-se indiscutível, a partir das falas, que a importância do profissional já está

cristalizada na realidade da instituição e a AE também ocupa um espaço consolidado, ainda que, ao mencionarmos as possibilidades da Assistência Estudantil, estivéssemos nos referindo ao atendimento aos mínimos sociais, realidade que é citada nas transcrições. Vejamos os trechos seguintes:

“É muito importante ter alguém que ouça os alunos com problemas emocionais.”

(Educador)

“Então acho importante esta atuação do psicólogo no sentido de orientar e fazer com que seus alunos tenham um crescimento, um amadurecimento aqui dentro do Cefet de forma bem tranquila, que é o que a gente espera para todos os adolescentes e filhos também.” (Educador)

“Utilizo dos serviços da Psicóloga e tem me ajudado muito. Vou citar a minha reprovação, eu sou repetente do segundo ano e se não fosse o trabalho da Psicóloga para que eu pudesse me reconstruir depois de um ano muito ruim que tive no meu primeiro segundo ano eu não teria conseguido, agora eu estou aprovado.” (Estudante)

“[...] é uma referência para os alunos que tem às vezes adolescentes né? Período da adolescência ainda e esse é um período que eles têm muitas dúvidas e têm alguns problemas.” (Estudante)

“Às vezes a gente está sentindo mal aqui, ansioso ou com algum problema a gente fica pensando quem poderia ajudar pensar junto ou até entender, sabe?”

(Estudante)

Tais concepções, presentes nos trechos das entrevistas, restringem as probabilidades de atuação deste profissional, em vista que a expectativa da instituição se limita ao atendimento psicoterápico, prática que não se coaduna uma atuação do psicólogo escolar em uma perspectiva crítica (Moura, 2015; Souza, Silva, & Yamamoto, 2014). E o grande problema deste tipo de compreensão é, nas palavras de Meira (2003), que ele

vem sustentando os processos de culpabilização dos alunos pela via da psicologização e patologização dos problemas educacionais [...] As expressões desse enfoque estritamente psicológico por diferentes caminhos levam a uma visão clínica tradicional do trabalho do psicólogo escolar, a partir da qual ele se volta para o diagnóstico (ainda que utilizando diferentes recursos teóricos) e tratamento dos problemas que se supõem serem dos alunos. (p. 22-23).

Entretanto, em algumas falas dos estudantes, já se percebem nuances de um trabalho mais estratégico e conjuntural, mesmo que ainda reconhecido dentro de uma lógica de um atendimento clínico.

A atuação do psicólogo, segundos alguns estudantes, está presente em diversos momentos da sua vida acadêmica, desde auxílio quanto às notas, reprovação, estudos, *bullying*, afastamento das famílias, relações interpessoais e auxílio nas questões

institucionais e contato com os professores. Tais questões são assim mencionadas nos depoimentos dos estudantes:

“Tem o trabalho do psicólogo, no caso você que está sempre auxiliando os alunos e tal. Eu já escutei vários casos de pessoas vieram conversar com você e falaram bem!” (Estudante)

...”o apoio do psicólogo quando temos problemas é fundamental, muitos estão longe dos pais” (Estudante)

“[...] tem me ajudado muito. Vou citar a minha reprovação, eu sou repetente do segundo ano e se não fosse o trabalho da Psicóloga para que eu pudesse me reconstruir depois de um ano muito ruim que tive no meu primeiro, segundo ano eu não teria conseguido, agora eu estou aprovado e o departamento de AE tem total participação neste processo de evolução minha.” (Estudante)

“Agora esta parte da psicóloga no técnico também é mais divulgada, a gente pode procurar, marcar o horários e os professores apoiam mais.” (Estudante)

“Eu lembro que na minha sala teve [sic] uns problemas entre os alunos e você conseguiu ajudar a nossa sala mesmo, foi interessante. Era uma espécie de bullying e foi bem feio na época. Foi interessante mesmo, aprendi muito” (Estudante).

A percepção dos atores educacionais acerca da prática do psicólogo na instituição, na maioria das respostas, se atém também ao atendimento psicossocial prioritariamente, fato que já apresentamos anteriormente; porém, em algumas falas percebemos algumas possibilidades de uma atuação mais consciente e estratégica deste profissional. Apresentamos os seguintes trechos para ilustrar tal compreensão:

“Com temáticas que são de processos mais complicados, com questões de formação acadêmica e também as questões de baixo rendimento ou relacionadas a isto, relações étnico-raciais, preconceito, homofobia, racismo enfim todas as questões que são pertinentes à juventude e todas as questões juvenis que os estudantes têm trazido para dentro do mundo acadêmico, é basicamente isto” (Educador).

“É fundamental que haja uma pessoa que compreenda e entenda e que esteja próxima dos alunos e facilite este intercâmbio, este meio de campo entre o professor aluno porque nem sempre a gente sabe o que está acontecendo de fato. Então ela é muito bem vinda” (Educador).

“A identificação de riscos e/ou vulnerabilidades sociais, o acompanhamento e a busca por soluções concretas que busquem minimizar os diversos conflitos e vulnerabilidades que permeiam o ambiente escolar fazem do profissional de Psicologia um importante colaborador no desenvolvimento da política de assistência estudantil escolar” (Educador).

E é justamente a partir desses indícios, que refletem reverberações do trabalho que a psicóloga escolar tem buscado realizar em seu cotidiano na escola, que esta profissional pode apresentar propostas efetivamente institucionais aos atores que constituem o Cefet-MG Araxá. Convidá-los a criar parcerias considerando as demandas institucionais compreendidas sempre a partir dos pressupostos da Psicologia Escolar crítica, que

ao considerarem as dimensões emancipatórias da Educação, contribuem para a compreensão da complexidade do processo de escolarização, bem como a Educação, ao inserir a dimensão crítica do desenvolvimento humano trazida pela Psicologia, poderá constituir um lugar para a atuação do psicólogo que possibilite à escola enfrentar os desafios no cumprimento de suas finalidades. (Souza et al., 2014, p. 273).

Podemos constatar que a atuação na perspectiva crítica do psicólogo escolar fundamenta-se em alguns elementos indispensáveis como destaca Tanamachi:

a compreensão sobre as múltiplas determinações do fenômeno educacional – históricas, sociais, econômicas, políticas-; pressupostos teóricos e metodológicos referendados em autores que expressem o pensamento crítico; apresentação de contribuições práticas e teóricas para a realidade em que se está inserido; a presença de uma compreensão crítica sobre o homem e sobre a educação e a referência a um compromisso técnico-político e/ou teórico-prático com a transformação da Psicologia. (Souza, Silva, & Yamamoto, 2014):

Sobre a atuação do psicólogo escolar na Assistência Estudantil do Cefet-MG Araxá, devemos ressaltar que os diferentes tipos de intervenção foram mencionados nas entrevistas apontam para uma prática que busca configurar uma atuação de vanguarda em contraponto à atuação tradicional. Martínez (2009) trata de práticas consideradas emergentes em Psicologia Escolar, que configuram formas de atuação que

têm adquirido visibilidade nos últimos anos e estão associados a uma concepção muito mais ampla e abrangente do trabalho do psicólogo na escola que inclui sua dimensão psicossocial. Na maioria delas, a posição ativa e criativa do psicólogo é essencial já que dificilmente estas formas de atuação lhe são colocadas como demandas explícitas. No entanto, no exercício destas atividades se concentra grande parte do potencial transformador da ação do psicólogo para mudanças significativas nos espaços educativos concretos (Martínez, 2009, pp. 172-173).

A autora nomeia oito práticas de atuação nessa perspectiva, que seriam:

1. Diagnóstico, análise e intervenção a nível institucional especialmente no que diz respeito à subjetividade social da escola visando delinear estratégias de trabalho favorecedoras das mudanças necessárias para a otimização do processo educativo. [...]
2. Participação na construção, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica da escola. [...]
3. Participação no processo de seleção dos membros da equipe pedagógica e no processo de avaliação dos resultados do trabalho. [...]
4. Contribuição para a coesão da equipe de direção pedagógica e para sua formação técnica. [...]
5. Coordenação de disciplinas e de oficinas direcionadas ao desenvolvimento integral dos alunos. [...]
6. Contribuir para a

caracterização da população estudantil com o objetivo de subsidiar o ensino personalizado. [...] 7. Realização de pesquisas diversas com o objetivo de aprimorar o processo educativo. [...] 8. Facilitar de forma crítica, reflexiva e criativa a implementação das políticas públicas. (Martínez, 2009, pp. 172-175).

Coadunando com as intervenções elencadas nas entrevistas dos atores do Cefet em relação à prática da psicóloga escolar da AE, cria-se um paralelo os pressupostos apresentados por Martínez e a realidade da atuação da psicóloga da escola, cujas intervenções foram assim descritas:

- Intervenções preventivas:

Estas intervenções referem-se, entre outras situações, às ações socioeducativas desenvolvidas pela profissional, de prevenção e pesquisa que abordam temáticas relativas à juventude, mundo do trabalho, sexualidade, saúde física e mental, diversidade, meio ambiente que se concretizam em projetos e momentos de contato direto com os atores educacionais da instituição e principalmente os estudantes. Exemplos: Oficinas sobre a temática da mulher, Sábado letivo com os temas: Cidadania, Psicologia e Nutrição, dentre outros, como podemos ler abaixo:

“Sei e já tive a oportunidade de presenciar trabalhos de acompanhamento psicológico, desenvolvimento e execução de projetos que buscam melhor qualidade de vida” (Estudante).

- Intervenções junto à equipe e institucionais

São trabalhos realizados na escola com a participação efetiva nos Conselhos de Classe, cabendo aos profissionais da AE, muitas vezes, um papel de aproximação da realidade dos estudantes extraclasse: a vida pessoal, saúde, família e possíveis problemas que poderiam comprometer o rendimento acadêmico, com os resultados em termos de notas apresentadas pelos professores na reunião. Também são realizadas intervenções junto ao corpo docente com assuntos pontuais com vistas à melhor efetivação do processo de ensino e aprendizagem, participação em órgãos de decisão na escola como a congregação, entre outras ações:

“A intervenção do profissional da Psicologia sobre questões pessoais e comunitárias que interferem no aproveitamento escolar e desenvolvimento das relações sociais no âmbito escolar, podem prevenir situações-problema capazes de trazer danos ao estudante, bem como sua família ou a comunidade escolar. A identificação de riscos e/ou vulnerabilidades sociais o acompanhamento, e a busca por soluções concretas que busquem minimizar os diversos conflitos e vulnerabilidades que permeiam o ambiente escolar fazem do profissional de Psicologia um importante colaborador no desenvolvimento da política de assistência estudantil escolar.” (Educador).

- Intervenções junto a famílias e professores

Referem-se ao contato direto existente entre a psicóloga escolar, o corpo docente e as famílias dos estudantes, formalizado em reuniões periódicas e/ou convocações da escola ou como demanda espontânea. Muitas vezes os pais buscam o atendimento de suas demandas junto à AE ou os próprios professores recorrem ao setor. A equipe da

AE esforça-se para desenvolver um trabalho bem próximo dos professores, ação que se logra efetiva e produtiva ao promover o estreitamento dessas relações institucionais.

“[...]sempre procurei auxílio com essa profissional no sentido de buscar ajuda especializada para resolver conflitos intra e interpessoais que vão desde problemas de relacionamentos entre alunos até conflitos de ordem existenciais. Posso garantir que sem dúvida alguma é (e foi) um suporte extremamente”
(Educador)

- Intervenções junto a estudantes

Reporta-se ao atendimento psicossocial que seria o apoio aos estudantes que apresentam dificuldades de toda natureza, incluindo emocionais que podem vir a comprometer o seu desempenho escolar e qualidade de vida, com vistas também à identificação e intervenção nas demandas do público que se encontra vulnerável aos processos de inclusão e de permanência no ambiente acadêmico. Tais intervenções relacionam-se à permanência simbólica, citada anteriormente.

“... psicóloga atende, conversa com os alunos. É o ponto de apoio dos alunos”
(Educador).

“Onde os alunos vêm trazer seus problemas que às vezes nem compartilham com seus pais e muito menos com seus professores/coordenadores, e problemas de foro íntimo, né? E nesse caso a profissional, ela orienta, dá conselho e muitas vezes essa é uma conversa privada que fica só de conhecimento entre o psicólogo ou psicóloga e o aluno”(Educador).

Nas transcrições das entrevistas com os grupos de estudantes (Apêndice H), um tema recorrente se apresentou: as queixas acerca da relação professor/aluno. Buscando uma melhor compreensão da conjuntura apresentada pelos estudantes, propomos uma leitura mais cuidadosa para entendermos como estas relações são construídas.

Bohoslavsky (1981), no capítulo “A psicopatologia do vínculo professor-aluno: o professor como agente socializante”, discorre sobre as relações humanas entre os que ensinam e os que aprendem na universidade e aponta desde o princípio a complexidade dessa relação. Inicia descrevendo que as relações entre as pessoas podem ser definidas em três tipos de vínculos: vínculo de dependência, cujo modelo é intergeracional: pais e filhos; vínculo de cooperação ou mutualidade cujo modelo é intersexual: casal ou fraterno: irmão-irmão; vínculo de competição ou rivalidade. Na relação ensino-aprendizado o vínculo constituído é o de dependência, o professor é o que regula o tempo, o espaço e os papéis desta relação.

O professor pode achar que suas intenções são “boas” – e realmente elas podem sê-lo a um nível consciente – pode pretender desenvolver no aluno a reflexão crítica, a aprendizagem criativa, o ensino ativo, promover a individualidade do aluno, seu resgate enquanto sujeito, mas uma vez definido o vínculo pedagógico como um vínculo de submissão, seria estranho que tais objetivos se concretizassem. (Bohoslavsky, 1981, p. 322).

O autor revela ser a relação professor-aluno uma realidade composta por numerosas questões interligadas e na realidade do Cefet-MG Araxá ainda acrescentamos um fator histórico. No capítulo 4, onde discorreremos a respeito da

trajetória da AE, identificamos que desde o princípio de sua existência a instituição apresentava, no discurso dos atores da escola, uma cultura que reforça e até mesmo valoriza as dificuldades de se estudar em uma escola de ensino federal. Reconhecemos nas falas dos egressos, da mãe e até dos educadores ressalvas como: o nível de exigência da escola, o possível despreparo dos estudantes quando entram no Cefet-MG Araxá, a destacável qualificação do corpo docente para a realidade educacional da cidade, entre outros aspectos.

Percebemos, através das entrevistas dos egressos e estudantes, a declaração direta a respeito desta possível dificuldade de relacionamento entre professores e alunos e um receio quanto ao nível de cobrança dos docentes, uma dificuldade na administração desta realidade, inclusive apontando o psicólogo escolar como possível intermediador. Acompanhem os excertos:

“[...] acho que o apoio do psicólogo quando temos problemas é fundamental, muitos estão longe dos pais, professores muito carrascos, cobram muito às vezes sem precisar e fazem tortura, viu?”(Estudante).

“Tinha uma associação de pais que resolvia os problemas de alunos com o professor ou alguma questão quanto ao acesso no Cefet... tudo, eu acho.”
(Egresso)

“Tenho certeza que é um trabalho de grande ajuda porque para quem realmente precisa dos serviços é um apoio muito grande e um incentivo para a pessoa continuar nesta caminhada que não é fácil. Cefet exige muito do aluno”.
(Estudante).

“O lema era ou você estuda ou você estuda, então a gente fazia uns grupinhos para nos ajudar e dar apoio um ao outro, não tinha este acompanhamento, tínhamos que nos virar” (Egresso).

“Tem alunos que têm até medo de chegar no professor e preferem sofrer calados. Tem professores que é difícil mesmo a comunicação e os alunos de certa forma precisam de ajuda para lidar com isto.” (Estudante).

Identificamos, por meio das entrevistas com os estudantes, que as relações entre o corpo docente e o discente no Cefet-MG Araxá, além de toda a complexidade inerente à relação professor-aluno, encontram um cenário pré-estabelecido que reforça o desencontro entre eles. Ao lermos os depoimentos reconhecemos que já existe uma pré-indisposição que simplesmente afasta os envolvidos e os coloca em posição de disputa, de um lado professores impossíveis de serem compreendidos e do outro os estudantes que não trazem, possivelmente, uma bagagem de aprendizado anterior. Esta percepção se cristaliza na rotina acadêmica da escola quando na seção de AE atendemos estudantes e professores reproduzindo esses discursos. De um lado destacamos a especificidade do Cefet-MG Araxá por se tratar de uma escola federal em um contexto, cidade do interior de Minas Gerais, que se coloca como referência de qualidade e exigência. Por outro lado, se encontra um perfil de estudantes que estão ingressando no Ensino Médio-Técnico Integral cuja realidade já se impõe como diferente do Ensino Fundamental, jornada muito superior por se tratar de uma escola com funcionamento integral e com no mínimo o dobro de disciplinas com que o estudante está habituado.

Reflexões importantes que necessitam de muito cuidado nas análises para não criarmos um abismo na relação professor-aluno.

Como foi destacada anteriormente, a inserção do professor no contexto educacional, seja ele qual for, vem acompanhada de diversos desafios, por mais experiente que este profissional seja, ele sempre terá que lidar com novas situações e necessita de apoio em seu trabalho. Segundo Cury, esta realidade confirma a necessidade de intervenção da Psicologia Escolar em diversas formas; “uma delas é a de formação continuada de professores, que necessitam ter os seus conhecimentos sobre a docência ampliados para além da formação inicial” (Cury, 2012, p.197), ainda mais quando se compreende o processo de ensino e aprendizagem como dialético (Meira, 2003; Facci, 2004), em que os estudantes não são os únicos responsabilizados pelo aprendizado ou a mediação pedagógica docente a fórmula mágica para a efetivação do aprendizado.

Ao passarem no concurso público da instituição, os estudantes tornam-se cefetianos e trazem a bagagem de experiências anteriores que pode sim não ser suficiente para inicialmente habilitá-los para os conteúdos da nova escola. Destacamos aqui o papel da AE que luta pelo acesso e permanência destes estudantes nas escolas federais pela garantia do ensino de qualidade. A intervenção direta destes profissionais somando forças com o corpo docente e toda a equipe de apoio é imprescindível para que se equalize esta realidade, principalmente quando percebemos a importância da coautoria na construção do intrincado processo de aprendizagem; ou seja, todos os envolvidos precisam ser considerados e convidados a buscar soluções.

Deparamo-nos então com um cenário rico em possibilidades de ações, mas que exige uma maestria na condução dos fatos que se apresentam no cotidiano da instituição. O psicólogo escolar crítico precisa compreender e intervir nos diversos

elementos constituintes dessa dinâmica, recorrendo a um mapeamento crítico e compreensivo das inúmeras vozes que compõem a escola, de modo que o processo de ensino e aprendizagem aconteça para instigar a autonomia, a postura crítica e a criatividade. Segundo Marinho-Araújo (2016, p. 206), a escuta psicológica (como ponto de partida, para não se cair numa prática nos moldes clínicos) e a consequente intervenção institucional do psicólogo escolar compreendem situar “[...] o psicólogo em situação de ouvir e compreender a singularidade das demandas, mas também de investigá-las e questioná-las, buscando, com lucidez, gerir a intersubjetividade presente nas relações.”

Assim, é necessária intervenção direta no processo educativo com a apresentação de um cenário que busque contemplar todas as suas vertentes possíveis e proposições de ações conjuntas e construídas a muitas mãos para arejar as relações de ensino e aprendizagem e torná-las mais efetivas. Nesse sentido, mostra-se essencial refletir acerca da complexidade das relações interpessoais que se constituem na escola e que dialeticamente a constituem. Lembremo-nos de que a cada turma de estudantes ingressantes uma nova demanda de ações se apresenta, revelando o caráter dinâmico e vivo dos processos pedagógicos.

Os aspectos acima destacados são uma realidade com que diariamente a psicóloga escolar se depara na instituição e poderíamos mencionar as diversas ações que já foram efetivadas no dia-a-dia do Cefet-MG Araxá, mas acreditamos que as intervenções supracitadas já configuram a cena em que os autores se inserem e desempenham seus papéis.

Ainda sobre a atuação do psicólogo no campo educativo, trazemos importantes considerações de Facci e Silva (2014) que norteiam o trabalho deste profissional:

Assim, na discussão sobre a prática profissional, é necessário sempre contextualizar a ação do psicólogo, cuidando para que tal prática não seja compreendida sob um ponto de vista individualizante, como se somente o próprio profissional fosse responsável por seu trabalho. Ponderando-se também os temas supracitados, é fundamental considerarmos/indagarmos: a) quanto à formação inicial do psicólogo, houve oportunidade de cursar disciplinas e realizar estágios na área da Psicologia Escolar e Educacional? Nesse momento, foi possível ter acesso a quais autores e possibilidades de reflexão acerca do campo educacional?; b) a forma de ingresso do profissional na Secretaria de Educação²⁹ se deu por meio de um concurso com edital específico para a área escolar e/ou educacional ou o edital foi genérico?; c) como ocorrem as formas de contratação desse profissional, assim como suas condições concretas de trabalho?; d) que respaldo o psicólogo encontra em sua prática diária, tanto em termos de autonomia e apoio para suas decisões e ações quanto para investir em formação continuada?; e) as instituições de Ensino Superior, quando tratam da formação do psicólogo para atuar no âmbito educacional, têm defendido a importância de fundamentos teóricos para o desenvolvimento da prática profissional?; f) o psicólogo tem dialogado com os campos da educação e da saúde no que tange aos fenômenos educativos?; g) como ele tem se posicionado perante o movimento de medicalização da educação e da sociedade? (pp. 281-282).

Para Meira (2000), a tarefa de transformação das práticas educativas não é fácil, uma vez que o processo educacional não é democrático e é forjado em um contexto social caracterizado por grandes disparidades e injustiças. Porém, ela veementemente

²⁹ Ou no Cefet

assevera que “isto não pode levar à recusa teórica de refletir sobre novas possibilidades de atuação, o que significaria negar o próprio caráter dialético e contraditório do real que atravessa todas as instâncias sociais e permite continuamente a gestação da transformação.” (p. 53).

7 Considerações Finais

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.”
(Paulo Freire, 1979).

Atualmente é considerável o número de pesquisadores que se dedicam ao estudo da relação entre a Psicologia e a Educação no Ensino Superior, a julgar pelo número de trabalhos apresentados no XIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (CONPE), fato anteriormente citado. Assim, a partir desta pesquisa, também constatamos que a Psicologia Escolar na Assistência Estudantil se revela um campo profícuo para a realização de pesquisas como de práticas.

Retomando o objetivo desta pesquisa que foi, sob a ótica da Psicologia Escolar Crítica, conhecer e analisar a atuação do Psicólogo Escolar na Assistência Estudantil no Cefet-MG Araxá, consideramos que alcançamos o nosso propósito. O texto aqui proposto, pelos próprios limites de uma dissertação, traz um direcionamento para um tema que se mostra potencial, uma realidade foi apresentada e uma reflexão sobre esta se delinea. Podemos assegurar que ao pesquisar a Psicologia Escolar e a Assistência Estudantil notamos que esta foi apenas uma breve incursão neste campo, que traz uma riqueza inestimável a ser mais reconhecida e trabalhada, em estudos posteriores.

O percurso transcorrido para a realização desta pesquisa, que se definiu em análise documental e entrevistas semiestruturadas com os atores educacionais, nos facultou uma reflexão e um exame minucioso sobre o papel do psicólogo escolar na Assistência Estudantil. A conjuntura política, social e econômica do nosso país, neste

momento, nos faz assegurar com veemência o quanto este tema é valioso e estratégico. Mesmo reconhecendo que se revelou ousado falar do próprio ofício, a escolha do tema se mostrou fundamental, principalmente em uma sociedade desigual e cindida em classes, cada vez mais se mostra necessária a luta pela garantia do direito à educação de qualidade. Falar da conexão entre a Psicologia Escolar e a Assistência Estudantil é discorrer sobre esta reivindicação legítima, educação para tod@s. A notável conclusão e imprescindível perspectiva que esta pesquisa alcança é a necessidade de luta. Luta pela garantia de direitos. Luta pela manutenção e conquista de espaço. Luta pela visibilidade. Lutas...

E educação e a AE são primas/irmãs em um país onde a desigualdade social é retratada em toda a sua continental extensão; portanto, falar da AE é falar de uma instância que busca a garantia de direitos, pois consideramos a educação como um mecanismo necessário não apenas para a apropriação do conhecimento científico e artístico-cultural, mas também para a reparação de desigualdades históricas. Nas palavras de Saviani (2017, p. 654)

[...] quando dizemos que queremos uma escola que prepare os indivíduos para o exercício da cidadania, estamos dizendo que queremos uma escola que forme indivíduos autônomos, capazes de iniciativa, o que implica que sejam conhecedores da situação para poderem tomar decisões, interferindo ativamente na vida social.

A assistência ao estudante encontra-se muito além da garantia do acesso e permanência deste no ensino, pois nos deparamos com infinitas possibilidades de atuação em que os protagonistas da educação: educandos, educadores, família,

comunidade e afins são considerados na sua concretude. Neste ensejo, a Psicologia Escolar tem um papel fundamental de compreender os processos psicológicos “que constituem o sujeito do processo educativo e são necessários para a efetivação da ação pedagógica” (Antunes, 2008, p. 29). Além disso, é fundamental que além do acesso e permanência material e simbólica, a conclusão do curso com qualidade (independentemente do nível de ensino) seja também uma dimensão a ser acompanhada pelo psicólogo escolar.

Tomando como fundamentos os pressupostos teóricos da Psicologia Escolar Crítica, compreendemos a atuação do Psicólogo Escolar a serviço da transformação social e auxiliando a escola no cumprimento da sua função social. Consequentemente, identificamos que o encontro da Psicologia Escolar com a Assistência Estudantil precisa ser compreendido e valorizado como uma parceria viável e próspera. Entretanto, percebemos na realidade das falas dos atores do Cefet-MG Araxá que ainda existe uma grande lacuna a ser completada no intuito de se efetivar este lugar estratégico que poderia ser ocupado pelo psicólogo escolar.

Como pesquisadora, é importante lembrar que a primeira etapa da pesquisa, em que se buscou reunir todos os registros documentais da Assistência Estudantil da unidade e por fim descrever os caminhos percorridos pela Psicologia Escolar apontou falhas nesses registros documentais. Apenas os registros formais das contratações funcionais ou alguns informais, através de documentos como diários e atas de reuniões foram encontrados. Assim, ressaltamos que a dinâmica da formalização dos registros institucionais deve ser revista. A partir dos relatos apresentados ao longo das entrevistas, constatamos que a rica história de lutas e conquistas da AE e da Psicologia Escolar na instituição poderia ser melhor registrada e documentada, afinal, trata-se da

memória da instituição. Percebemos esta pesquisa como uma interessante oportunidade para que esta realidade seja modificada.

Neste sentido, esta pesquisa possibilitará aos atores do Cefet-MG Unidade de Araxá: diretores, professores e técnicos administrativos, uma reflexão acerca da importância de se preservar os arquivos documentais, que ao longo do tempo revelam e registram a história da instituição, bem como uma análise a respeito do papel da Psicologia Escolar no Cefet-MG e, ainda, o reconhecimento e a valorização dos serviços da Psicologia Escolar na Assistência Estudantil na referida instituição. Acreditamos que a partir da presente pesquisa o Centro Federal de Ensino Tecnológico de Minas Gerais (Cefet-MG) Unidade de Araxá poderá contar com um registro documental organizado que oferecerá dados históricos da Assistência Estudantil nesta instituição, o que auxiliará e tornará mais efetiva a atuação do Psicólogo Escolar à luz da Psicologia Escolar Crítica.

Seguindo a análise da prática profissional do Psicólogo Escolar descrita nas entrevistas, podemos evidenciar a configuração restrita com que esta ainda é percebida. O psicólogo é identificado como um “resolvedor” de problemas, que poderia mobilizar o meio em que está inserido, mas até o momento, segundo os depoimentos, não se reconhece a forma efetiva e transformadora que uma intervenção poderia efetuar. O profissional poderia propor uma atuação mais ampla com a colaboração e participação na elaboração do projeto político-pedagógico da instituição, bem como em modos de formação continuada para os docentes. Até mesmo ao realizar a escuta, o psicólogo pode contribuir, por meio de uma postura crítica, percebendo as diversas vozes presentes nos relatos que chegarem até si, de forma a conhecer as inúmeras concepções e subjetividades presentes na dinâmica do processo educacional da instituição. Justamente por estar alocado na Assistência Estudantil, o psicólogo escolar não pode

deixar de atuar também junto aos estudantes, mas precisa cuidar para que o trabalho não se restrinja a estes e muito menos os culpabilize por todas as questões constitutivas do processo educativo na instituição. Mas o cenário não se mostra inteiramente desolador e em algumas falas podemos identificar nuances de uma percepção um pouco mais ampliada.

A partir da realidade do Centro Federal tomamos a consciência que há muito a se fazer e que a história está sendo escrita por muitas mãos. Em cada *campus* da instituição Cefet-MG, deparamo-nos com a presença do psicólogo escolar atuando na Assistência Estudantil, o que já sinaliza uma evolução na garantia quanto ao espaço deste profissional.

A Assistência Estudantil não deve se reduzir à garantia de mínimos sociais, como a distribuição de bolsas ou o funcionamento do restaurante estudantil, e a própria Psicologia Escolar vem confirmar isto no sentido de agregar a AE suas muitas contribuições. Mesmo destacando que o edital do concurso do psicólogo escolar da instituição ainda merece uma atenção especial no que diz respeito ao perfil do profissional desejado, ou seja, um edital mais específico que contemple elementos da Psicologia Escolar, da Assistência Estudantil, Políticas Públicas em Educação entre outras, já encontramos o psicólogo inserido na instituição e especificamente na AE. Portanto, concluímos que o espaço de atuação está conquistado embora precise ser ampliado; porém, o processo de conscientização acerca do real papel e possibilidades de atuação do psicólogo escolar se impõe como grande desafio a ser almejado na rotina diária dos profissionais da AE da escola.

Salientamos que a rotina diária que uma instituição de ensino oferece favorece diversas possibilidades de uma atuação do psicólogo escolar com fins de compreensão acerca do lugar em que se reconhece este profissional. Na realidade do Cefet-MG

Araxá, dois pontos merecem destaque nesta questão. Primeiro: estamos diante de uma realidade que conta com apenas uma profissional, situação que não estaria nem próxima do mínimo necessário para um trabalho de Psicologia Escolar Crítica em uma instituição com cerca de 1000 estudantes, 66 docentes efetivos, 10 docentes contratados e 45 técnicos administrativos (Cefet, 2014). E posteriormente, deve ser mencionado o caráter de denúncia que os estudantes descreveram as suas relações com os professores. Talvez esta se revele uma urgência a ser compreendida, compreendida e atendida pela psicóloga escolar. Vemos uma oportunidade para nos aproximarmos desta questão e entendê-la, buscando evitar os extremos de vitimização ou culpabilização de ninguém, mas conhecer a realidade de modo mais aprofundado para intervir sobre ela por meio de uma proposta pensada conjuntamente com os segmentos relacionados a essa questão.

Após a pesquisa e consequentemente a partir das reflexões advindas da percepção dos entrevistados acerca do psicólogo escolar do Cefet-MG Araxá, a importância de cada posicionamento ou projeto desenvolvido por esse profissional, no caso por esta pesquisadora na instituição, fortalecerá uma dimensão estratégica ao reconhecer o papel de vanguarda do psicólogo escolar na AE.

O papel do psicólogo escolar deve estar voltado para o empoderamento dos sujeitos e conscientização quanto aos seus papéis no processo educacional, com o olhar nas transformações sociais emancipadoras e no sucesso acadêmico. Consideramos que com o arejamento dos discursos e oportunizando aos próprios atores educacionais a participação e a voz, bem como a reflexão e conscientização quanto as suas práticas e funções nesse processo que é eminentemente coletivo, uma realidade promissora poderá ser construída para a instituição, para a Assistência Estudantil e especialmente para a Psicologia Escolar. É um momento histórico de que muito me orgulho em participar.

8 Referências

- Alves, M. D. L. (2005). *A política de assistência ao estudante do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais* (Dissertação de Mestrado). Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.
- Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia Escolar e Educacional: história, compromisso e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12(2). Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>
- Antunes, M. A. M. (2011). *Psicologia e Educação no Brasil: uma análise histórica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Assistência Estudantil: Uma Questão de Investimento*. Recuperado de http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonapraxe/documentos/assist_es_t.html
- Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior. (2012). *Educação propõe virada de página*. São Paulo: Casa do Psicólogo. Recuperado de http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article=6178=educação-impoe-virada-de-pagina-&catid=50&itemid=100017
- Barbosa, D R. (2011). *Estudo para uma história da Psicologia Educacional e Escolar do Brasil* (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-22072011-163136/pt-br.php>.
- Bardin, L. (2000). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições.
- Bisinoto, C., & Marinho-Araujo, C. M. (2010). A atuação da Psicologia Escolar na Educação Superior do Distrito Federal/Brasil. *Actas do VII Simpósio Nacional*

- de Investigação em Psicologia* (pp. 2509-2524). Universidade do Minho, Portugal.
- Bisinoto, C., & Marinho-Araujo, C. M. (2011). Psicologia Escolar na Educação Superior: atuação no Distrito Federal. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 111-122.
- Bisinoto, C., Marinho-Araújo, C. M., & Almeida, L. (2010). Contribuições da Psicologia Escolar à Promoção do Sucesso Acadêmico na Educação Superior. In *I Seminário Internacional “Contributos da Psicologia em Contextos Educativos”*. Universidade do Minho, Portugal. Recuperado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11460/1/010.pdf>.
- Bogdan, R., & B., Sari. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora.
- Bohoslavsky, R. H.(1981). A psicopatologia do vínculo professor-aluno: o professor como agente socializante. In: Patto, M. H. S. (Org.). *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- Campos, F. (1940). *Educação e Cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Castro, C. L. F., Gontijo, R.B., & Amabile, A.E.N. (2012). *Dicionário de políticas públicas*. Barbacena: EdUEMG.
- Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Campus IV Araxá. (2014). *Histórico*. Recuperado de <http://www.araxa.cefetmg.br/historico>.
- Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. (2010). *Concurso Público para Técnico Administrativo do Quadro de Pessoal do CEFET – MG*. Comissão Permanente de Vestibular: Edital 61/10. Recuperado de <http://www.pciconcursos.com.br/concurso/cefet-centro-federal-de-educacao-tecnologica-mg-17-vagas>

- Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. (2011). *Histórico – Dados Organizacionais*. Recuperado de <http://www.araxa.cefetmg.br/site/sobre/historico.html>.
- Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. (2012). *PDI: Política Institucional 2011 – 2015*. Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. (2015). *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: Política Institucional 2011 – 2015*. Belo Horizonte: CEFET – MG. Recuperado de http://www.cefetmg.br/galeria/indicadores/PDI_CEFETMG_2011_2015_Saida.pdf.
- Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação. (1999). Parecer CNE/CEB nº16 de 05 de outubro de 1999 da Câmara de Educação Básica. *Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico*. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal.
- Cunha, L. A. R. (1989). *A Universidade Crítica: O ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Cunha, S. M. & Carrilho, D. M. (2005). O processo de adaptação ao ensino superior e o rendimento acadêmico. *Psicologia Escolar e Educacional*, (9)2, 215-224. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a04.pdf>.
- Cury, Daniel G. (2012). *A Relação entre Professor e Aluno no Ensino Superior Vista por Meio da Reprovação* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais.
- Decreto-Lei nº 14.343. (1920). *Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI*. Diário Oficial da União, p. 15115, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Decreto-Lei nº 19.850. (1931). *Crêa o Conselho Nacional de Educação*. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Decreto-Lei nº 19.851. (1931). *Dispõe que o ensino superior no Brasil*. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Decreto-Lei nº 19.890. (1931). *Dispõe sobre a organização do ensino secundário*. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Decreto-Lei nº 20.158 (1931). *Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Decreto-Lei nº 6096. (2007). *Institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI*. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal.

Decreto-Lei nº 7.566/1909 de 23 de setembro. (1909). *Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito*. Diário Oficial, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Decreto-Lei nº 7234/10. (2010). *Dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil - PNAES*. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal.

Decreto-Lei nº 57870 de 25 de fevereiro de 1966. (1966). *Institui o Programa Especial de Bolsas de Estudo para trabalhadores sindicalizados e seus dependentes*. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal.

Dez Encontros: Fórum Nacional Dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (1993). Revista Fonaprace . Goiânia: UFG, Pró Reitoria de Assuntos Comunitários.

Facci, M. G. D., & Silva, S. M. C. (2014). Por uma formação para uma atuação crítica em Psicologia Escolar e Educacional. In Souza, M. P. R., Silva, S. M. C., &

- Yamamoto, K. (Orgs.), *Atuação do psicólogo na Educação Básica: concepções, práticas e desafios* (pp. 275-282). Uberlândia: EDUFU.
- Fávero, M. de L. A. (1980). *Universidades e Poderes: Análise Crítica e Fundamentos Históricos 1930-1945*. Rio de Janeiro: Achimé.
- Fernandes, F. (1979). *Universidades Brasileiras: Reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega.
- Fonseca, C. S. (1962). *História do ensino industrial no Brasil* (vol. 2). Rio de Janeiro: Curso de Tipografia e Encadernação da Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro.
- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. (2000).
- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. (2007). *FONAPRACE – 20 anos*. Belém, Pará: UFP, PROEX.
- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. (2012). *FONAPRACE: Revista comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*. Uberlândia, Minas Gerais: UFU, PROEX.
- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. (2016). *FONAPRACE: IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras - 2014*. Recuperado de http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduando-das-IFES_2014.pdf
- Freire, P. (1979). *Educação e Mudança* (12 ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, S. M. (2008). Movimento Estudantil no Brasil: Lutas passadas, desafios presentes. *Rhela*, 11, 131-146.
- Galeano, E. (2012). *Os filhos dos dias*. São Paulo: L&PM.
- Gonzaga Junior, L. (1980). *Vamos á luta!* Rio de Janeiro: EMI – Odeon.

- González Rey, F. L. (2002). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os procedimentos de construção da informação*. São Paulo: Thomson Pioneira.
- Guerra, Isabel C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de sentido*. Estoril, Portugal: Principia.
- História Viva (2009). De onde veio a universidade? *Revista História Viva*, 6 (71), Duetto.
- Houaiss, A., Villar, M. S., & Franco, F. M. M. (2009). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (1ª reimpressão, com alterações). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Panorama: Brasil/Minas Gerais/Araxá*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/araxa/panorama>.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2017). *Censo da Educação Superior 2016*. Recuperado de http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206
- Kowalski, A. V. (2012). *Os (des)caminhos da política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos*. Porto Alegre: PUC – RS.
- Leontiev, A. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa, Portugal: Horizonte Universitário.
- Lima, R. A. G. S. (2013). *Araxá e a Mineração: Interconexões entre imaginário, memória e as construções discursivas na interação mediada simbolicamente para a formação da imagem* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (1986) *Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Marcondes, C. (2009, 01 de junho). *UNE, há 30 anos. Carta Capital*. Recuperado de <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-une-ha-30-anos>.
- Marinho-Araujo, C. M. (2009). Psicologia Escolar na Educação Superior: novos cenários de intervenção e pesquisa. In C. M. Marinho-Araujo (Org.), *Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, prática e formação* (pp. 155-202). Campinas, SP: Editora Alínea.
- Marinho-Araújo, C. M. (2009). *Psicologia escolar: Novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Marinho-Araújo, C. M. (2016). Inovações da Psicologia Escolar: o contexto de educação superior. *Estudos de Psicologia*, 1, 199-211.
- Martínez, A. M. (2005). *Psicologia escolar e compromisso social*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Martínez, A. M. (2009). Psicologia escolar e educacional: Compromisso com a educação brasileira. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12(2), 169-182.
- Martinez, A. M. (2010). O que pode fazer o psicólogo na escola? *Em Aberto*, 23(83), 39-56. Recuperado de <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2250/2217>
- Martins, C. B. (2009). A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & Sociedade*, 30 (106), 15-35.
- Medeiros Neta, O. M., Nascimento, J. M., & Rodrigues, A. G. F. (2012). Uma escola para aprendizes artífices e o ensino profissional primário gratuito. *HOLOS*, 2, 96-104. Recuperado em 03, setembro, 2017, de <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/919/534>

- Meira, M. E. (2000). Psicologia escolar: pensamento crítico e práticas profissionais. In Tanamachi, E. R., Proença, M., & Rocha, M. L. (Orgs.), *Psicologia e educação: desafios teórico-práticos* (pp. 35-72). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Meira, M. E. M. (2003). Construindo uma concepção crítica de Psicologia Escolar: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Sócio-Histórica. In Meira, M. E. M., & Antunes, M. A. M. (Orgs.), *Psicologia escolar: teorias críticas* (pp. 13-77). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Meira, M. E. M., & Facci, M. G. D. (Orgs.). (2007). *Psicologia histórico-cultural: Contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Menezes, E. T., & Santos, T. H. dos. (2001). Verbete Caixa Escolar. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil*. São Paulo: Midiamix. Recuperado de <http://www.educabrazil.com.br/caixa-escolar>.
- Menezes, E. T., & Santos, T. H. dos. (2001). Verbete Reforma Francisco Campos. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix. Recuperado de <http://www.educabrazil.com.br/reforma-francisco-campos>.
- Minayo, M. C. S. (2009). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Ministério da Educação. (1984). Portaria 003 de 09 de janeiro de 1984. *Aprova o Regimento Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais*. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal.
- Ministério da Educação. (2016). *Plano Nacional de Assistência Estudantil- PNAES*. Recuperado em 10, novembro, 2016, de <http://portal.mec.gov.br/pnaes/apresentacao>

- Moura, F. R. de (2015). *A atuação do psicólogo escolar no Ensino Superior: configurações, desafios e proposições sobre o fracasso escolar* (Dissertação de Mestrado). Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná.
- Moura, F. R. de, & Facci, M. G. D. (2013). O psicólogo e o fracasso escolar no Ensino Superior: o Projeto Reuni. *Anais do XI Conpe*, 2013. Recuperado de <https://abrapee.files.wordpress.com/2013/12/anais-xi-conpe-issn-1981-2566.pdf>
- Oliveira, C. L. de. (2013). *Subjetividades estudantis: uma análise do sofrimento emocional na educação profissional e tecnológica* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Oliveira, M. K., Souza, D. T. R., & Rego, T. C. (Orgs). (2006). *Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Editora Moderna.
- Oliveira, N. H. (2010). *Instituições Federais de Educação Tecnológica – estabelecimentos escolares de referências no Ensino Médio Brasileiro: o caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Patto, M. H. S. (1987). *Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- Patto, M. H. S. (1996). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- Prefeitura Municipal de Araxá. (2017). *Apresentação: Secretarias: Secretaria de Educação*. Recuperado de <http://www.araxa.mg.gov.br>.

- Resolução do Conselho Diretor CD 049/12. (2012). *Estabelece a estrutura organizacional do CEFET – MG*. Belo Horizonte, CEFET - MG.
- Resolução do Conselho Diretor CD 083/04. (2004). *Aprova a Política de assuntos estudantis do CEFET - MG*. Belo Horizonte, CEFET – MG.
- Romagnoli, R. C. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 166-173.
- Sampaio, S. M. (2010). A Psicologia na educação superior: ausências e percalços. *Em Aberto*, Brasília, 23(83), 95-105. Recuperado de <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2253/2220>.
- Santana, A. C., Pereira, A. B. M., & Rodrigues, L. G. (2014). Psicologia Escolar e educação superior: possibilidades de atuação profissional. *Psicologia Escolar e Educacional*. 18(2), 229-237.
- Santos, D. B. R. (2009). *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.
- Saviani, D. (2017). Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(3), 653-662. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pee/v21n3/2175-3539-pee-21-03-653.pdf> <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2017/0213000>
- Silva, S. M. C., Pedro, L. G., Sicari, A. A., Callegari, A. B., Barbosa, B. C. S., Montesino, N. R. (2013). O que pode fazer o psicólogo no Ensino Superior? *Anais do XI Conpe*, 2013. Recuperado de <https://abrapee.files.wordpress.com/2013/12/anais-xi-conpe-issn-1981-2566.pdf> pp.1018-1035.

- Soares, M. S. A. (Org). (2002). *A educação superior no Brasil: Histórico da educação superior no Brasil*. Porto Alegre: Unesco.
- Souza, M. P. R., Silva, S. M. C., & Yamamoto, K. (Orgs). (2014). *Atuação do psicólogo na Educação Básica: concepções, práticas e desafios*. Uberlândia: EDUFU.
- Souza, M. P. R., Silva, S. M. C., Facci, M. G. D., Viégas, L. S., Tondin, C. F., Tada, I. N. C., & Yamamoto, K. (2014). Da identificação da demanda a uma atuação institucional de psicólogos na educação. In Souza, M. P. R., Silva, S. M. C., & Yamamoto, K. (Orgs.), *Atuação do psicólogo na Educação Básica: concepções, práticas e desafios* (pp. 257-273). Uberlândia: EDUFU.
- União Nacional dos Estudantes (2017). *Memória: histórias da UNE*. Recuperado de <http://www.une.org.br/memoria>.
- Veloso, C. (1984). O quereres. Em *Velô*. Rio de Janeiro: Philips Records.
- Vilela, A. J. (Org.) (2007). *História da Psicologia- Rumos e Percursos*. Rio de Janeiro: Nau.
- Zavadski, K. C., & Facci, M. G. D. (2012). A atuação do psicólogo escolar no Ensino Superior e a formação de professores. *Psicologia USP*, 23(4), 683-705. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642012000400004>.

9 Apêndice A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada: **O psicólogo escolar na Assistência Estudantil: um estudo de caso no CEFET – MG Unidade Araxá**, sob a responsabilidade das pesquisadoras **Alessandra de Moraes Silva e Silvia Maria Cintra da Silva**. Nesta pesquisa nós estamos **buscando conhecer o trabalho do psicólogo no CEFET MG**. Para tal faremos entrevistas semi-estruturadas que serão gravadas em áudio, transcritas e desgravadas. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa. Os riscos consistem em ter a sua identidade revelada, mas garanta-se que isso não ocorrerá. No presente caso haverá um cuidado das pesquisadoras em buscar minimizar os riscos de identificação dos participantes da pesquisa. Destacamos que as identidades dos participantes desta investigação serão mantidas em completo sigilo, para tal, será criado um código para os participantes, de conhecimento apenas da equipe de pesquisa. Os benefícios serão ter a oportunidade de refletir sobre a própria prática e contribuir para o desenvolvimento das áreas de estudos da Psicologia Escolar e da Educação. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: **Alessandra de Moraes Silva e Silvia Maria Cintra da Silva, pelo telefone (34)3225-8506, ou no Instituto de Psicologia – IPUFU: Av. Pará, nº 1720, bloco 2C, sala 34, Campus Umuarama - Uberlândia – MG, CEP 38400-902**. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres-Humanos – Universidade Federal de Uberlândia: Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, Campus Santa Mônica – Uberlândia –MG, CEP: 38408-100; fone: 34-3239 4131

Uberlândia, dede 2017

Silvia Maria Cintra da Silva

Alessandra de Moraes Silva

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Participante da pesquisa

10 Apêndice B – Tabela dos entrevistados por cargo/função

ENTREVISTADOS	CARGO / FUNÇÃO
Entrevistado 1	Diretor do CEFET-MG Campus Araxá
Entrevistado 2	Professor de Química e Ex-coordenador da Cultura Geral
Entrevistado 3	Assistente Social
Entrevistado 4	Professora de Física e Ex-coordenadora de Cultura Geral
Entrevistado 5	Professora de Português e Ex-coordenadora da Cultura Geral
Entrevistado 6	Pedagogo
Entrevistado 7	Professor de Sistemas Digitais/ Eletrônica – Ex-coordenador de Cultura Geral
Entrevistado 8	Professor da Área Técnica Mecânica e Ex-Coordenador de Cultura Geral
Entrevistado 9	Psicóloga e Coordenadora do Programa de Bolsas e Acompanhamento Psicossocial
Entrevistado 10	Assistente Social Aposentada
Entrevistado 11	Estudantes e egressos
Entrevistado 12	Mãe

11 Apêndice C - Transcrição das respostas à pergunta 1

<p>Pergunta 01: O que você sabe a respeito da Assistência Estudantil no CEFET – MG Campus Araxá? Você participou da construção desta Assistência Estudantil de alguma forma? Como?</p>
<p>A Assistência Estudantil seleciona os alunos que receberão os diversos tipos de auxílio que o Cefet-MG oferece aos alunos de baixa renda, como bolsas de permanência, auxílio emergencial, bolsas de complementação educacional. Também faz o encaminhamento psicossocial dos alunos, caso necessário.</p> <p>No início das atividades em Araxá, a Assistente Social também fazia visitas aos alunos, para acompanhamento das reais necessidades dos alunos carentes.</p>
<p>O que sei é que a Assistência Estudantil no Cefet é um órgão composto por um conjunto de profissionais, psicóloga e assistente social, o qual procura, dentro de suas atribuições atender às demandas dos alunos que no Cefet ingressam, com extensão também à família do próprio aluno quando isso se faz necessário. Sei e já tive a oportunidade de presenciar trabalhos de acompanhamento psicológico, desenvolvimento e execução de projetos que buscam melhor qualidade de vida para os envolvidos no processo educacional, seleção e acompanhamento de bolsistas, dentre outros.</p>
<p>A Assistência Estudantil no Cefet-MG campus Araxá é uma política que visa prestar serviços <i>socioassistenciais</i> de ampla abrangência, tais como auxílio material, psicossocial, pedagógico, orientações e encaminhamentos que possam subsidiar o bom aproveitamento e a conclusão do curso pelo estudante.</p>
<p>Eu conheço alguma coisa da Assistência Estudantil em termos do apoio que a Psicóloga fornece e também a Assistente Social, as bolsas que são fornecidas, bom eu</p>

não sei bem os nomes... ajuda de manutenção, ajuda de custo, alguns auxílios em dinheiro que são fornecidos para alguns alunos mais carentes. É isto que eu sei mais... é isto que eu sei que parece que Assistente Social, ela visita os alunos que precisam e o apoio que é dado pela parte da psicóloga e pela A .S.

O que eu sei é que os alunos são encaminhados para o atendimento, eu sei que existe uma assistência de bolsas com os alunos, eu sei que existe um diálogo toda vez que um menino tem algum problema em sala de aula, em relação a comportamento, em relação a distorções de conceitos. Eu sei que nós professores procuramos e somos atendidos eu mesmo procuro e sou atendida, eu sei que tem outros professores que fazem uso do serviço mas não era para fazer porque este atendimento não é pra professor, mas a gente vem chorar as nossas pitangas aqui e nós somos atendidos. É sei que a parte da alimentação é cuidada aqui e eu sei que os meninos têm assistência com relação a isto, porque todo menino que procura ajuda tem recebido ajuda e não temos recebidos queixas em relação aos tipos de atendimentos que é feito. As queixas que tive são distorções, são percepções muito distorcidas do que é o trabalho feito aqui. Acho que é um trabalho que ele é válido, ele é positivo e é um trabalho que esta cumprindo realmente a sua função aqui.

Sei que a coordenação de Política Estudantil em Araxá é responsável pela seleção dos bolsistas de acordo com os programas de bolsa, fiscalização do restaurante garantindo a qualidade da alimentação, acompanhamento psicossocial e promoção de programas que visem a assistência estudantil.

Desde a implantação do Campus Araxá nós tivemos fases diferenciadas da Assistência Estudantil, inicialmente ela era um apoio à caixa escolar onde não havia de fato uma política do Cefet acredito eu em termos de Assistência Estudantil, uma caixa escolar que arrumava material, algum amparo físico, financeiro para determinados alunos que

eram detectados através de sondagens estas necessidades Com a extinção da caixa escolar, até por que as contas não eram muito transparentes não quer dizer que sejam erradas, mas não eram transparentes, os critérios e as normas não eram estabelecidas, com o fechamento do caixa escolar o Cefet teve um ganho nesse sentido ou seja a partir daí se teve sim uma Assistência ao Estudante de acordo com o questionário ou critério sócio econômico daquele aluno. Então nós percebemos que desde daquela época que era muito mais uma assistência financeira a chegarmos hoje num patamar de termos uma assistência estudantil efetivamente funcionando e efetivamente preparada para aquilo que o aluno necessita. Ou seja, tendo pesos e medidas acertados.

O que eu sei da assistência estudantil é que tem os atendimentos da assistente social, em termos de levantar as condições dos alunos, as condições financeiras. Pelo menos quando eu fiz parte da diretoria dessa escola, é assistente social viajava para visitar os domicílios dos estudantes, conversar com os pais, tá! Tem a área da Psicologia, onde a psicóloga atende, conversa com os alunos. É o ponto de apoio dos alunos. Onde os alunos vem trazer seus problemas que as vezes nem compartilham com seus pais e muito menos com seus professores/coordenadores, e problemas de foro íntimo, né. E nesse caso a profissional, ela orienta, dá conselho e muitas vezes essa é uma conversa privada que fica só de conhecimento entre o psicólogo ou psicóloga e o aluno. Com relação à parte de alimentação, parte dos restaurantes é feito um levantamento das condições dos alunos e é conseguido bolsas para alimentação dos alunos. São recursos do governo Federal disponibiliza para os alunos da rede federal e estes recursos acabam compondo a renda familiar. A assistência Estudantil no Cefet é importante porque estes profissionais acabam complementando a carência que estes alunos trazem das suas casas, das suas famílias.

Bem, o que eu sei da Assistência Estudantil do campus Araxá, desde que eu entrei no

Cefet no final da década de 90 é que existia uma Assistente Social, que atuava nesse campus e ela fazia todo o trabalho, inscrição e seleção para o programa de bolsas né, mas basicamente esta é a lembrança que eu tenho. Em 2007, se não me engano, foi à entrada da Psicóloga e aí eu fui, como sou psicóloga, fui designada para passar, né, as diretrizes do trabalho da psicologia na Assistência Estudantil e no caso você foi a primeira psicóloga do Campus Araxá na Assistência Estudantil. Então nesse sentido eu tenho uma participação de certa forma importante por ter te escolhido profissionalmente em termos de encaminhamento do trabalho da psicologia. Enfocando né que é um trabalho de Psicologia Educacional e não clínico, enfim! Assim que você entrou em seguida à gente recebeu uma nova Assistente Social. Melhor quando você entrou a Assistente Social aposentou e então entrou anova e aí vocês formaram uma dupla por um tempo e mais recentemente entrou na equipe uma pessoa também da nutrição. É uma equipe mínima, composta de Assistente Social, Psicólogo e nutricionista, mas uma equipe multiprofissional com o intuito de trabalhar os programas da Assistência Estudantil do ponto de vista da permanência material, simbólica e na formação integral dos estudantes.

Desde a inauguração Araxá já tinha uma equipe de pedagogo escolar, a fulana³⁰ né, da parte da educação e ela prestava serviço pela prefeitura. E então depois, quando o então diretor fulano³¹ fez o concurso ela fez o concurso para efetivar e não só ela pedagoga, mas orientadora Educacional e eu, Assistente Social e nós entramos juntas. Ai é que fez-se uma equipe entendeu. Então tinha uma equipe, mas cada um no seu setor, mas ou menos em 1994, formamos esta equipe educacional: supervisor educacional,

³⁰ Os nomes serão resguardados por uma questão de sigilo.

³¹ Os nomes serão resguardados por uma questão de sigilo.

orientadora educacional e eu, como assistente social. Depois que eu entrei é que nós fomos recebendo uma capacitação né, fomos chamados para estar conhecendo a SAE que congregava, eu não sabia pensei que fosse a SAE somente da equipe das assistentes sociais mas não dentro da SAE tem um setor grande que tinha uma orientadora educacional mas em BH tinha o NAE que é o setor específico da área educacional mas como a SAE foi crescendo solicitou também uma pedagoga para fazer parte da equipe de Assistente Social e solicitou também uma psicóloga. Eu achei interessante assim que a SAE coordenavam não só os programas sociais, assistenciais como também agregava técnicos como o psicólogo, o pedagogo que formava, formava porque tinha um encontro semanal para discutir técnicas de trabalho. Parece que eles trabalhavam com os alunos em equipe. Quando eu iniciei nós começamos a trabalhar com seleção socioeconômica para que os alunos ficassem isentos da taxa de matrícula. Então a caixa escolar tinha os alunos que eram agregados e ficavam recebendo gratuitamente o que necessitavam. Isenção desde a taxa matrícula e depois eram encaminhados para os programas do tipo Banco do Livro, café da manhã e refeição. Então não tinha nada e foi construindo aos poucos. Inicialmente eu fui chamada para começar esse programa para ingressar e facilitar o ingresso dos alunos necessitados nos programas de benefícios da Caixa Escolar. Sempre foi rígida esta questão de isentar ou não os alunos, mas quem mantinha a Caixa Escolar eram os outros alunos que pagavam. Nós tínhamos que fazer também não só a isenção, mas também ver se o aluno podia só 50% só de isenção, desconto. Porque a direção da escola ficava de olho porque vamos ter que começar muitos programas, comprar livros então tem alunos que às vezes podem estar contribuindo com a metade da taxa e a gente pode estar aplicando esta verba para criar um cafezinho da manhã e pensar na alimentação. Porque no começo não existia restaurante, mas inicialmente quando comecei a receber mais

alunos de outras cidades eu que normalmente encaminhava e ajudava a constituir uma república, encaminhava para pensionato, ia atrás das pessoas da comunidade e fazia encontros com estes alunos, estes pais quando chegava e fomos criando um vínculo com os alunos e os pais. O café da manhã foi criado para poucos alunos e na cantina a gente oferecia um pão com leite para alguns alunos. Estes totalmente isentos das taxa de matrícula e fomos recebendo cada vez mais alunos de fora e principalmente estes carentes né! Em dado momento e nas visitas técnicas que fazíamos em BH e que agente foi vendo qual era a função da SAE e seus objetivos. E que a gente foi lutar para criar o restaurante, porque a cobrança foi ficando grande para a parte administrativa da escola, como que estava sendo usado estas taxas dos alunos que pagavam integralmente ou quem paga uma parcela, como estavam sendo usados estes recursos. Aí eu procurei a Engenheira do CEFET e bolamos a construção do restaurante. Foi escolhido o local e elaboramos o projeto e foi feito o restaurante. Inicialmente ficou aquele elefante branco e o pessoal cobrando, agora construiu e como vamos colocar para funcionar. Eu tive a ideia de fazer um trabalho de associação de pais e eles tiveram ideias de fazer uns jantares, almoços para arrecadar fundos para botar para funcionar. Móveis já tinham, pensamos em terceirizar ou outras ideia, mas não deu certo, queríamos contratar as funcionárias. Não tinha apenas os utensílios e foi quando os pais quiseram entrar nesta causa para fazer funcionar. O que está registrado neste caderno, atas das reuniões, fotos e registros eu resolvi fazer estes registros. Foi assim que eles abraçaram a causa e fizeram algumas atividades e conseguiram comprar todos os utensílios. E agora era o papel da escola para contratar e já tinha algumas pessoas do Cefet que tinham habilidade e foram encaminhados para trabalharem no restaurante e outros contatados e foi até funcionar o restaurante. A prefeitura dava orientação da nutricionista. A caixa escolar e recursos que recebia de BH comprava tudo e tinha uma

equipe administrativa que ficou responsável. Os alunos mais necessitados não pagavam apenas aos outros alunos, almoço para todos os alunos. Cada vez mais o pessoal de BH foi lutador junto a direção do Cefet para a SAE conseguir direcionar os recursos federais para conseguir cumprir a missão de gratuidade da escola pública federal. A SAE sempre foi muito lutadora para conseguirmos seguir igual existe nas outras escolas federais. Lembro-me da Márcia Feres, a Savana e outras que não me lembro, aquelas meninas sempre muito batalhadoras, elas sofriam muito para levantar as bandeira...eles cobravam demais por que os recursos eram interessantes. Trabalho maravilhoso tudo muito conquistado com lutas, os pais, a SAE... tudo maravilhoso! Fico emocionada de lembrar. Cefet tem mais é que dar isenção porque é uma escola pública federal eles tem direito, não é. Quando saí tinha o restaurante, a seleção socioeconômica, acompanhamento aos alunos, tudo lindo... (chorou) Desculpe! Isto é assistência ao estudante... é sonho, é luta!

Eu tive dois momentos no Cefet, com meu filho mais velho e com o meu caçula são 13 anos de diferença e os dois estudaram lá. Os dois estão praticamente formados, um fez computação e o outro ainda faz Engenharia lá na UFU, os dois estudaram no Cefet. No meu primeiro filho não havia nada, nem restaurante mas tinha a Assistente Social que ajudava a gente e já no meu segundo filho existia uma Assistência Estudantil. Naquela época a cidade precisava de uma escola boa, o que acontecia tanto as particulares quanto as públicas com relação ao estudo que o Cefet oferecia e oferece eram muito aquém. Então todos os alunos que entravam com raras exceções, meu filho foi, eles tinham muita dificuldades nas matérias e o Cefet também tem uma outra característica impactante para a idade deles, porque assim nas outras escolas até o 9º ano hoje os alunos eram tratados como crianças ainda e aí entram no Cefet é como se estivessem entrando em uma faculdade, o professor não quer nem saber do aluno, eles se viram a

responsabilidades é deles. Isto sempre assustou muito os alunos e os pais ficavam tudo loucos. A Associação dos Pais tentavam falar isto para os professores, era o lugar para a gente ser ouvido. Eles tinham muita dificuldade com as matérias, e não tinha a quem recorrer. Lógico que a gente fazia mais coisas, o trabalho era muito social, mas fazíamos reuniões com os professores também junto com o grupo de representantes dos alunos. Lá não tinha restaurante, o meu filho ficava indo e vindo do Cefet quatro vezes porque tinha aula de manhã e a tarde.

Pergunta 01.2 Você participou da construção desta Assistência Estudantil de alguma forma? Como?

De certa forma sim. Colaborando com projetos para Bolsa de Complementação Escolar.

Não fiz parte da construção da Assistência Estudantil, e, conforme colocado anteriormente, tive apenas a oportunidade de assistir alguns dos importantes trabalhos desenvolvidos por este setor.

A política está em constante construção, não estando nunca terminada. Sendo assim, cada profissional envolvido na política de assistência estudantil, bem como cada estudante atendido por ela ou não, sua família e toda a comunidade escolar participa de sua construção ou reconstrução a partir de sua atuação, suas demandas, críticas, movimentos sociais, avaliações, etc. Como assistente social e parte da equipe interdisciplinar que executa os programas desenvolvidos pela política de assistência estudantil eu participo da construção ou reconstrução dessa política a partir da minha atuação profissional, executando e avaliando os programas desenvolvidos no campus Araxá, bem como registrando o trabalho executado e refletindo sobre suas potencialidades e fragilidades, o que subsidia uma crítica tanto sobre minha própria atuação como das atividades desenvolvidas de uma forma geral, o que desencadeia novas propostas de atuação, reformulação das metodologias, desenvolvimento de material escrito, etc.

Não, não diretamente, porque quando eu era coordenadora... agora como professora eu

só me utilizo do apoio, mas que era coordenadora já havia o núcleo de Assistência Estudantil, então eu não participei da construção não. No início só tínhamos a Assistente e nós queríamos muito uma Psicóloga porque a gente sempre percebeu a necessidade de ter um apoio maior. A AS é um apoio fundamental, mas ele é limitado. Então a gente percebia que muitas situações, muito problemas que a gente percebia com os alunos a gente precisaria ter um respaldo, uma opinião profissional, então a gente foi muito favorável a vinda e uma Psicóloga para cá. Foi muito bom.

Diretamente da construção não porque isto é mais institucional. Eu participo é das atividades, quando eu tenho uma atividade que pode ser integrada aqui, é claro que eu procuro porque eu sei que vou ter muito mais apoio e que os trabalhos vão ficar melhores. Por exemplo, todas as atividades relativas à assistência Social ou qualquer coisa social ou até particular do aluno eu procuro eu ajuda. Ou nos festivais, (Festival de Arte Cultura) eu coordenei oito festivais, o órgão trabalhou comigo. Meninos com problemas de roubo, meninos com problemas de comportamento, todos que eu tive eu pedi ajuda e fui atendido em relação a esse trabalho. Eu vejo que o trabalho é feito realmente.

Não participei da construção da Assistência Estudantil, quando entrei na instituição a mesma já estava constituída.

Não, na época eu não participei.

Acho que sim, no período em que estive na diretoria de ensino do Campus Araxá que foi de 2011 até 2013. Quando chegou a nova assistente social, né ela entrou mais ou menos esse período e foi neste período que assistência estudantil teve muito contato com diretoria, né, tanto a diretoria do campus como a diretoria de ensino. Porque muitos problemas e estes problemas foram levantados: problemas de horários, de restaurante e de alimentação... principalmente com o noturno. Assim como a concessão de bolsas né para alunos, a bolsa complementação em que as pessoas tinham que fazer projetos para esses alunos, acredito que a gente teve uma pequena participação, mas teve.

Não participei da construção da Assistência aos alunos não eu só participei da Associação.

12 Apêndice D - Transcrição das respostas à pergunta 2

<p>Pergunta 02: Fale sobre a atuação da psicóloga na equipe interdisciplinar que compõe a Assistência Estudantil no CEFET – MG Campus Araxá.</p>
<p>Ela é quem é a responsável pelas entrevistas e encaminhamento de alunos que necessitam de atendimento psicológico.</p>
<p>A atuação da psicóloga dentro da equipe, desde que tomei conhecimento da mesma, é algo que assume importante destaque no campo educacional. Eu, na minha condição de coordenador já há algum tempo atrás, sempre procurei auxílio com essa profissional no sentido de buscar ajuda especializada para resolver conflitos intra e interpessoais que vão desde problemas de relacionamentos entre alunos até conflitos de ordem existenciais. Posso garantir que sem dúvida alguma é (e foi) um suporte extremamente importante na minha gestão escolar, e vale ressaltar que na minha condição de coordenador/gestor, os serviços ligados à psicóloga foi o que eu mais utilizei e destaquei nos meus 3 anos de gestão. Enfim, trata-se (no caso do Cefet/Araxá) de uma profissional solícita, competente e comprometida com o que faz, e que quando assim o foi (e por certo ainda o é), tornou a minha tarefa (gestão) algo bem mais fácil e com resultados mais produtivos do ponto de vista de formação e orientações de ordens quaisquer dos nossos alunos e até mesmo de outros envolvidos no processo educacional.</p>
<p>A atuação de um profissional da área de psicologia na equipe interdisciplinar agrega valor ao trabalho desenvolvido, a partir de suas contribuições na crítica da realidade social vivenciada pelos usuários dos serviços bem como dos profissionais envolvidos, do mesmo modo que a realidade institucional. A intervenção do profissional da psicologia sobre questões pessoais e comunitárias que interferem no aproveitamento</p>

escolar e desenvolvimento das relações sociais no âmbito escolar, podem prevenir situações-problema capazes de trazer danos ao estudante, bem como sua família ou a comunidade escolar. A identificação de riscos e/ou vulnerabilidades sociais, o acompanhamento, e a busca por soluções concretas que busquem minimizar os diversos conflitos e vulnerabilidades que permeiam o ambiente escolar fazem do profissional de Psicologia um importante colaborador no desenvolvimento da política de assistência estudantil escolar.

É a psicóloga aqui na nossa unidade, ela não faz um atendimento clínico no sentido de uma terapia de longo prazo, mas ela é fundamental para orientar nós professores sobre alguns problemas que os alunos podem apresentar, e também ajudar os alunos em momentos de crise, em momentos de apagar o incêndio, orientar o próprio alunos como qual caminho atitude que ele pode tomar, e sendo encaminhado aí para um tratamento ou não. É fundamental que aja uma pessoa que compreenda e entenda e que esteja próxima dos alunos e facilite este intercâmbio este meio de campo entre o professor aluno porque nem sempre a gente sabe o que que esta acontecendo de fato. Então ela é muito bem vinda.

Eu acho que sem o trabalho da psicóloga, eu vou falar de psicólogo no geral. Sem o trabalho de um psicólogo em geral a escola deixa a desejar. Porque tem coisa que a gente precisa, em particular o atendimento que a gente tem por aqui eu acho que é de primeira qualidade, foi inspirado neste trabalho que tem aqui que eu usei particularmente este serviço. Eu usei porque eu confiei no trabalho que era feito com o aluno então quando eu precisei do trabalho para um atendimento pessoal eu procurei com a certeza de que eu estava fazendo a melhor coisa naquela hora. E realmente eu fui muito bem atendida, eu não tenho nenhuma queixa sequer a prestar, eu acho que é um trabalho relevante e acho que o trabalho em particular da psicóloga é um trabalho de

extrema relevância. É um trabalho com o qual eu coaduno e um trabalho que eu acredito. Acredito no trabalho que é feito aqui, eu não converso com as pessoas como elas são tratadas, mas acredito que o que você vê na cara das pessoas e a ausência de comentários negativos por parte dos alunos me leva a entender que a psicóloga tem atendido de forma bastante pertinente e adequada. Nunca investiguei qual é a linha nunca investiguei não, mas eu sei que os meninos são muito bem atendidos.

De acordo com que conheço a psicóloga faz um acompanhamento psicossocial através do atendimento aos alunos sendo o mesmo individualizado ou em grupo. Também organiza oficinas de acordo com as demandas da comunidade escolar.

Eu acho que não se pode falar em Assistência Estudantil se você não tiver uma tríade: a pedagógica, a médica; que eu classifico a equipe como tríade medica: a Assistente Social, a Psicóloga, o médico e o dentista e a tríade dos recursos, que seriam os recursos de livros, de laboratórios, de alimentação. Então hoje aqui em Araxá, nós temos esta tríade estruturada, nós temos os setores bem definidos, bem atuantes e o que a gente percebe é que não existe uma carência deste suporte. Então no CefetUned Araxá eu percebo com muita tranquilidade esta pirâmide funcionando nos seus três pilares sustentadores e funcionando de forma muito clara e efetiva.

Hoje na atuação do psicólogo, ela é muito importante porque dentro Cefet é uma referência, é uma referência para os alunos que tem às vezes adolescentes né, período da adolescência ainda e esse é um período um período que eles têm muitas dúvidas e tem alguns problemas. Então é importante que ele oriente esses alunos na escola. A escola tem essa função também, de trazer algo que muitos alunos não tem em casa. Então acho importante esta atuação do psicólogo no sentido de orientar e fazer com que seus alunos tenham um crescimento, um amadurecimento aqui dentro do Cefet de forma bem tranquila, que é o que a gente espera para todos os adolescentes e filhos

também.

Bem esta questão é um pouco difícil de responder por que a gente não está tão junto, no mesmo campus, mas de acordo com os relatos das atividades que você faz, nos nossos encontros ou até mesmo nas nossas conversas por e-mail, por telefone. Esta atuação se dá com os estudantes de uma forma individualizada e também de uma forma grupal em sala de aula, por ações e outras atividades pertinentes à formação dos estudantes. Com temáticas que são de processos mais complicados, com questões de formação acadêmica e também a questão de baixo rendimento ou relacionadas a isto, relações étnico-raciais, preconceito, homofobia, racismo enfim todas as questões que são pertinentes a juventude e todas as questões juvenis que os estudantes tem trazido para dentro do mundo acadêmico, é basicamente isto.

Nossa! Precisava muito, na SAE em BH já tinha a psicóloga e o trabalho integrado com a assistente Social era muito importante. É muito importante ter alguém que ouça os alunos com problemas emocionais. Tinha aluno que eu tinha que conversar até antes das provas. Era sofrida esta parte do acompanhamento dos alunos para serem bem sucedidos, escola que exige muito e professores muito competentes. Alunos que vinham de escola pública tinham dificuldade de estar sendo bem sucedidos na escola. Quando eram bem sucedidos tiravam de letra também. Mas eram sofridos demais estes acompanhamentos. Era conflito entre os pais e os professores, o e alunos sofrendo, o psicólogo iria ajudar muito.

Quando o aluno precisa é só procurar, é o que eu sei! Eu sei é que sempre fez muita falta.

13 Apêndice E -Transcrição das respostas à pergunta 3

<p>Pergunta 03: Na sua opinião, quais seriam as necessidades do Cefet – MG Campus Araxá que poderiam ser atendidas pela Psicóloga Escolar?</p>
<p>Acredito que as campanhas de orientação sexual, campanhas antidrogas, além de orientações quanto a temas como diversidades comportamentais, também deveriam ser parte das atividades da Psicóloga Escolar.</p>
<p>Neste sentido, acredito que a psicóloga escolar tem um papel fundamental na identificação dos problemas de ordem psicossociais, seguido da pronta intervenção no sentido de buscar atender às necessidades emergentes no processo de identificação. Dentro do complexo universo de relações intrapessoais e interpessoais, surgem problemas de toda sorte que poderíamos trazer em relevo e que são específicos à intervenção da profissional/psicóloga, como por exemplo, questões de gênero (sexualidade), orientação para o campo do trabalho, diversidade, saúde física e mental, etc., só para citar alguns dentre as múltiplas e multifacetadas questões que sempre estão a se apresentar no processo educacional.</p>
<p>A profissional poderia discutir e formular - juntamente com a equipe - propostas que atendessem a demanda por intervenções comunitárias em relação a orientações para estudantes no que se refere a questões tais como: responsabilidade pessoal, compromisso com os estudos, ética e sentimento de pertencimento. Também existe ademandas por intervenções junto às famílias dos estudantes, que acabam trazendo conflitos do âmbito familiar para a escola e precisam ser atendidos em conjunto com seus familiares.</p>
<p>Cada vez mais eu acho que o psicólogo tem ficado fundamental na escola, a gente tem observado uma necessidade muito grande de uma pessoa que consiga conversar,</p>

orientar é apoiar tanto os professores quanto os alunos, em questões não diretamente relacionadas à pedagogia que é a nossa área, mas a gente tem visto muitos alunos com diversos problemas de maturidade, problemas com o álcool, problemas de gênero, problemas de depressão, enfim problemas variados psicológicos que a gente não sabe lidar no dia a dia na sala de aula. E como nós temos muitos alunos, nós temos salas com quarenta, para o professor fica muito complicado dar um atendimento individual e deixar os outros de lado. Então o psicólogo no Cefet ele tem uma importância muito grande pra fazer esta interface com a gente pra agente poder compreender como a gente pode ajudar. Porque muitas vezes a gente tem uns alunos que tem problemas psicológicos, algumas inseguranças, talvez algo até leve, mas se a gente não sabe lidar com isto a coisa pode piorar e às vezes por uma coisa relativamente simples os alunos perde o ano ou se afasta ou sai da escola. Eu acho fundamental a gente ter uma pessoa que seja da área que compreenda o que se passa na cabeça destes meninos e que possa então nos ajudar... para a gente ajudar.

Olha, eu não sei mais o que desejar porque quando na minha coordenação toda ajuda que eu pedi eu tive. Eu tive ajuda para menino com problema, ajuda para roubo, ajuda para *bullying*, eu tive ajuda para meninos com desajustes familiares, ajuda para caso de meninos com baixo rendimento, atendimento para o pai de aluno agressor, vários casos de alunos agredidos, aqui na escola pelos pais e a gente teve que chamar os pais, pais foram atendidos e a coisa minimizou muito e acho que até professor quando vem pedir ajuda sai daqui muito satisfeito. Eu não tenho mais o que pedir não eu acho que talvez um espaço maior para este profissional agir em sala de aula junto com a gente eu acho que este espaço é que ainda é restrito, quando a gente pode a gente abre mas acho que esta abertura não é satisfatória. Por causa do profissional não, acho que é uma resistência do próprio professor que leve a detectar que aquele problema pode ter uma

intervenção do ponto de vista profissional e ele acaba agindo ali com uma advertência uma punição. Às vezes tira o ponto, chama o pai e não toma uma atitude. São atitudes que eu acho que como o profissional entra em ação ele tem estrutura ele tem diálogo, ele tem conhecimento pra lidar com aquilo e facilitar às vezes costuma ser problema de turma e as vezes o professor costuma resolver sozinho. O sucesso não é tão bom como quando tem uma interferência profissional Eu acredito que a interferência profissional é a primeira instância que deveria ser procurada neste caso.

A primeira coisa que eu percebo e aí não é só na área da Assistência Estudantil especificamente e sim no Cefet Araxá com um todo é número de profissionais disponíveis para a quantidade de estudantes que nós temos. Hoje nós estamos em torno de mil alunos e é uma Psicóloga, uma Assistente Social que geram toda esta parte. Não que vocês não queiram, mas é humanamente impossível atender. Então hoje devido ao crescimento do Cefet eu vejo uma carência de material humano por falta de atendimento dos alunos que precisam por não ter agenda. Então esta é uma carência muito grande no nosso campus, acho que Belo Horizonte não atentou para importância fundamental que tem este setor e acham que não tem necessidade de um crescimento, do jeito que esta não tem como atender. Atendia quando nós tínhamos 500 alunos, hoje nós temos 1500, nós temos dois cursos de Engenharia. Esta faltando gente para trabalhar.

Eu acho que tá bem atendido atualmente. O que eu acho, também tem que ver planejamento de horários, falo pelo atendimento noturno. Não sei como que os seus horários do psicólogo são para o atendimento noturno. Porque a gente tem muitos problemas do curso, a dificuldade dos alunos de entender que aquele tempo que eles estão disponibilizando para estudar à noite, é um tempo muito importante. Eu acho que o trabalho da Psicologia com a coordenação pedagógica e seria fundamental para que

essa orientação também chegasse aos alunos do noturno, de forma que a gente diminuísse a evasão, um pouco da desistência dos cursos noturnos. A gente sabe que são alunos que estudam a noite e durante o dia trabalhavam, é cansativo. Eles precisam de orientação de estudos, de orientação de vida.

Bem, creio que a maior necessidade a ser atendida pela psicologia Educacional no campus Araxá pela Assistência Estudantil é o fomento do espaço de interlocução com os estudantes, espaço que estes estudantes possam ocupar de diálogo para serem ouvidos em suas demandas das mais variadas formas e das mais variadas naturezas, né, como eu disse anteriormente, questões pertinentes a sua formação, pertinentes a quaisquer problemas que eles estejam sofrendo na Instituição. Eu entendo que basicamente a escuta do psicólogo Educacional é em que medida a instituição provoca o sofrimento do estudante, sobretudo culpabilizando o estudante pelo seu fracasso acadêmico, escolar e a necessidade aí dessa escuta digamos mais afiada para que a intervenção do psicólogo seja no sentido de minimizar ou até mesmo fazer a reflexão desta instituição de como ela provoca este sofrimento. Falar disto de outro modo. A psicologia Educacional no Cefet deve problematizar o sofrimento que a instituição provoca no estudante porque normalmente a gente escuta o contrário. O estudante não dá conta porque ele é fraco, porque ele tem problemas familiares, tem problemas físicos enfim ele é o problema. Embora que a gente saiba que essa questão do fracasso é muito fatorial. O mais importante aí é o psicólogo detectar e devolver para a instituição em que medida, porque e como, essa instituição provoca o sofrimento no estudante, fazendo com que ele fracasse na escola.

Como disse apoiar os alunos porque a escola faz muita pressão e cobra muitos deles, coitados. Eles vêm de escolas públicas diferentes e lá era muito diferente e o Cefet é difícil mesmo. Era incrível a necessidade deste trabalho para poder amenizar um pouco

essa ansiedade. O nome da instituição fazia os alunos carregar aquele peso e eles sofriam muito.

14 Apêndice F - Transcrição das respostas à pergunta 4

<p>Pergunta 04: Como você diferencia a atuação do Psicólogo Escolar do Psicólogo Clínico, levando em consideração que a grande maioria das pessoas ainda não reconhece as diversas atuações deste profissional?</p>
<p>Do meu ponto de vista, o Psicólogo Escolar faz atendimentos pontuais, se aproximando mais de uma orientação, enquanto o Psicólogo Clínico faz um acompanhamento a longo prazo.</p>
<p>Não sou profundo conhecedor do campo de atuação desses (dois) profissionais, porém creio que o desafio do psicólogo escolar está — sem querer fazer qualquer julgamento de valor para além do psicólogo clínico. A diversidade e complexidade existente dentro de uma sala de aula (com 40 alunos em média) juntamente com o psicólogo escolar, acredito ser algo bem maior do que o psicólogo clínico juntamente com o “seu paciente”. Não que o problema de um único paciente não possa ser maior do que aquele de “40 pacientes/alunos”, mas sim no sentido de que o psicólogo escolar em vários momentos (mas não só nestes) tem que administrar e equacionar conflitos que extrapolam o quantitativo “um paciente”, dado que, na maioria das vezes, no âmbito escolar os problemas não surgem e podem “resolvidos” na calma de um consultório clínico, mas sim surgem e devem ser “solucionados” ou mesmo melhor encaminhados, no calor do conflito e grande divergência de posicionamentos. Esta é para mim, sem dúvida alguma, uma tarefa que demanda muito da capacidade desse profissional de promover consenso, assim como de buscar fazer se respeitar o dissenso.</p>
<p>Realmente, a atuação profissional de diversos profissionais é por vezes estereotipada, generalizada e até confundida por diversas pessoas, inclusive pessoas do próprio ambiente de trabalho. Nesse sentido, é importante que cada profissional se faça</p>

conhecer, bem como faça conhecer seu trabalho a fim de que sua atuação seja reconhecida. No meu entendimento, o psicólogo educacional atua de forma menos pessoal que o psicólogo clínico. O psicólogo educacional atua sobre uma perspectiva mais social, visando identificar e intervir nos problemas sociais vivenciados no ambiente escolar, assim como discutir a subjetividade e singularidade dessas questões, problematizando os “problemas pessoais” e sua relação com os diversos aspectos sociais que o atravessam. Já o psicólogo clínico é mais focado na pessoa a quem trata. As problematizações e busca de soluções são mais a nível pessoal da pessoa tratada a fim de ela possa encontrar meios de resolver suas próprias questões a partir de seu próprio desenvolvimento pessoal.

Eu entendo que o psicólogo clínico é aquele que faz uma terapia de longo prazo, que faz um atendimento quando o aluno ou o paciente tem o diagnóstico com algum problema ou uma necessidade o psicólogo clínico vai atender. O psicólogo estudiantil na minha opinião e o que eu entendo é que ele vai orientar o que se pode ser feito. Ele não vai fazer o atendimento, mas ele vai fazer encaminhamento, vai conversar com o professor, vai conversar com os pais, com o próprio aluno e fazer uma orientação o que que pode ser feito e o encaminhamento, até para dar um norte, porque a gente não sabe.

Eu vejo que o atendimento escolar é pontual, ele é pra detectar um desajuste um problema menor ou até algo mais grave, mas o profissional da escola não é o profissional pra dar ou clinicar em relação àquele caso é para detectar o problema e fazer daquele caso a melhor indicação de um tratamento futuro, este profissional pode até acompanhar junto com o profissional que foi indicado eu não vejo que o profissional da escola ele deve interferir no problema clínico ele tem que saber o ponto do atendimento dele e a partir dali ele passar para um clínico verdadeiro, não que ele seja falso, um clínico mesmo para evitar problema da proximidade do aluno com o

profissional, porque o profissional da escola conhece mais o aluno que é necessário conhecer para clinicar. E aí o aluno pode criar um problema de aceitação tanto do profissional tanto às vezes da própria escola, porque ele pode achar que aquele profissional fala do problema dele para o professor, fala para o diretor. Acho eu o atendimento que é feito aqui ele é correto pelo que eu vi, aqui não se clinica, pode-se ouvir as pessoa muitas vezes, mas não com o interesse clinico. Sim para uma indicação para uma clinica fora da escola pra aquela pessoa ter o acompanhamento. Acho que a diferença eu vejo deste jeito, não sei se é o correto.

Acredito que o psicólogo escolar tenha um foco preventivo com ênfase nas relações dentro da escola e como estas influenciam a aprendizagem na sala de aula. Já o psicólogo clínico, eu acredito ter um foco mais de diagnosticar os problemas que impedem a aprendizagem deixando de lado as relações estabelecidas neste processo.

O psicólogo clínico é clínico, são distúrbios aí já estudados e revelados pela literatura, pela teoria da Psicologia e enfim o papel do Psicólogo na escola é primeiro a detecção de como está sendo influenciado a nota ou o desenvolvimento do aluno na escola em termos de algum problema. Então clinico é tratamento de patologia, acho que aqui a que o principal papel do psicólogo é a detecção de onde está acontecendo a falha de aprendizagem desse aluno, qual o motivo que está acontecendo e a partir deste motivo o profissional juntamente com a Assistente Social darem um prognóstico para que seja feita um acompanhamento de tratamento. Aqui na escola a gente não trata, a gente diagnostica o rendimento do aluno em função de problemas, seja financeiro, seja psicológico então assim o psicólogo acaba sendo um pouco mais abrangente neste sentido. Não estão somente com a psicologia, é o aluno que não tem dinheiro, que está passando por necessidades, aluno doente e não tem remédios. Então a percepção passa um pouco além da somente a psicológica. Vem da financeira, vem da psicológica, vem

da estrutural enfim eu acho amplo e não pontual.

E o que eu vejo do psicólogo escolar e o psicólogo clínico, o psicólogo escolar em virtude da grande quantidade de alunos, eles são atendidos, né, é um profissional, que está na instituição para fazer levantar os tipos de problema e na dar algumas orientações e conselhos, indicar tratamentos externos na escola. O escolar não tem condição de fazer, o tratamento para o Clínico, né? Na verdade ele vai fazer o tratamento para levantar o problema tá e vai encaminhar. Propor tratamento para família, para o aluno para quem precisar.

A principal diferença é justamente devido ao alcance que o psicólogo tem dentro da escola, de resolver as questões do estudante. Bem o que eu quero dizer, o psicólogo clínico faz o tratamento, do meu entendimento ele trata das questões psíquicas. Dentro da escola, o psicólogo não tem como fazer este trabalho, uma vez que ele é da instituição e não tem como fazer um vínculo com esse estudante como existe um vínculo que ele faz com um profissional fora da instituição, né? Então neste sentido o olhar que tem que haver e principalmente a escuta do psicólogo Educacional é uma escuta diferenciada, no sentido de que ali ele é... ele tem uma escuta também clínica ou seja a técnica clínica pode ser empregada, no entanto, como ele vai acolher esse estudante e como que ele vai fazer intervenções na Instituição não passa pelo tratamento. Quando ele percebe que o estudante necessita de algum processo terapêutico ele deve encaminhar fora da instituição. Ali ele vai ele vai ser uma referência dos estudantes, uma referência de acolhimento, uma referência de confiança, mas ao mesmo tempo e principalmente é preciso que ele ouça o que esse grupo estudantil está dizendo ou os grupos estudantis estão dizendo, né?! As diferentes formas de formarem grupos, os grupos dos gays, das lésbicas, das meninas, dos meninos e cursos diferentes, diferentes maneiras e ainda o Psicólogo tem que ouvir,

perceber as demandas, saber das questões, sobretudo institucionais que estão perpassando ali. Na verdade, o psicólogo Educacional tem que ter uma compreensão profunda da dinâmica institucional no qual ele está inserido. Ele precisa saber as regras, as normas, as entrelinhas, participar das instâncias deliberativas de conselho enfim ele tem que vivenciar a instituição e conhecer as disputas institucionais, as tensões institucionais, entre docentes, de direção entre direção e docentes e entre o corpo técnico-administrativo, as tensões entre estudantes, docentes, diretoria de ensino e todas estas articulações, essas possibilidades de relações... o psicólogo além de estar inserido nessas relações, é preciso que ele tenha um olhar cuidadoso, crítico e que ele opere suas práticas em prol do bem-estar do estudante, da permanência material e simbólica dele na instituição com vistas a que seus estudantes passem pelo processo formativo e que tenham sucesso, ou seja que eles passem por uma formação completa. É um trabalho árduo, é um trabalho tenso, delicado e é um trabalho que exige sobretudo a interdisciplinariedade e até mesmo a transdisciplinariedade. Por que o processo educativo, relações de ensino-aprendizagem são altamente complexos então as soluções para as questões exigem também multivariados posições, com cabeças pensantes, mais cabeça e diferentes cabeças. Sobretudo, incluir os estudantes nas proposições, até mesmo nas questões que envolvam soluções de problemas né, não tem como o psicólogo ou todo o corpo técnico da instituição definir a vida dos estudantes. Impossível achar as soluções para os problemas dos estudantes sem a participação dos estudantes. O psicólogo é um profissional fundamental nessa articulação, de como que o estudante seja realmente um sujeito na instituição, não simplesmente aquele que recebe as informações, recebe as regras, somente cumprir as regras enfim, um sujeito ativo, pensante e que muitas vezes têm uma visão crítica da própria instituição e até mesmo do contexto social que a gente tá interior né, isso é muitas vezes negligenciado,

é secundarizado e o psicólogo Educacional junto com sua equipe, equipe interdisciplinar, tem que fazer esse movimento de justamente oferecer o espaço fundamental do Estudante na composição desta instituição. O que eu estou querendo dizer, o estudante faz a instituição, não só o docente, não só o técnico administrativo, efetivamente a escola é para o estudante. O que a gente vê na prática é que a escola é para o estudante, mas ele é silenciado, ele é secundarizado. Esta visão é para colocar esse estudante mesmo, como um ator principal nessa dinâmica institucional da escola. Sobre esta questão mesmo, que a maioria das pessoas não reconhece essa diferenciação do psicólogo, isso depende em parte, da atuação do psicólogo Educacional na escola. Precisa justamente definir o lugar dele ali dentro de acordo com a própria dinâmica daquela instituição e se referenciar com aquele profissional que vai fazer a interlocução com os estudantes e não chegar como as pessoas imaginam, que vai ter uma salinha com divã, um lugar onde as pessoas vão entrar e contar a vida delas. E aí fazer um tratamento. Enfim é o próprio profissional também que tem que quebrar com esta percepção de que toda a psicologia se resume a psicologia clínica. Embora como eu disse, no início a técnica da escuta clínica, a gente tem a todo momento, só que o método de trabalho não é o clínico são outras formas de intervenção mesmo e de atuação desse profissional na instituição escolar. Então enfim é através das suas próprias práticas que o psicólogo vai mostrando outro jeito de fazer psicologia na escola e um jeito que vai à verdade ser essencial para que propicia minimamente um bem-estar dos estudantes naquela instituição. Entendo que é basicamente essa diferença né?!

No Cefet Araxá não tinha psicólogo e eu encaminhava os alunos para profissionais na cidade, como se fossem terceirizados. Eu inventava tanta coisa para ajudar, mas o psicólogo na escola ali pertinho fazia muita falta.

15 Apêndice G -Transcrição das respostas à pergunta 5

Pergunta 05: Gostaria de acrescentar algo?
<p>Pensando no caráter de orientação, o Psicólogo Escolar tem grande importância nas campanhas de orientação dos alunos, visto que estes estão cada vez mais expostos aos fatores de risco que levam a problemas sociais e de saúde, podendo contribuir em muito com o bem estar de cada aluno e, por conseguinte, da comunidade escolar.</p>
<p>Gostaria de destacar mais uma vez que acredito ser de fundamental importância a presença na escola de um psicólogo escolar, pois creio eu que tal profissional juntamente com todos os outros profissionais é essencial para assegurar uma formação mais completa e humana. Já fui diretor de curso de graduação em outra instituição que não tinha o apoio deste profissional, porém no Cefet, ao ter ao meu lado a psicóloga escolar a qualidade de minhas decisões em várias situações teve enorme ganho. Trata-se, na minha humilde opinião, de um profissional extremamente importante e essencial no âmbito escolar.</p>
Não
<p>O que eu acho importante é uma coisa que me preocupa, eu sou professora há 25 anos aqui no Cefet e não sei se a gente não via os problemas, se eram mais camuflados ou se os problemas estão aumentando. Mas eu tenho notado na moçada atual muita mais dificuldade psicológica do que anos atrás. Eu não sei responder se sempre houve ou se agente passava batido porque não tinha uma psicóloga para orientar, que pode ser. Ou se eles estão de fato precisando mais. Eu tenho este medo porque agora a gente tem visto, sentido, eu sinto na sala de aula muito alunos com necessidade de amparo, de conversar, e alunos que tem dificuldade de entrosamento, relacionamento, de tristeza, de depressão, problemas com drogas, problemas com identificação de gênero,</p>

problemas familiares. Então sinceramente não sei se havia tanto quanto agora, a impressão que me dá é que tem aumentado. Você pode me responder... eu posso te perguntar?

Gostaria de parabenizar o trabalho sinceramente, eu gostaria de parabenizar nós já resolvemos muitos problemas aqui com a ajuda do serviço aqui, eu mesmo lanço mão toda vez que eu preciso. Eu estou com 8 anos nesta instituição desde quando eu entrei que eu uso o serviço, os alunos, quando era só professora, quando chefe de departamento para mim sem este trabalho a minha situação aqui teria sido pior com relação ao dia a dia com os meninos, pra resolver problemas, casos graves que que a gente já resolveu aqui. Eu não tenho nada a acrescentar no ponto de vista da atividade eu tenho para acrescentar no ponto de vista da satisfação. Eu não participo mais porque não dou conta.

O meu comentário seria a pena da gente não conseguir ampliar este setor. Porque é fato que nós temos alunos de todas as classes sociais, temos alunos com problemas financeiros, de classe baixa e a gente precisa trazer uniforme, remédio, comida e apoio para estes alunos terem um lugar para ficar. Assim como alunos de classes mais altas com outros problemas sociais como briga em família, droga, alcoolismo, enfim então nós temos gamas de problemas diferenciados. A crítica que eu faço é que uma psicóloga e uma assistente Social não dá conta do recado, o nosso universo é muito grande. Acaba sobrecarregando e se sobrecarrega alguém não é atendido. Agora o trabalho está sendo feito de forma brilhante o problema é a quantidade de mão de obra que está muito reduzida e já tem muito tempo.

Nós estamos bem atendidos na escola federal, eu não tenho conhecimento da atuação desses profissionais nas escolas municipais e estaduais, mais nas escolas Federais nós estamos muito bem atendidos. Relacionado a praticamente para todas as modalidades,

com o médico, dentista, psicólogo e outros. O que eu acho é que os alunos têm que aproveitar mais e buscar mais os profissionais.

Acho que não tenho mais nada para acrescentar, não. Enfim, vale ressaltar na verdade um ponto que já citei é que este trabalho do psicólogo, ele necessariamente, ele não vai ocorrer no modo solitário a instituição de ensino requer um trabalho sempre de grupo, interdisciplinar e, sobretudo fazer um trabalho junto com os estudantes e não fazer para eles e sim junto com eles. Eles são a peça fundamental para nos auxiliar inclusive na solução de conflitos e de problemas, para o bem estar institucional.

Fico muito feliz de ter participado de tudo isto!

16 Apêndice H - Transcrição das respostas dos estudantes

1 – O que você sabe a respeito da Assistência Estudantil no Cefet – MG Campus Araxá?
Então, a assistência estudantil do Cefet Araxá, está mais relacionada a bolsas e ao auxílio às pessoas. Então, eu sei que tem a bolsa alimentação que a pessoa não paga, né, para alimentar [sic]. Tem o trabalho psicólogo, no caso você que está sempre auxiliando os alunos e tal. Eu já escutei vários casos de pessoas vieram conversar com você e falaram bem! Não só por que estou aqui, (rsrsrsrsrs)... é verdade, e eu sei também que tem a bolsa emergência, que eu acho que talvez seja a que eu mais crítico. Teve um amigo meu que já precisou e demorou dois meses para sair... então, então, tem uma emergência e aí? Então, assim, acho que não só da bolsa emergencial, mas da bolsa no geral... Eu nem tento porque são poucas as bolsas, tem gente que precisa e não procura nem as bolsas e nem o psicólogo (Estudante).
Eu gosto muito, procurei no técnico e fui atendida e me ajudou muito. Agora na Engenharia falta tempo, falta divulgação, talvez a pessoa fica [sic] constrangida de vir. Mas eu acho que é tranquilo. (Estudante)
Eu acho que a psicóloga e as bolsas é [sic] uma forma de manter a gente aqui no Cefet, igual já foi dito, eu também recebi a bolsa nos três anos do técnico e agora na Engenharia é uma forma de se manter aqui no Cefet e acho que o apoio do psicólogo quando temos problemas é fundamental, muitos estão longe dos pais, professores muito carrascos, cobram muito às vezes sem precisar e fazem tortura, viu?! Precisa divulgar mais. (Estudante)
Eu sei que hoje existe, mas na minha época não era bem este nome, tínhamos a Assistente Social que dava um auxílio. Porque naquela época tudo era paga, a

matrícula era paga, declaração, qualquer documento e se o aluno não tivesse condições de pagar, por exemplo, a matrícula, ele fazia entrevista com ela e ela disponibilizava os estes valores aqui do Cefet, então era este tipo de auxílio que existia. Não tinha restaurante também, eu tava na época que o restaurante foi construído, acho que em 2000 ou 2001, mas não funcionava, não tinha alimentação, só tinha o prédio. Lá tinha só a parte física, a infraestrutura, não tinha móveis, geladeira então não tinha como funcionar. Na hora do almoço ou a gente voltava em casa e era muito corrido e chegava atrasado às aulas a tarde ou comia qualquer coisa, hoje em dia tem lanchonetes próximas, mas na época não tinha nada. Alguns alunos traziam coisas para vender, que as mães faziam. Lembrando que o Cefet é praticamente fora da cidade. Também tinha a caixa escolar naquela época não tinha livro para todos os alunos e estes alunos que a Assistente Social assistia conseguia pegar os livros pelo Caixa Escolar. Tinha uma associação de pais que resolvia os problemas de alunos com o professor ou alguma questão quanto ao acesso no Cefet... tudo eu acho!

2 – Fale sobre a atuação da psicóloga na equipe interdisciplinar que compõe a Assistência Estudantil no CEFET – MG Campus Araxá.

Ah, eu acho a atuação do psicólogo até boa, mas falta à instituição dar mais força, porque principalmente no CEFET, acho que faltou um pouco. Primeiro, as pessoas vêm com muito preconceito, esta história de precisar de psicólogo, e as pessoas que estão na chefia acham que é um problema besta, né? Principalmente os professores, falam que é besteira, falta de vasilha para lavar, falta de livro para estudar. Não existe problemas emocionais. Não só com os alunos, mas com os professores, os psicólogos não têm força de poder intervir... O professor só vem aqui se ele quiser, não tem como o aluno falar para ele: Você precisa de um acompanhamento, você não tá bem! Com alunos

acho que até bom, porque o aluno tem mais liberdade de vir, vem e conversa e tal. Mas com o professor, falta à instituição dar uma força para o psicólogo. No caso do CEFET precisa muito, tem muitos casos de abuso de autoridade e os alunos só tem o psicólogo para pensar junto. Quem vai nos ajudar a lutar contra isto? (Estudante).

Utilizo dos serviços da Psicóloga e tem me ajudado muito. Vou citar a minha reprovação, eu sou repetente do segundo ano e se não fosse o trabalho da Psicóloga para que eu pudesse me reconstruir depois de um ano muito ruim que tive no meu primeiro segundo ano eu não teria conseguido, agora eu estou aprovado e o departamento de AE tem total participação neste processo de evolução minha. Que são números, se você comparar as minhas notas do ano passado existem disciplinas que eu fiquei com o dobro de pontos este ano... e o ano nem acabou. Realmente gera benefícios para os alunos, isto pode ser facilmente comprovado. (Estudante)

Quando entrei no técnico era mais divulgada a Assistência Estudantil, levavam papéis para a gente preencher e eu tive mais aproximação porque eu fui bolsista no técnico inteiro e agora na Engenharia eu também estou recebendo a bolsa. Agora esta parte da psicóloga no técnico também é mais divulgada, a gente pode procurar, marcar o horários e os professores apoiam mais. Na Engenharia eu senti falta disto, não divulgam, não apoiam, eu sabia porque eu vivi na época do técnico. Às vezes a gente tá sentindo~[sic] mal aqui, ansioso ou com algum problema a gente fica pensando quem poderia ajudar, pensar junto ou até entender, sabe? (Estudante)

E então as bolsas ajudam muito e a Psicóloga nos ajuda a crescer sabe, encarar a vida lá fora....não é fácil não, sabe! É isto!

Eu acho que a AE é importante, mas os departamentos superiores não o veem com esta importância toda. Nós alunos vemos, mas a instituição em si, os chefes precisam ver para dar mais autonomia, mais amplitude maior para o departamento. Os alunos

chegam e eles ficam preocupados com números, a evasão está grande, mas eles não veem, porque o número está grande... Eles não procuram apoiar o departamento que apoia os alunos. Isto quando não querem até barrar, nós temos um psicólogo para mais de 1000 alunos, poucas bolsas, como isto! Eu como membro gremista já participei de lutas pelos nossos direitos, mas é muito difícil, mesmo! (Estudante)

É de grande ajuda porque ajuda os alunos, quando você está com problemas fora, problemas com notas e precisa de auxílio. Saber de uma pessoa está na instituição mais tempo como é o processo aqui, por exemplo, ter uma base para os calouros que vêm dos 9º ano de outra escola e muita coisa muda de uma escola fundamental para o Ensino Médio e chega aqui vai apoiá-lo. Parece que a gente já está na faculdade, você é responsável por tudo... Se você quiser matar aula você mata vai da sua consciência fazer isto ou não. A Psicóloga auxilia muito os calouros e poderia fazer mais. (Estudante)

Estou no Cefet por três anos e usufruí do trabalho da Assistente Social poucas vezes e da Psicóloga um pouco mais. Tenho certeza que é um trabalho de grande ajuda porque para quem realmente precisa dos serviços é um apoio muito grande e um incentivo para a pessoa continuar nesta caminhada que não é fácil. Cefet exige muito do aluno. (Estudante)

Aqui tem muito desespero por não dar conta das matérias, pressão demais e não tem apoio dos professores e precisamos da AE. Tem muita desistência dos cursos... precisamos muito do apoio do Psicólogo, temos que aprender a lidar com isto e até alguém para brigar pelo gente, poxa! (Estudante)

Sempre teve a necessidade do Psicólogo, teve casos até de tentativa de suicídio, por causa de estudo mesmo, da escola. A adolescência já é complicado e ainda o Cefet é muito apertado. O lema era ou você estuda ou você estuda, então a gente fazia uns

grupinhos para nos ajudar e dar apoio um ao outro, não tinha este acompanhamento, tínhamos que nos virar. Conflitos tinham, porque o Cefet sempre exigiu muito do aluno, mas quem entrava na escola já sabia que ia ser desta forma. Mas eu acho que a gente era mais feliz, nós temos saudades daquela época. As amizades que fizemos aqui são amigos até hoje e aos professores também a gente gostava muito. A gente sabia que iam cobrar e todos dedicavam. Tinham os alunos de fora que viam aqui sem nada, e a gente até ajudava, eles não tinham nem onde morar. Todo mundo ajudava todo mundo. (Estudante)

3 – Na sua opinião, quais seriam as necessidades do CEFET – MG Campus Araxá que poderiam ser atendidas pela Psicóloga Escolar?

Eu acho que é isto, precisamos que as bolsas aumentem o número porque o que sobra para a Engenharia é quase nada. (Estudante)

Tem que ter um trabalho com os professores, não tem lógica o tipo de professores que a gente ainda tem, o que eles falam na sala de aula para os alunos. Eu tava comentando ontem, se afeta a gente da engenharia... existe professor dando aula para o técnico também. Tá dando aula, formando aluno de 15, 16 anos que está na fase da puberdade, fase que sua cabeça tá mais doida. O CEFET tem que resolver isto, eu tenho medo desta juventude aí, sozinha! Eu acho tão crucial o psicólogo! (Estudante)

Eu gostei muito de outras coisas também... eu lembro foi um evento só para as meninas da escola, nós fizemos uma reunião, conversamos sobre vários temas. Eu acho que falta bastante uns eventos assim, inclusive agora na Engenharia. É eu sei que é só você para a escola inteira, né? Mas uns encontros com a gente seria muito bom. (Estudante)

Eu vejo que os professores não estão sabendo separar o aluno de ensino técnico e um aluno da graduação. Acho que eles precisam passar até por um treinamento de como

tratar os alunos... A psicóloga nos ajuda a saber lidar com isto. É muito difícil, sabe?! Os conteúdos são bem pesados para nós do técnico. São todos muito titularizados e aí tratam a gente de forma diferente, mas são humanos também. Eu sei que está acima do padrão do país, mas eles têm que ser mais humildes com a gente. Eu sempre peço ajuda para a Psicóloga, kkkkkk. (Estudante)

Eu lembro que na minha sala teve [sic] uns problemas entre os alunos e você conseguiu ajudar a nossa sala mesmo, foi interessante. Era uma espécie de *bullying* e foi bem feio na época. Foi interessante mesmo, aprendi muito. (Estudante)

Eu acho que em questão familiar os alunos têm muito problemas e os alunos poderiam ter mais auxílio de como lidar. Muita pressão que a gente sofre aqui... Tem alunos que têm até medo de chegar no professor e preferem sofrer calados. Tem professores que é difícil mesmo a comunicação e os alunos de certa forma precisam de ajuda para lidar com isto. Alguns repreendem até de os alunos virem aqui, então eu acho que a Psicóloga poderia sentar e conversar. Nem que seja passar nas salas e convidar para virem na [sic] Assistência Estudantil. (Estudante)

Chamar o pessoal da Engenharia pra vir aqui e ver o que a Psicóloga pode ajudar, né? (Estudante)

Eu acho que o nosso departamento de Assistência Estudantil, desde que eu entrei aqui, há três anos sempre fez um trabalho muito bom e satisfatório. Eu sou um dos alunos que são beneficiados por este departamento através da psicóloga, da Assistente Social e até a nutricionista que me ajuda às vezes. O serviço que eu mais utilizo é da Psicóloga apesar de ser bolsista e depender da Assistente Estudantil e as bolsas são supervisionadas pela AS. (Estudante)

Eu acho que os primeiros anos precisam de mais apoio porque é uma mudança muito grande, você tem que saber como lidar com as pessoas fora daqui e das pessoas aqui

dentro. Uma palestra, uma procura maior pelo aluno porque às vezes eles têm medo, esteja passando por algo que precisa de ajuda. (Estudante)

4 – Como você diferencia a atuação do Psicólogo Escolar do Psicólogo Clínico, levando em consideração que a grande maioria das pessoas ainda não reconhece as diversas atuações deste profissional?

Só consigo falar pensando nos nomes, tem papéis diferentes, mas os papéis podem e não podem ser diferentes, aquele negócio de saúde e doença os dois trabalham. Os dois são importantes, mas o psicólogo clínico você vai procurar quando tiver um problema e ele não tiver mais solução, depressão ou coisa mais do padrão doença. E o Psicólogo Escolar é a prevenção, é para você não chegar no estágio de doença, passa mais pelo Psicólogo Escolar e lá ele está vendo os alunos e vai sinalizando e ajudando para não adoecerem. O fator escola, nota, família tudo interfere na vida e ele vai ajudando lidar antes de adoecer. Tudo isto pode gerar danos se o Psicólogo não intervir [sic]. (Estudante)

Não, eu já fiz psicólogo clínico quando era mais novo eu sinceramente eu não consigo separar... Poderia me responder. Todos me ajudam muito, não vejo diferença! (Estudante).

Não sei, eu imagino que o psicólogo escolar seja voltado com os problemas da escola. Eu acredito que seria esta diferença. (Estudante)

5 – Gostaria de acrescentar algo?

Eu acho muito importante você ter um departamento deste em uma instituição tão grande, porque são diversas situações que ocorrem aqui dentro e são alunos muito diferentes que são colocados no mesmo local e na mesma convivência por um período

muito grande, no período integral. Então às vezes você tem problema com convivência, você está com problema familiar você traz aqui para dentro, você tá com problema com nota você vem aqui na AE para ver se ela consegue te apoiar. E isto é um ponto positivo, porque hoje em dia tem que se analisado outros parâmetros, não é só a nota do aluno que determina o que ele é. É [sic] as situações que ele passa, é a vida que ele tem, tipo, é que às vezes algo que aconteceu ali na rua e você vai chegar e fazer uma prova e seu desempenho vai ser prejudicado, vai ter uma interferência desta situação não rotineira que aconteceu com você. Vai interferir no seu desempenho escolar. Então nós temos que deixar aquele padrão pré-histórico de analisar o aluno apenas pelo que ele tem no sistema as notas e poder conversar com alguém que possa te ouvir e te orientar no que fazer. Acho que a AE faz isto (Estudante).